

Universidades Lusíada

Costa, Patrícia Daniela Ferreira

O Ártico e o seu impacto nas relações internacionais

<http://hdl.handle.net/11067/7809>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Esta dissertação dedica-se ao estudo do impacto do Ártico nas Relações Internacionais. A investigação explora os desafios que se vão apresentando na Política Internacional, em especial às relações sino-russas, com os efeitos das alterações climáticas no Ártico. Pela lente do construtivismo, a mudança é algo constante e o Ártico é uma arena onde este conceito é aplicável. O fim da guerra fria trouxe consigo a desmilitarização da região e uma vontade de cooperar a nível internacional. Ora, com uma...

This dissertation is dedicated to studying the impact of the Arctic on International Relations. The research explores the challenges emerging in International Politics, particularly in Sino-Russian relations, due to the effects of climate change in the Arctic. Through the lens of constructivism, change is seen as a constant, and the Arctic is an arena where this concept is applicable. The end of the Cold War brought with it the demilitarization of the region and a willingness to cooperate intern...

Palavras Chave

Relações Internacionais, Geopolítica - Ártico, Geoestratégia - Ártico

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-04-07T22:32:10Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

O Ártico e o seu Impacto nas Relações Internacionais

Patrícia Daniela Ferreira Costa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

PORTO, 2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

O Ártico e o seu Impacto nas Relações Internacionais

Patrícia Daniela Ferreira Costa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Doutor Paulo Jorge Ribeiro de Azevedo Amorim

PORTO, 2024

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA

(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação/tese apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Porto, 2 de setembro de 2024

O (A) Estudante

Patrícia Costa

AVISO LEGAL

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção das referências. A autora, declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

AGRADECIMENTOS

Com o fim desta dissertação de Mestrado, resta-me prestar os devidos agradecimentos a todas as pessoas que me auxiliaram na concretização da mesma.

Primeiramente, agradeço ao Prof. Doutor Paulo Amorim, Coordenador dos Ciclos de Estudos em Relações Internacionais e meu orientador, pelo seu acompanhamento e interesse neste projeto e, amizade.

Agradeço ao Prof. Doutor Paulo Duarte, pelo seu aconselhamento e disponibilização de recursos literários para a concretização desta investigação.

À Prof. Doutora Maria Raquel Freire, pela disponibilidade e sugestão de obras e artigos relativos à questão estudada neste trabalho.

Ao Conselho do Ártico, pelo fornecimento de recursos e informações relacionadas à nossa investigação.

À Embaixada da Rússia em Portugal, pela disponibilização de documentos oficiais relativos à temática abordada.

Aos profissionais da Biblioteca da Universidade Lusíada do Porto, pela sua disponibilidade e auxílio no acesso a recursos informáticos.

Por fim, resta-me agradecer a toda a minha família, amigos e namorado que me encorajaram durante todo este processo.

ÍNDICE

| | |
|---|------|
| ÍNDICE DE FIGURAS | viii |
| ÍNDICE DE TABELAS..... | ix |
| LISTA DE ABREVIATURAS..... | x |
| RESUMO..... | xii |
| PALAVRAS-CHAVE..... | xii |
| ABSTRACT | xiii |
| KEY WORDS | xiii |
| INTRODUÇÃO | 14 |
| MODELO DE ANÁLISE | 17 |
| ESTADO DA ARTE | 18 |
| PARTE I ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL..... | 20 |
| 1. O ÁRTICO À LUZ DO CONSTRUTIVISMO..... | 20 |
| 2. CARATERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO | 21 |
| 2.1. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | 23 |
| 2.2 RECURSOS NATURAIS | 28 |
| 2.3 CIRCULAÇÃO MARÍTIMA | 30 |
| 3. GOVERNANÇA VERSUS ANOMIA NO ÁRTICO..... | 34 |
| 3.1. COOPERAÇÃO ÁRTICA | 38 |
| 3.2. UNCLOS E DISPUTAS TERRITORIAIS | 43 |
| PARTE II O ÁRTICO E O OCIDENTE: O POSICIONAMENTO DA NATO, UE E EUA | 52 |
| 1. NATO..... | 52 |
| 2. UNIÃO EUROPEIA | 59 |
| 3. EUA | 64 |
| PARTE III – O ÁRTICO E OS ESTADOS NÃO-OCIDENTAIS: RÚSSIA E CHINA..... | 69 |

| | |
|---|------------|
| 1. ESTRATÉGIA E POLÍTICAS RUSSAS PARA O ÁRTICO | 74 |
| 2. ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS CHINESAS PARA O ÁRTICO..... | 84 |
| CONCLUSÃO..... | 101 |
| BIBLIOGRAFIA | 105 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - As fronteiras do Ártico | 23 |
| Figura 2 - Extensão de mar coberto de gelo em setembro de 2022 comparativamente com a média de 1981-2010 (linha rosa) | 26 |
| Figura 3 - Extensão de mar coberto de gelo nos anos supramencionados | 27 |
| Figura 4 - Reservas de petróleo por explorar no Ártico | 29 |
| Figura 5 - Reservas de gás por explorar no Ártico | 30 |
| Figura 6 - Possíveis rotas de navegação no Ártico..... | 31 |
| Figura 7 - Compreensão dos desafios securitários árticos em 3 níveis | 37 |
| Figura 8 - Estruturação da organização da Cooperação de Barents | 40 |
| Figura 9 - Interligações das instituições entre o Ártico e a Europa..... | 42 |
| Figura 10 - Zonas marítimas sob direito internacional..... | 45 |
| Figura 11 - Delimitação Fronteiriça e Jurisdição Marítima no Ártico | 47 |
| Figura 12 - Bases militares dos membros da NATO (azul) e da Rússia no Ártico (vermelho) | 55 |
| Figura 13 - Jogos de Guerra e Exercícios Militares dos EM da NATO (azul) e da Rússia (vermelho) | 58 |
| Figura 14 - Rotas Marítimas Árticas | 87 |
| Figura 15 - Mapa de Investimentos e Atividades Mineiras Chinesas no Ártico da América do Norte..... | 91 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela I - Acessibilidade marítima para quatro rotas de navegação na baseline (2000-2014) e meados do século (2045-2059) (relativo a navios quebra-gelo abaixo da classe polar, mas de capacidade limitada de quebrar gelo), (julho-setembro)..... | 32 |
| Tabela II - Comparação entre a Northern Sea Route, Northwest Passage e a Transpolar Sea Route..... | 34 |
| Tabela III - Disputas ainda não resolvidas. Plataforma Continental (PC), Recursos Naturais (RN) | 48 |
| Tabela IV - Delimitações no Ártico | 49 |
| Tabela V - A presença da UE no Ártico..... | 61 |
| Tabela VI - Destaque de características específicas de documentos oficiais dos EUA ... | 65 |
| Tabela VII - Metas a atingir e status de iniciativas no desenvolvimento do Ártico..... | 80 |
| Tabela VIII - Atividades Passadas e Atuais da China nos Setores de Mineração, Hidrocarbonetos e Infraestrutura no Ártico da América do Norte | 92 |
| Tabela IX - Número de Artigos de Pesquisa sobre Tópicos do Ártico baseados na Cooperação Internacional com a China..... | 93 |

LISTA DE ABREVIATURAS

A5 - Arctic Five

A8 - Arctic Eight

AMAP - Arctic Monitoring and Assessment Programme

ASEAN - Association of Southeast Asian Nations

CA - Conselho do Ártico

CEAB - Comissão Econômica do Ártico e Barents

CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental

UNCLOS - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CRB - Conselho Regional do Barents

EAEU - Eurasian Economic Union

ECA – Estados Costeiros Árticos

EA – Estados Árticos

EM - Estados-Membros

EUA - Estados Unidos da América

GNL - Gás Natural Liquefeito

IFRC - Federação Internacional e Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

NATO - North Atlantic Treaty Organization

NSR - Northern Sea Route

NWP - Northwest Passage

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PE – Política Externa

RPC – República Popular da China

RI - Relações Internacionais

SCO - Shanghai Cooperation Organization

TSR - Transpolar Sea Route

UE - União Europeia

UN-ECE - Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa

USGS - United States Geological Survey

RESUMO

Esta dissertação dedica-se ao estudo do impacto do Ártico nas Relações Internacionais. A investigação explora os desafios que se vão apresentando na Política Internacional, em especial às relações sino-russas, com os efeitos das alterações climáticas no Ártico. Pela lente do construtivismo, a mudança é algo constante e o Ártico é uma arena onde este conceito é aplicável. O fim da guerra fria trouxe consigo a desmilitarização da região e uma vontade de cooperar a nível internacional. Ora, com uma maior acessibilidade ao Ártico, existe também um maior número de oportunidades estratégicas como exploração de recursos naturais e de rotas marítimas.

A Rússia, pela sua posição geográfica e pretensões tem naturalmente, uma maior vantagem nesta região e, a China pela sua colaboração com a Federação Russa e outros Estados Árticos, o seu investimento económico e científico e o estatuto de membro observador do Conselho do Ártico faz de si um ator importante neste campo. O Ocidente diverge nas áreas de foco Ártico e os seus interesses divergem, no entanto, têm respondido ao desafio sino-russo e implicações que estes dois atores possam trazer quer a nível regional, como internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Ártico; Alterações Climáticas; Federação Russa; República Popular da China; Ocidente; Militarização

ABSTRACT

This dissertation is dedicated to studying the impact of the Arctic on International Relations. The research explores the challenges emerging in International Politics, particularly in Sino-Russian relations, due to the effects of climate change in the Arctic. Through the lens of constructivism, change is seen as a constant, and the Arctic is an arena where this concept is applicable. The end of the Cold War brought with it the demilitarization of the region and a willingness to cooperate internationally. However, with greater accessibility to the Arctic, there are also more strategic opportunities, such as the exploration of natural resources and maritime routes.

Russia, due to its geographic position and ambitions, naturally holds a greater advantage in this region. Meanwhile, China, through its collaboration with the Russian Federation and other Arctic States, its economic and scientific investments, and its status as an observer member of the Arctic Council, has become an important player in this field. The West differs in its areas of focus regarding the Arctic, and its interests vary; however, it has responded to the Sino-Russian challenge and the implications these two actors may bring at both regional and international levels.

KEY WORDS

Arctic; Climate Change; Russian Federation; People's Republic of China; Western World ; Militarisation

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, subordinada ao tema “O Ártico e seu Impacto nas Relações Internacionais”, constitui a conclusão da investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto. Procura constituir um contributo para a análise da importância da questão do Ártico na Ordem Internacional contemporânea, em consequência das tensões entre atores Árticos e não-Árticos, i.e., a Rússia, China e o Ocidente.

A problemática escolhida parte da análise dos desafios que se colocam à Política Internacional com a redução da calota polar do ártico, fruto das alterações climáticas, que levanta novas questões como a passagem pelos estreitos, a expansão das plataformas continentais, a governança de espaços compartilhados, a cooperação em fóruns internacionais e a exploração de recursos naturais. Adicionalmente, surgem desafios geopolíticos tanto para os atores árticos como não-árticos, em consequência de um renovado interesse pela Rota do Mar do Norte, pela Rota da Seda Polar que diminui substancialmente o tempo de navegação, pode resolver o Dilema de Malaca e ainda pela sua exploração comercial. Embora o Ártico tenha um quadro legal bem estabelecido, a invasão russa da Ucrânia alterou o cenário cooperativo previamente existente. A questão do Ártico é de carácter urgente, não só pelo efeito que a diminuição da calota polar terá a nível global, mas também pelo seu carácter político. A industrialização do Ártico Russo e o estreitamento da relação sino-russa tem alarmado o Ocidente. Estamos a assistir a um desenvolvimento económico e militar sem precedentes na região, que envolve vários atores. Alguns destes focam-se na proteção ambiental, no entanto, outros demonstram mais interesse no setor económico e, consequentemente a militarização do Ártico.

A escolha do “Impacto do Ártico nas Relações Internacionais” como tema central do nosso trabalho prende-se não só com a sua pertinência científica, mas também com a sua oportunidade. Esta deriva das recentes ameaças de revisionismo da Ordem Internacional por parte da Rússia e da “ascensão pacífica” da China, que colocam em causa o atual *statu quo*. Ambos os “players” ameaçam por força dos seus interesses geo-económicos no Ártico, pôr em causa a hierarquia de poder estabelecida e os princípios normativos estabelecidos, consequentemente colocando em causa a estabilidade da Ordem Mundial atual. Adquire maior relevância também por força dos desafios do

aquecimento global, considerando que estamos a chegar a um “*turning point*”, responsável pelas alterações significativas na região.

Com base na problemática escolhida e servindo de fio condutor para a nossa dissertação, definimos alguns objetivos metodológicos:

- I. Compreender a importância estratégica do Ártico.
- II. Explicitar a posicionamento da NATO, UE e dos Estados Unidos nesta região.
- III. Analisar as políticas e estratégias russas e chinesas e a sua cooperação no Ártico.

O nosso modelo de análise será construído em torno destes objetivos e de uma hipótese que iremos confirmar ou infirmar na conclusão deste trabalho, dando resposta à nossa questão de partida: “A posição geopolítica da Rússia e da China; as suas pretensões, as relações bilaterais “especiais” e a “desordem mundial”, tornam estes dois atores, os *players* privilegiados na corrida ao novo “faroeste”: o Ártico?”.

Partimos, assim, de duas hipóteses:

Hipótese 1 – a Rússia e a China são, de facto, os *players* privilegiados na corrida aos recursos do Ártico. A desordem mundial cria oportunidade de uma aproximação sino-russa e assiste-se a um novo afastamento face ao Ocidente.

Hipótese 2 – negamos que estes atores são *players* privilegiados na corrida ao novo faroeste. Todos os Estados interessados no Ártico têm as mesmas oportunidades.

Esta dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “*O Ártico e o seu Impacto nas Relações Internacionais*”, constitui o resultado de uma investigação a realizar sobre os desafios que se colocam à Política Internacional, nomeadamente às relações sino-russas, com a redução da calota polar do Ártico, fruto das alterações climáticas. Este problema constitui o fio condutor da nossa investigação determinando uma estruturação do nosso trabalho em três partes, seguindo a ordem lógica das questões prévias, além da Introdução - que apresenta os objetivos do estudo e o atual Estado da Arte desta temática -, e da Conclusão que encerra o trabalho apresentando as conclusões da investigação realizada, confirmando ou infirmando as hipóteses inicialmente propostas.

Assim, a primeira parte, que constitui o enquadramento teórico-concetual deste

trabalho, além das teorias e conceitos aplicáveis a esta questão, é dedicada à caracterização geopolítica do Ártico, nomeadamente a sua configuração geográfica, as principais rotas de comunicação, os seus recursos e a sua governação pelos oito Estados do Ártico: o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a Finlândia, a Islândia, a Noruega, a Federação Russa e a Suécia, com base no quadro legal resultante da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), do Conselho do Ártico, do Código Polar. Torna-se, assim, relevante demonstrar a importância da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, onde se dilucidará as diferenças entre as zonas marítimas.

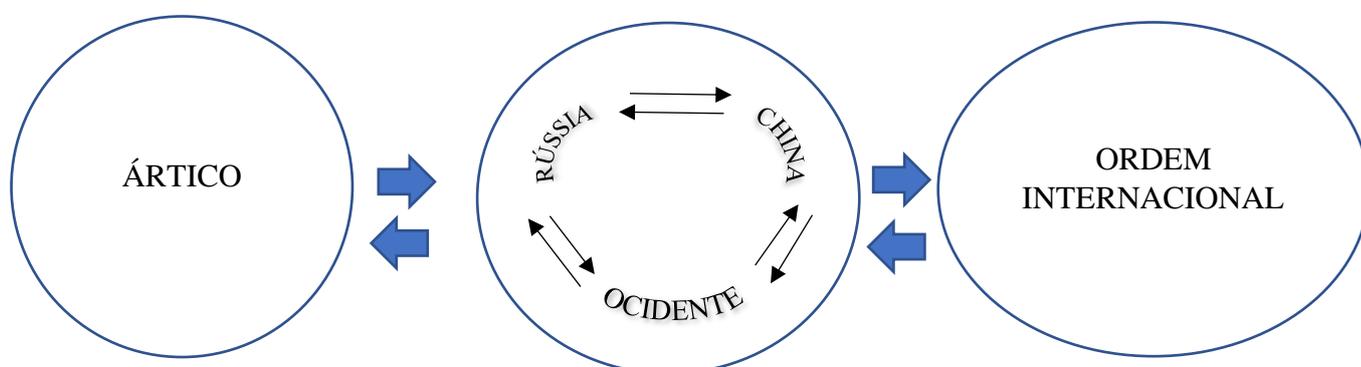
Na segunda parte analisamos a perspectiva ocidental da questão do Ártico, destacando a posição, a estratégia e os interesses dos principais protagonistas ocidentais: NATO, União Europeia e EUA. Iremos, assim, confrontar os interesses securitários, ambientais e económicos destes atores ocidentais.

Finalmente, na terceira parte é analisado o impacto do degelo do Ártico no contexto internacional, em consequência das alterações climáticas, nomeadamente nas relações dos dois atores principais interessados – a Rússia e a China –, os prováveis beneficiários do aquecimento global, e as propostas dos mesmos para a era pós-degelo. Neste sentido, a investigação focar-se-á nas disputas territoriais regionais e nas questões securitárias globais.

Assim, nesta parte, destacamos a análise das políticas e estratégias que a Rússia tem aplicado no círculo polar ártico. Sendo o Estado com maior percentagem de território desta região, é natural que tenha um maior interesse na mesma e que tenha uma maior vantagem sobre outros atores. Assim, torna-se essencial rever o investimento na sua militarização; em infraestruturas; na diplomacia científica; na segurança energética; e ainda a cooperação com a China e a consequente inclusão do ártico na iniciativa *belt and road*. Impõe-se, também, o estudo das políticas e estratégias chinesas aplicadas ao Ártico. Não obstante o facto de não ser um Estado com território na região, é um membro observador do Conselho do Ártico (CA), tendo investido no seu poder militar para navegar nestas águas e na diplomacia científica. A Rússia é um dos pontos de entrada para a região e a cooperação com a mesma e sucessivos investimentos proporciona ao Estado chinês acesso legítimo a este círculo polar, incluindo rotas comerciais e exploração de recursos naturais. Além da cooperação com o parceiro russo, interessa ainda observar as relações chinesas com os restantes Estados árticos. A parceria sino-russa possui ambições notáveis para a região ártica, com

iniciativas e projetos definidos para a era pós-degelo, consequentemente detendo superioridade face mundo ocidental.

MODELO DE ANÁLISE



Uma das etapas fundamentais da investigação científica traduz-se na construção de um modelo de análise que, de forma concetual, esquematize as ideias prévias que fundamentem o trabalho, delineando o caminho a seguir na elaboração do trabalho, tanto na recolha e análise dos dados provenientes da observação, como na reflexão sobre os nexos de causalidade e consequências dos fenómenos observados. A construção do modelo de análise pressupõe que a questão de investigação esteja já definida e problematizada, para, numa fase posterior e de forma sistematizada, estabelecermos as relações existentes entre os conceitos-chave que vamos utilizar e o enquadramento teórico que essas relações devem ter em referência com a pergunta de partida. O que nos permite a elaboração das hipóteses que irão ser confirmadas ou infirmadas na conclusão da investigação. Neste âmbito, e sob a lente construtivista que pressupõe a mudança constante no Sistema Internacional em resultados das ações e reações dos Estados e da evolução dos interesses e ideias internacionais. Neste sentido, elaborámos o nosso modelo de análise que graficamente apresentamos supra, estabelecendo uma relação sistémica entre a particularidade geopolítica do Ártico e os seus efeitos nas relações entre os Estados, nomeadamente os Estados Ocidentais, a China e a Rússia, em particular, e o seu impacto na Ordem Internacional, em geral.

ESTADO DA ARTE

Um trabalho acadêmico, sujeito a uma avaliação científica, deve conter a descrição do Estado da Arte da problemática analisada. Por um lado, procede a uma revisão da literatura pertinente e atual sobre a temática e, por outro lado, descreve o estágio da investigação sobre esse tema, demonstrando o autor, assim, o domínio científico da questão em estudo. A sua elaboração, porém, implica vários desafios, quer quantitativos, quer qualitativos. O caráter interdisciplinar desta problemática obriga à interseção de estudos de Relações Internacionais com outras áreas do saber como História, Economia, Segurança, Direito, Geopolítica, Ambiente, entre outras, não só sobre os países ribeirinhos, como também para outros atores vizinhos, em que se destacam os europeus e os asiáticos.

Existe, assim, uma extensa e diversificada bibliografia sobre a situação deste Mar gelado. A maior parte dos autores estudados explicam a importância estratégica do Ártico, com base na disputa pelos recursos energéticos e pesqueiros da zona. Outros estudos focam-se nos interesses e estratégias dos Estados no controlo e domínio das rotas árticas. Mais recentemente têm aparecido várias obras relacionadas com a situação ambiental do Ártico, nomeadamente o seu degelo, numa visão mais ampla e global do seu impacto na sobrevivência do Planeta. Historicamente, encontramos vários trabalhos sobre os instrumentos legais aplicáveis à região e às disputas soberanas.

Em Relações Internacionais, os artigos científicos mais recentes priorizam a importância da região e as suas implicações dentro da estrutura de poder (Agência versus Estrutura), tendo em atenção que o fracasso da cooperação internacional e, ou, as novas alianças estratégicas, podem condicionar, ou mesmo modificar, a atual Ordem Internacional, em consequência da competição entre Estados que procuram o domínio sobre o Ártico e, assim, vantagens e um melhor posicionamento global.

A título ilustrativo destacamos alguns trabalhos:

| Artigo/Livro | Autor | Ano | Revista/Jornal/Série | Observações |
|--|---|------|---|---|
| Geopolitics and security in the Arctic: what role for the EU? | Andreas Østhagen | 2017 | European View | O papel da União Europeia no Ártico |
| Routledge Handbook of Arctic Security | Gunhild Hoogensen Gjørsv, Marc Lanteigne, Horatio Sam-Aggrey | 2020 | Routledge Handbooks | A securitização Ártica |
| Russlands Arktis-Strategie bis 2035: große Pläne und ihre Grenzen | Janis Kluge, Michael Paul | 2020 | SWP-Aktuell | A Estratégia Russa para o Ártico até 2035 |
| Political Processes and Institutions. Main Theoretical Approaches in the Arctic Policy Studies. | Sergey D. Nabok | 2022 | Arctic and North | As abordagens teóricas no Ártico |
| Strategic Opportunity, Security Dilemma and The Interplay of Interests: Russia, China and The US in the Arctic Region since 2014 | Shireen Mushtaq, Uswa Sharif, Rida Fatima | 2023 | Margalla Papers | As oportunidades, interesses e estratégias destes autores na região |
| Why is China Going Polar? Understanding Engagement and Implications for the Arctic and Antarctica | Paulo Afonso B. Duarte; Laura C Ferreira-Pereira, Natacha Santos | 2023 | The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics | A China e o envolvimento polar |
| China's Arctic Policy and Engagement: Review and Prospects | Yítong Chen | 2023 | Asia Policy | Participação chinesa no Ártico e a sua política |
| Strained Relations in the High North: Steps-to-War Analysis of Conflict Potential in the Arctic | Vlček, Tomáš; Martin Chovančík, Kateřina Uhlířová, Martin Jirušek | 2024 | Europe-Asia Studies | Análise de um potencial conflito |
| New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic | Armando Marques Guedes, Isidro de Moraes Pereira | 2024 | Janus | A militarização russa no Ártico |

PARTE I | ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1. O ÁRTICO À LUZ DO CONSTRUTIVISMO

Um dos desafios na elaboração da presente dissertação foi escolher a lente teórica que iria condicionar a visão do problema analisado, nomeadamente do impacto da questão do Ártico, na evolução da Ordem Internacional, em geral, e, em particular, nas relações entre os três vértices do triângulo estratégico sobre esta problemática: República Popular da China, Federação Russa e Ocidente.

Nas Relações Internacionais (RI), particularmente na questão das lentes teóricas, destaca-se a rivalidade entre os maiores paradigmas teóricos: o Realismo, o Liberalismo e o Construtivismo. Face a esta rivalidade, optamos pela escolha da ótica do construtivismo. Optar por esta ferramenta analítica pareceu-nos o caminho mais lógico, quer pelo seu carácter dinâmico que avalia a evolução da Ordem Internacional, quer pelas prioridades na sua explicação: ideias, interesses, identidades, valores e normas

O construtivismo é uma teoria que sublinha a importância das relações que se estabelecem entre ideias, conhecimentos e factos. Elementos como o poder militar, transações económicas, instituições internacionais ou mesmo preferências domésticas são principalmente cruciais por carregarem determinados significados sociais e interpretações ideacionais intersubjetivas. Os construtivistas são apologistas de que os factos e a realidade são sempre uma construção intersubjetiva e social, o mundo político é uma realidade física e material dependente da interpretação humana (Mendes, 2019).

Deste modo, as principais áreas analisadas nas Relações Internacionais devem ser a cultura política e social, a identidade e as normas que influenciam e condicionam o comportamento dos atores no palco internacional. Sendo o construtivismo uma teoria ideacional que destaca a relação entre as ideias, crenças, identidades e ideologias da agência¹ e o ambiente normativo e ideacional que forma a estrutura², é natural a sua sensibilidade à mudança e historicidade das ordens internacionais. A mudança nas Relações Internacionais resulta quer da alteração de fatores materiais³, quer de fatores ideacionais, sociais e normativos (Mendes, 2019).

¹ Atores internacionais

² Ordem internacional

³ Militares e económicos

No estudo do Ártico, a lente construtivista possui a análise mais extensa da identidade política dos demais grupos e atores (Estados, organizações internacionais, regiões Árticas, população indígena, entre outros). Um dos conflitos de interpretação mais significativo é a diferença entre o discurso político nos fóruns internacionais, influenciado pelas questões de militarização e securitização e o discurso para o público nacional que são mais orientadas para a cooperação e proteção ambiental. Existem vários aspectos relativos à percepção do Ártico e da sua política, alguns mais focados no desenvolvimento da região (batalha pelo Ártico), Relações Internacionais (Guerra Fria) ou a produção de petróleo (conflito entre os ambientalistas e empresas petrolíferas). Fazem parte das Relações Internacionais as narrativas que descrevem o Ártico como uma província dos Estados Árticos ou uma “herança comum da humanidade”, sublinhando o seu excepcionalismo e inclusão mais global, enquadrando-o numa área de competição ou cooperação e como a esfera de responsabilidade dos vários atores (Nabok, 2022).

As narrativas e identidade de grupo pertencem à esfera simbólica, assim, os atores e sistemas de relações sociais que influenciam o seu conteúdo e distribuição são capazes de influenciar os processos políticos. A título de exemplo, temos a agenda mais “verde”, em que se existe uma pressão pública à qual o governo não pode ignorar ao determinar as prioridades da política para esta região. Do mesmo modo, os atores estatais que têm uma visão do mundo vestefaliana e um discurso de securitização são obrigados a ter em consideração, por exemplo, os direitos dos povos indígenas reconhecidos pelo Conselho do Ártico (CA) (Nabok, 2022).

Podemos concluir que a abordagem construtivista tem potencial para expandir as capacidades de análise no estudo dos elementos capazes de influenciar a política interna e externa dos atores envolvidos na questão do Ártico, as Relações Internacionais e o regime de governança na região (Nabok, 2022).

2. CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO

A Geopolítica é uma área que interliga os fatores de poder de um Estado com a política internacional e o meio geográfico. Explica e possibilita a previsão comportamental da política internacional em conformidade com as variáveis geográficas, localização, topografia, demografia, dimensão territorial, recursos naturais, entre outros

fatores. Considera-se a estratégia como sendo a arte de aplicar meios coercivos num ambiente hostil, praticada pelos mais elevados patamares de decisão, consecução de objetivos fixados pela política e disputados entre os Estados. (Sousa, Dicionário de Relações Internacionais, 2005). Concluimos que a geopolítica cria um caminho para que se forme uma estratégia que resulta na obtenção de poder relativo à dimensão territorial, ou aquilo que entendemos por território. É essencial analisar a geopolítica do Ártico para compreender a estratégia russa e chinesa para este círculo polar e como as alterações climáticas têm influenciado as mesmas, verificando a percepção da importância do mesmo antes das mudanças climáticas e as consequências vindas com o século XXI – rotas marítimas, exploração de recursos naturais, disputas territoriais e a governança.

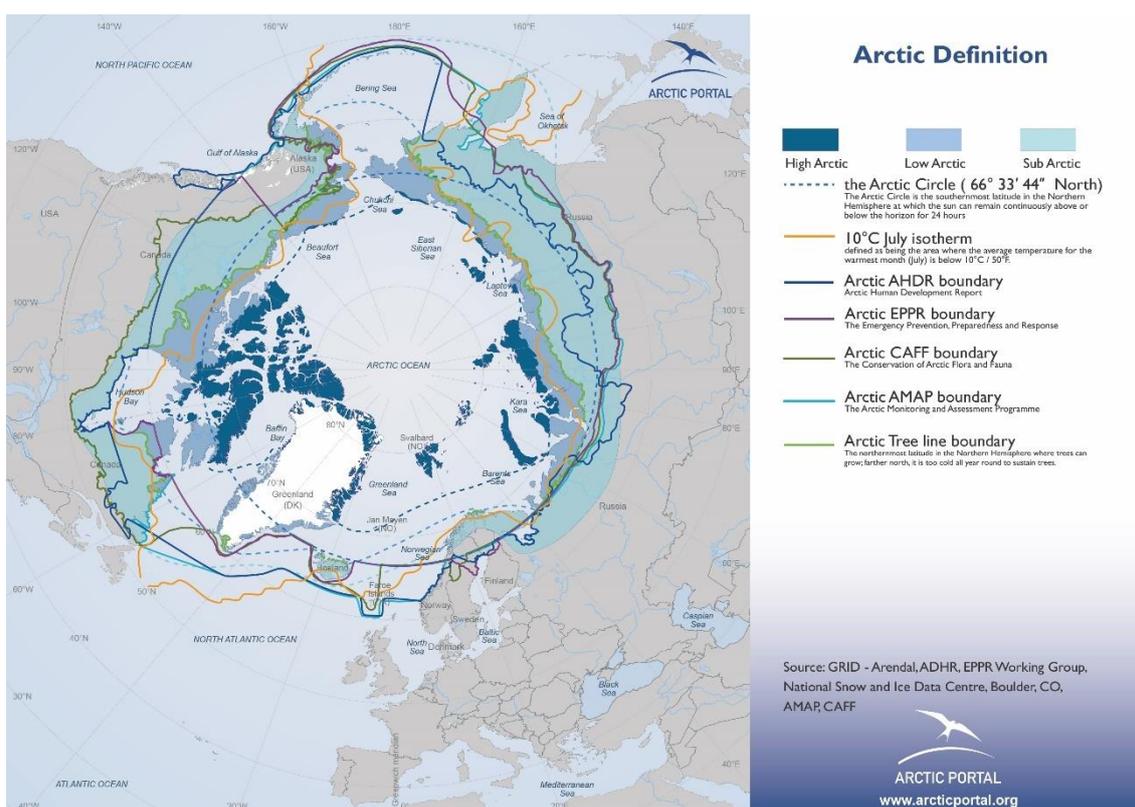
Não existe uma única definição correta daquilo que é o Ártico ou o que o delimita, dado que a fronteira sul varia. À medida que o clima aquece, o território ártico definido pela temperatura, linha florestal, *permafrost* ou cobertura de gelo reduz. Atente-se ainda que as fronteiras culturais e políticas também variam. A delimitação mais consensual e bastante empregada da região ártica é aquela que a retrata como sendo a vasta massa terrestre localizada a norte do Círculo Ártico que se estende ao longo da América do Norte, o Norte europeu e a Ásia do Norte, englobando os territórios de oito Estados, ou A8: o Canadá, a Dinamarca, os Estados Unidos da América (EUA), a Finlândia, a Islândia, a Noruega, a Rússia e a Suécia (Arctic Centre, s.d.).

Voltando às demais definições delimitadas pelos fatores supramencionados, uma das propostas pelo AMAP (*Arctic Monitoring and Assessment Programme*) é a que abrange essencialmente as áreas marítimas e terrestres a norte do Círculo Ártico (66°32'N) e a Norte de 62° na Ásia e 60°N na América do Norte, alterada com o objetivo de incluir áreas marítimas a norte da cadeia Aleutian, Baía de Hudson e partes do Oceano Atlântico Norte incluindo o Mar Labrador (AMAP, 2017). Se seguirmos o critério da linha isotérmica para a delimitação, verificamos que “a temperatura média mensal no Ártico é inferior a 10°C ao longo do ano, mesmo no verão”. (Arctic Centre, s.d.)

Em contrapartida, temos ainda a delimitação pelo critério vegetação, cuja “linha florestal não é uma linha estreita, mas uma zona com dezenas de quilómetros de largura entre a floresta de coníferas do Norte e a tundra. Nesta demarcação, o Ártico é predominantemente arborizado com tundra e, glaciares” (Arctic Centre, s.d.).

Nesta análise investigamos a área do Círculo Ártico no sentido restrito, focando maioritariamente a nossa atenção apenas nos interesses e ações de dois Estados Costeiros do Oceano Ártico: EUA e Rússia e, ainda de um Estado-Observador do Conselho do Ártico (CA) que, segundo as palavras do almirante Yin Zhuo, “*The Arctic belongs to all the people around the world, as no nation has sovereignty over it... China must plan an indispensable role in Arctic exploration as we have one-fifth of the world’s population.*”. (Seethi, 2021)

Figura 1 - As fronteiras do Ártico



Fonte: (Arctic Portal, 2016)

2.1. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Não podemos discutir a exploração de recursos naturais, as rotas de circulação e a governança deste território, sem primeiro mencionarmos a transformação do Ártico no novo milénio e o interesse que este tem despertado nas unidades políticas. A teórica Olga Krasnikova referiu que: “*The end of the 19th century and the first third of the 20th century*

marked a peak of interest in the Arctic. This interest was both scientific and pragmatic, often associated with the achievement of political goals.” (Krasnikova, 2016).

O aquecimento global está a acelerar o ritmo das consequências das alterações climáticas na região do Ártico. A ciência tem apresentado provas irrefutáveis de que as mudanças climáticas neste território foram e continuam a ser induzidas pelo Homem. Os efeitos são e serão sentidos a nível global no meio-ambiente, nas condições climáticas e oceanográficas, no transporte comercial e na pesca, na exploração de recursos naturais e energia, agricultura e, vida selvagem. O modo de vida dos povos indígenas está a sofrer transformações, e novas preocupações com a saúde e doenças têm surgido à medida que as mudanças climáticas afetam o Norte (Yalowitz, Collins, & Virginia, 2009).

Assim, à medida que as calotas polares vão derretendo, deixam de conseguir refletir o calor solar para a atmosfera e de o dissipar. Isto porque, a superfície escura do oceano ártico que se encontra sob estas calotas absorve cerca de 90% do calor solar, tendo então um efeito oposto do mecanismo das calotas e, acabando por o dissipar globalmente (The Organization for World Peace, s.d.).

Como seria de esperar, o Ártico não se tem adaptado. Na medida em que a flora no Sul desta região está a ser “ofuscada” pela invasão das plantas do Norte; a migração das aves também é realizada mais tardiamente e os números destas espécies nativas têm diminuído; O urso polar existe única e exclusivamente no Ártico e o habitat mais importante deste é o gelo marinho, onde este caça. Assim, mudanças nas condições de caça e do gelo afetam a alimentação, o movimento e a reprodução dos ursos polares. Por sua vez, as mudanças nas condições de neve afetam as condições de reprodução dos ursos polares; A atualização de 2019 sobre as alterações climáticas no Ártico apontam que as temperaturas superiores a zero graus e as chuvas no inverno têm causado camadas de gelo na neve, tornando mais difícil a alimentação das renas, aumentando a sua mortalidade – o número de renas selvagens caiu cerca de cinquenta por cento em 20 anos (Arctic Centre, s.d.).

Existem doenças dormentes no gelo do Ártico, doenças essas que não circulam há milhões de anos, em alguns casos ainda antes de o ser humano estar por perto para as encontrar, ou seja, o nosso sistema imunológico não teria ideia de como reagir quando estes agentes infecciosos emergirem do gelo. Foram reanimados vários micróbios em laboratórios, “uma bactéria extremófila de 32000 anos revivida em 2005, um inseto de 8

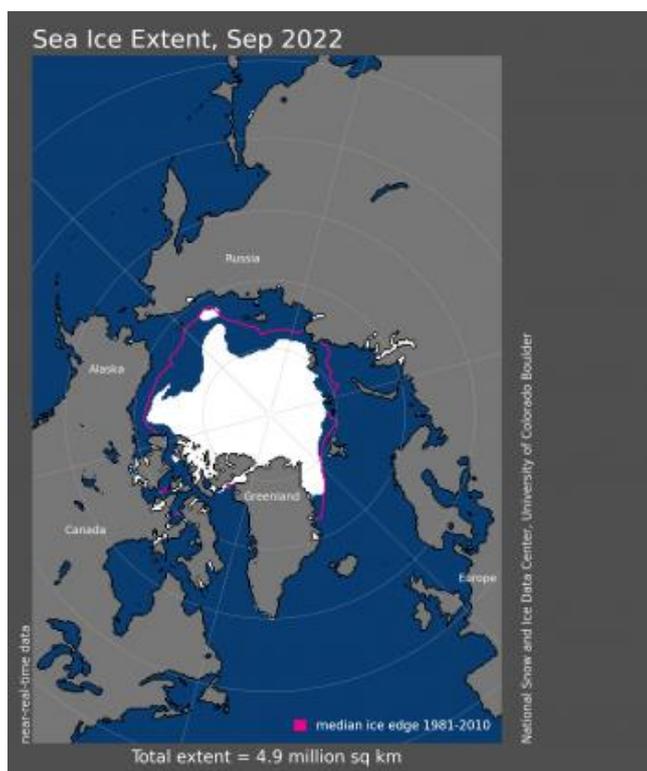
milhões de anos trazido de volta à vida em 2007, uma bactéria de 3,5 milhões de anos com que um cientista russo se injetou por curiosidade, apenas para ver o que aconteceria” (Wallace-Wells, 2019).

O Ártico armazena diversos patógenos e investigadores descobriram no Alasca resquícios da gripe de 1918 que provocou cerca de 50 milhões de óbitos. Além disso, cabe mencionar que cientistas suspeitam que a varíola e a peste bubónica estejam latentes no gelo da Sibéria. Note-se que em 2016, um rapaz foi morto e 20 ficaram infetados por antraz libertado quando o permafrost recuou e expôs a carcaça congelada de uma rena morta pelo menos setenta e cinco anos antes (Wallace-Wells, 2019).

Numa investigação acerca da identificação de áreas de desenvolvimento num Ártico que se tem tornado cada vez mais quente, dizendo respeito a tópicos como recursos naturais, meios de transporte, áreas protegidas e geográfica, os teóricos Eliasson, Ulfarsson, Valsson e Gardarsson indicam, através daquilo a que chamam de “megapadrões”, que o aquecimento global está a possibilitar um maior acesso à região ártica, culminando no incremento da movimentação de pessoas e atividades (Eliasson et al, 2016).

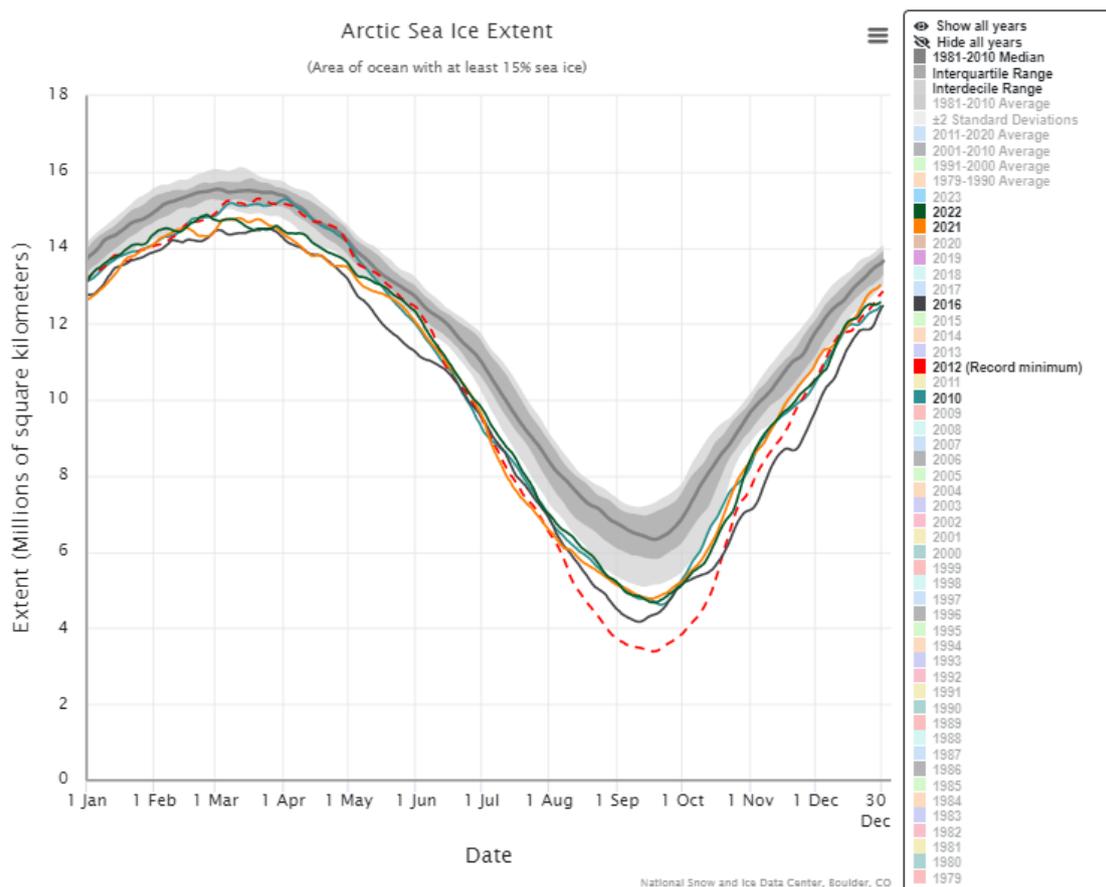
Nos anos mais recentes, temos assistido a uma redução gradual do gelo marinho e as amostras recolhidas são alarmantes. De acordo com o *National Snow and Ice Data Center* americano, a extensão do gelo ártico no verão de 2016 diminuiu de tal forma, que estaticamente igualou o mínimo de 2007 com o segundo valor mais baixo registado, ambos atrás do nível recorde de 2012 (National Snow & Ice Data Center, 2016). Em comparação com o ano de 2016, o mesmo gelo no mês de setembro de 2022 teve uma extensão média de 4,87 milhões de quilómetros quadrados, equiparando-se com o valor de 2010, o décimo primeiro valor mais pequeno registado pelo satélite. No que diz respeito ao aumento da temperatura do ar no Ártico, entre outubro de 2021 e setembro de 2022, esta foi a sexta mais quente desde 1900 e os últimos sete anos são os mais quentes de que há registo. A par disto, “o Ártico continua a aquecer mais do dobro do que o resto do mundo, com um aquecimento ainda maior em alguns locais e épocas do ano” (Druckenmiller et al, 2022).

Figura 2 - Extensão de mar coberto de gelo em setembro de 2022 comparativamente com a média de 1981-2010 (linha rosa)



Fonte: National Snow and Data Center, 2022

Figura 3 - Extensão de mar coberto de gelo nos anos supramencionados



Fonte: (National Snow and Ice Data Center)

Reiteramos a ideia de que estas alterações que temos discutido traduzem-se em consequências que se fazem sentir em vários campos, quer seja ao nível das populações costeiras ou dos ecossistemas que são dependentes do gelo marinho para a sua subsistência, como a nível global. Esta ameaça ao planeta e à Humanidade pode traduzir-se através do aumento de eventos climáticos extremos, a acidificação dos oceanos, imposição de riscos à segurança alimentar global, entre outros. A nossa leitura é a de que não se pode deixar de salientar que os efeitos do aquecimento global no Ártico não são distribuídos de forma uniforme. Conforme observado, determinadas regiões apresentam maior vulnerabilidades do que outras, designadamente ilhas baixas e comunidades costeiras estão expostas à subida do nível da água do mar.

2.2 RECURSOS NATURAIS

Não obstante o conhecimento geral acerca das consequências nefastas do aquecimento global, sobretudo nesta região, é o próprio a apresentar uma possível potencialidade energética e económica. Desde o final da década de 1990, que o tópico do recuo do gelo tornou-se importante para a esfera não académica por um simples motivo: a exploração de recursos naturais e subaquática⁴. Em 2008, o *United States Geological Survey* (USGS) procedeu à publicação de um relatório onde divulgou que o Ártico possui uma estimativa de 13% da totalidade de reservas mundiais de petróleo por explorar e 30% das de gás natural⁵, onde se afirma que as plataformas continentais árticas podem constituir geograficamente a maior área de prospeção inexplorada de petróleo restante na Terra (Howard, 2009). Acresce a isto, a probabilidade do crescimento da indústria piscatória devido à migração como resultado do aumento das temperaturas oceânicas (Eliasson et al, 2016).

Eliasson e os restantes teóricos calculam que a maioria destes recursos estejam presentes nas águas offshore da Rússia e do Alasca, sendo que no ano de 2013, sensivelmente 10.5% da produção global de petróleo e 25.5% da produção global de gás veio do Ártico. Adicionalmente, podem ser localizados no Alasca, Canadá, Gronelândia e na Rússia, alguns minerais como o níquel, cobalto, paládio e platina. Estes autores sublinham ainda que:

“a área de desenvolvimento mais significativa do Ártico será em torno do Mar de Barents, que se encontra na Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Noruega e da Rússia. Os principais fatores são a profundidade relativamente reduzida do oceano e a elevada concentração de recursos. Esta zona tem reservas de petróleo e já se procedeu ao início da sua utilização” (Eliasson et al, 2016).

Verificamos que para o Estado Russo, os lucros podem vir a ser significativos, uma vez que se estima a existência de até 10 triliões de toneladas de depósitos de hidrocarbonetos, equivalendo 73 triliões de barris de petróleo (Cohen, 2011).

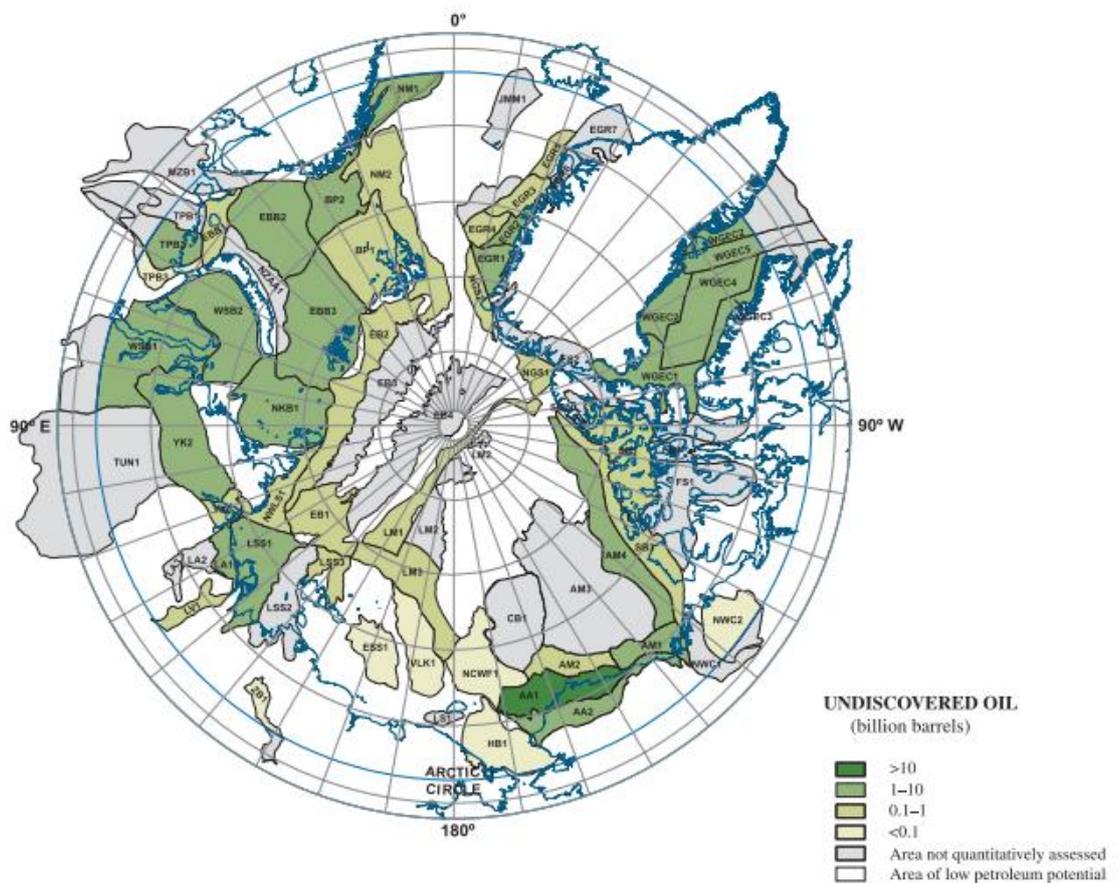
⁴ Diminuindo a hipoteticidade da exploração de petróleo e gás natural, bem como de recursos minerais valiosos no Ártico.

⁵ Atente-se que estas estimativas dos recursos são de reservas recuperáveis, ou seja, quantidades que conseguem ser extraídas com as tecnologias disponibilizadas atualmente.

No ano de 2008, o Presidente Medvedev enalteceu a importância destas descobertas, afirmando que:

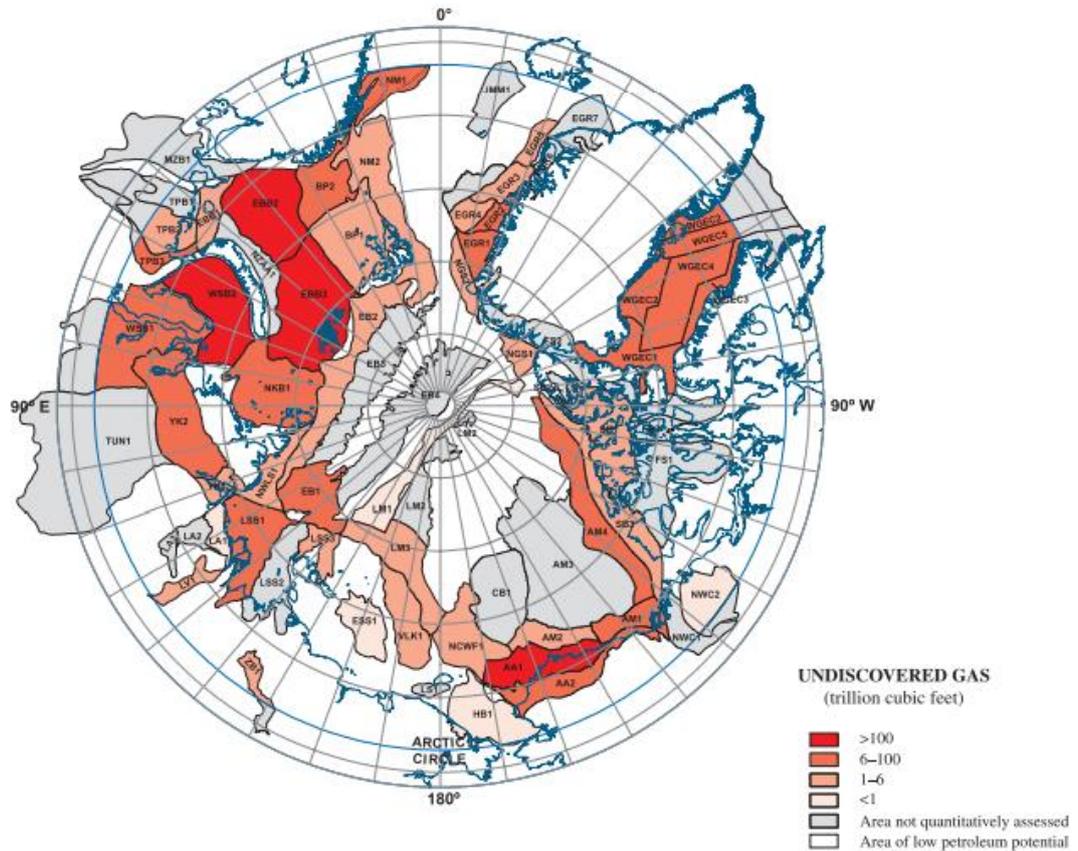
“According to estimates by experts’, he pointed out, ‘the Arctic shelf may have about one quarter of the world’s shelf hydrocarbon reserves, and the use of these reserves is a guarantee of Russia’s overall energy security.’ This means that the region ‘has a strategic significance for our country’ and ‘resolving long-term tasks of developing the state, and its competitiveness on the global market, is directly tied to its development..” (Climate Policy Watcher , 2023)

Figura 4 - Reservas de petróleo por explorar no Ártico



Fonte: (Guathier & al, 2009)

Figura 5 - Reservas de gás por explorar no Ártico



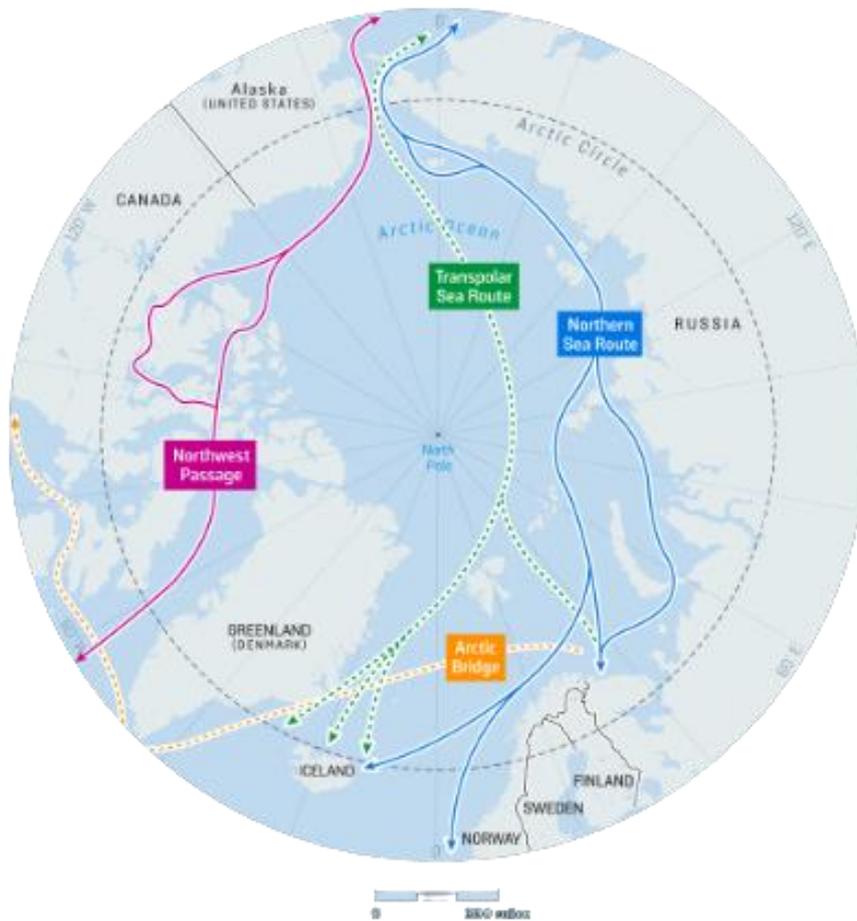
Fonte: (Guathier & al, 2009)

2.3 CIRCULAÇÃO MARÍTIMA

Tal como mencionado anteriormente, o degelo das camadas de *permafrost* tem tornado o Ártico progressivamente mais navegável, sendo que o que se encontra mais próximo da superfície aqueceu mais de 0.5°C desde os anos de 2007/2009 e a camada do solo que descongela no verão aprofundou-se na grande parte das zonas onde este é monitorizado. Supõe-se que a perda de gelo no Oceano Ártico pode ocorrer mais cedo do que o que se previa, “as extrapolações de dados observados recentemente sugerem um oceano largamente sem gelo no Verão no final da década de 2030, o que é mais cedo que o projetado pela maioria dos modelos climáticos”. Este impacto traduz-se no aumento de 1 a 3 meses em grande parte do oceano da *open water season* desde o fim da década de 1970, estabelecendo oportunidades adicionais para a navegação marítima, pesca comercial, turismo e o acesso aos recursos (AMAP, 2017).

Como expectável, a diminuição dos níveis de permafrost origina novas oportunidades, tal como a exploração das rotas comerciais do Ártico. Na figura seguinte, examinamos as possíveis rotas de navegação.

Figura 6 - Possíveis rotas de navegação no Ártico



(Foreign Policy, 2020)

Tal como exposto nesta figura, evidenciamos que são quatro as rotas comerciais do Ártico: a Northern Sea Route (NSR), a Northwest Passage (NWP)⁶, a Transpolar Sea Route (TSR) e a Arctic Bridge.

⁶ A NSR e a NWP são as duas rotas principais, uma vez que permitem a ligação entre continentes.

Como interpretamos na figura, a rota NSR passa predominantemente pela costa russa, significando isto que estas águas podem ser consideradas águas internas do Estado Russo. Este é a trajetória mais suscetível de ser a primeira a tornar-se livre de gelo, indicando assim a maior potência comercial. Um benefício acrescido ao uso desta passagem, é a redução da duração da viagem entre a Ásia Oriental e a Europa Ocidental em cerca de 21 mil quilómetros utilizando o Canal de Suez, para cerca de 12800 quilómetros, traduzindo-se esta informação em uma diminuição de 10 a 15 dias de trânsito. Reconhecemos que os soviéticos faziam uso desta rota por motivos de extração de recursos e fornecimento militar e, naturalmente, a circulação diminui com a queda da União Soviética e voltou a aumentar nos anos 2000 (Rodrigue, 2020). O aquecimento global e o conseqüente degelo da calota polar além de proporcionarem a abertura da NSR e da NWP, viabilizam ainda novas possibilidades relativas ao tráfego marítimo transártico (Dadwal, 2014).

Tabela I - Acessibilidade marítima para quatro rotas de navegação na baseline (2000-2014) e meados do século (2045-2059) (relativo a navios quebra-gelo abaixo da classe polar, mas de capacidade limitada de quebrar gelo), (julho-setembro)

| Route | Length | % accessible, 2000-2014 | % accessible, 2045-2059 | Accessibility charge (%) relative baseline | Transit time (days), 2045-2059 |
|----------------------|--------|-------------------------|-------------------------|--|--------------------------------|
| Northwest Passage | 9,324 | 63% | 82% | 30% | - |
| Northern Sea Route | 5,169 | 86% | 100% | 16% | 11 |
| Transpolar Sea Route | 6,960 | 64% | 100% | 56% | 16 |
| Arctic Brigde | 7,135 | 100% | 100% | 0% | 15 |

Fonte: (Stephenson, R. et al , 2011)

Inclusive, desde 2010 que esta rota tem registado níveis progressivamente mais elevados de atividade marítima, resultado das águas livres de gelo no Verão e da escolta de navios quebra-gelo até ao mês de novembro (The Maritime Executive, 2014). Pode isto ser corroborado, através dos dados relatados pelo Gabinete de Informação da Rota do Mar do Norte onde mostram um incremento de 194.5% de tráfego desde 2017 e prevê

que até 2024 mais de 80 milhões de toneladas de carga serão enviadas via NSR (Karamperidis & Valantasis-Kanellos, 2022).

Além destas duas rotas, temos ainda que ponderar a TSR. Esta apresenta a trajetória mais curta desde o Pacífico Norte até ao Atlântico Norte. Importa notar que vários estudos calculam que esta zona se torne sazonalmente livre de gelo em meados do século ou até mesmo em 2040 e o que torna a TSR mais atrativa é o facto de:

“ser a mais direta, evitando desafios de navegação, bem como taxas ou outras restrições e barreiras administrativas associadas ao NSR e ao NWP, bem como as taxas ou outras restrições e barreiras administrativas associadas à NSR e à NWP. Se e quando estas vantagens e quando estas vantagens irão atrair um tráfego comercial significativo. Ao contrário do NSR e do NWP, Svalbard é o único destino intermédio ao longo da TSR entre o Estreito de Bering e o Atlântico Norte.⁷ (Huntington, et al., Effects of Arctic commercial shipping on environments and communities: context, governance, priorities, 2023).

No que diz respeito à Arctic Bridge, esta conecta o porto russo de Murmansk ou o porto norueguês de Narvik ao porto canadiano de Churchill e, poderá ser utilizada predominantemente para o comércio de cereais. Não obstante o facto de não se tratar de uma rota transártica propriamente dita, foi concebida para interligar duas zonas interiores através do Ártico. Na tabela infra, podem ser observadas algumas informações e preocupações a ter em conta relativas às rotas supramencionadas (Huntington, et al., Effects of Arctic commercial shipping on environments and communities: context, governance, priorities, 2023).

Determina-se que o conjunto de fatores económicos, ambientais, energéticos, de circulação e de segurança⁸ reforçam a importância estratégica deste espaço, lançando-o para uma posição de destaque nas agendas políticas dos demais Estados Costeiros, mas também de organizações como a NATO. A Organização do Tratado do Atlântico Norte afirmou em 2009 que “it is a region of enduring strategic importance for NATO, and allied security [and] developments in the High North require careful and ongoing examination” (Howard, 2009).

⁸ Nas rotas discutidas, a ameaça de pirataria seria um risco muito diminuído.

Tabela II - Comparação entre a Northern Sea Route, Northwest Passage e a Transpolar Sea Route

| Parameter | NEP/NSR | NWP | TSR |
|---------------------------|---|--|---|
| Main types of shipping | Resource development, community re-supply, fishing, cruises, research transit shipping, government vessels | Community re-supply, resource development, cruise, government vessels | (Anticipated) Transshipping, including cruises, research and government vessels |
| Socio-cultural concerns | Disturbance and social wear and tear in the Bering Strait region, Barents Sea and North Norway, less of a concern along most of the Siberian Russian coast because there are few maritime communities or cultures except for Chukotka | Disturbance throughout the NWP, from Bering Strait to Davis Strait, due to prevalence of maritime cultures and communities along most of the route | Disturbance in the Bering Strait Region and Svalbard |
| Environmental concerns | Shipwreck or oil spill, noise disturbance, icebreaking, discharges, emission, disturbance of species by passengers, waste concerns (including marine litter from fishers) in important marine areas throughout the NEP/NSR | Shipwreck or oil spill, lack of charting and navigational aids, noise disturbance icebreaking, important marine areas throughout the NWP | Shipwreck or oil spill, noise disturbance; Bering Strait and Svalbard are areas of greatest concern |
| Shipping volume and trend | Moderate but rising quickly Year-round traffic in some areas, increasing volume of traffic, especially in winter | Modest Year-round traffic in some areas | Only research and cruise vessels to date When the route may become commercially viable, with or without ice-strengthened vessels |
| Promotion of route | Strong support and investment from Russian government, "Polar Silk Road" in China's Belt and Road Initiative, interest from other countries & shipping companies | Limited support or investment from Canadian and US governments, limited interest by other countries | Almost none to date |
| Governance | Strong control by Russian and Norwegian government, IMO-approved Bering Strait shipping routes and ATBAs, extensive capacity for response and enforcement Regional agreements on SAR and oil spill preparedness. | Development of "Arctic Corridors" system, Arctic PARS, IMO-approved Bering Strait shipping routes and ATBAs, minimal capacity for response and enforcement | IMO Polar Code, IMO-approved Bering Strait shipping routes and ATBAs, minimal capacity for response and enforcement, no specific TSR measures |

Fonte: (Huntington, et al., Effects of Arctic commercial shipping on environments and communities: context, governance, priorities, 2023)

Não nos restringindo às estratégias e políticas elaboradas pelos Estados Árticos, deduzimos que existem múltiplos atores geograficamente distantes desta região, que expressam a ambição de fazer notada a sua presença. Em 2013, o Conselho do Ártico formalizou a entrada de seis novos membros, cinco dos quais da Ásia-Pacífico: a China, Índia, Japão, Singapura e Coreia do Sul, sendo o sexto a Itália. Não se deve descartar a centralidade que estes países possam ter no círculo polar, uma vez que alguns deles redigiram documentos sobre a conduta política e objetivos a ter e, procedem ainda à organização de conferências. Com isto em mente, partimos agora para a governança desta região (Lindgren & Lanteigne, 2023).

3. GOVERNANÇA VERSUS ANOMIA NO ÁRTICO

Num cenário de incerteza no palco mundial político e com uma contínua retórica da competição hegemónica, o Ártico pós-Guerra Fria tem uma firme estabilidade

geopolítica. E esta estabilidade assenta na cooperação afirmada pelos Estados do círculo ártico e organizações de pessoas indígenas. Torna-se vital assimilar a separação entre governança, anomia e anarquia internacional quando falamos do Ártico. O termo ‘governança’ indica que:

“o ato de governar, não se confina à governação efetuada por governos formais, embora também a abranja. O conceito é adjetivado de múltiplas formas, cobrindo um campo muito amplo da atividade humana: governação pública versus privada; corporativa; de mercado; participativa; deliberativa; em rede, etc. Refere-se, pois, aos processos de organização e coordenação social em geral. O termo vulgarizou-se a partir dos anos 1980 e reflete uma mudança nas conceções sociológicas da organização social e políticas da ordem política, fruto da própria evolução da rede de relações globais. Ao contrário dos modelos formais de governo público, a governação é concebida como um processo de menor grau de formalização, menos hierárquico e mais aberto a processos horizontais, transnacionais, colaborativos e em rede. A governação acarreta ainda a entrada em cena de uma diversidade substancial de atores, erodindo as barreiras clássicas entre público e privado, através de parcerias ou mesmo de regulação privada. No plano normativo, a governação é normalmente apresentada como "boa governação", entendendo-se por tal uma governação democrática, participada.” (Sousa, et al., 2021)

Ora, quando mencionamos governança temos obrigatoriamente que mencionar o conceito ‘anomia’. Ainda que estes conceitos não sejam compatíveis, estão intimamente relacionados, uma vez que este último pode dificultar a governança.⁹ O termo anomia deriva do grego anomia, cujo significado é sem lei, e relaciona-se com outras características como a iniquidade, a impiedade, a injustiça e a desordem. O teórico Durkheim considera a anomia como um estado anormal da divisão do trabalho que não gera solidariedade social. Assim, à luz da sua tese, a coesão social fragmenta-se e as regras tornam-se inadaptadas ou insuficientes. O autor distingue duas variantes de anomia: forma aguda (de crise) e forma crónica (durável), porém, alarga o seu âmbito - anomia económica e anomia familiar. Durkheim é apologista de que a anomia representa sempre uma forma de rutura ou de enfraquecimento das relações sociais. É essencial destacar que no âmbito das sociedades nacionais existem “espaços sociais vazios”,

⁹ A anomia torna mais difícil a governança, no sentido em que eleva o grau de dificuldade de criação e aplicação de regulamentos para as autoridades. Contudo, uma fraca governança também pode contribuir para a anomia, levando ao aumento de desordem, injustiça e desigualdade.

anômicos, onde o Estado não exerce a sua autoridade e onde não existe fidelidade política e, simultaneamente assiste-se à proliferação de fenómenos transnacionais no palco internacional e a correspondente ausência ou défice de regulação (Sousa, et al., 2021).

Neste contexto de fragmentação e globalização, vários autores como Bertrand Badie, argumentam que a tese de Durkheim de anomia – o défice de regras – é um fenómeno útil para entender as relações internacionais. De acordo com Badie, todo o sistema social, incluindo a sociedade mundial, conhece zonas de fraca regulação e isso torna-se mais visível a nível internacional, onde não existe um centro regulador hierárquica (Sousa, et al., 2021).

A anomia internacional pode ser aguda, quando se manifesta de maneira provisória na sequência de uma crise, de uma mudança repentina, ou de maneira crónica. Bertrand sublinha que a anomia é um fenómeno inerente à sociedade global. O teórico aponta dois perigos da anomia internacional, nomeadamente as crises de dominação, e as dificuldades para reconhecer equitativamente, a legitimidade de identidades plurais (não apenas do Norte rico e ocidental) dos demais atores da sociedade internacional. (Sousa, et al., 2021)

A anarquia internacional e a anomia são duas ideias diferentes, mas que podem ser relacionadas. De acordo com a obra ‘Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais’, anarquia pode ser definida como “a inexistência de um centro regulador de poder hierárquico, com capacidade de definir e impor normas e condutas que obriguem as unidades do sistema internacional” (Sousa, et al., 2021). Por outras palavras, os Estados são soberanos, daí livres para agir de acordo com os seus interesses, sem ter que responder ou justificar as suas ações a uma autoridade suprema.

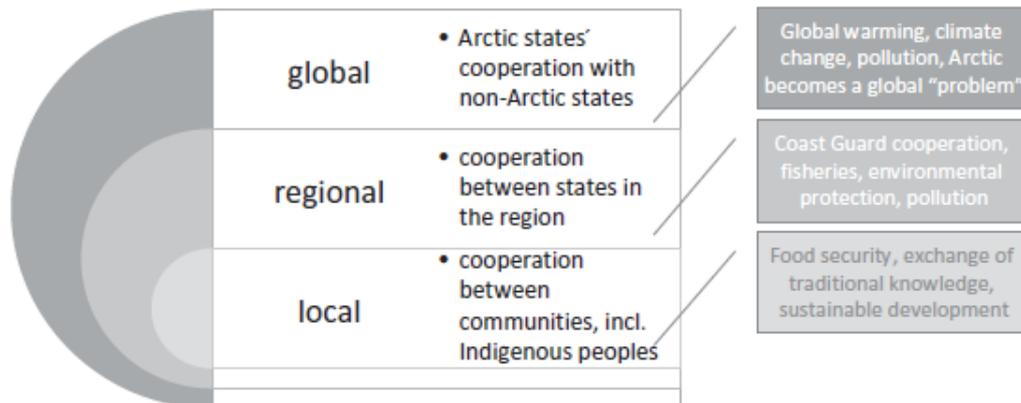
A anomia e a cooperação são também conceções opostas. A primeira ocorre quando não existe uma coesão social, onde não se gera solidariedade, o que cria automaticamente um maior grau de dificuldade no que diz respeito à cooperação. Por outro lado, a cooperação é essencial para a construção de uma sociedade próspera.

Considerando informação anterior, concluímos que as alterações climáticas são um desafio securitário à escala global, dado que estas não respeitam fronteiras. Não obstante a existência de algumas disputas fronteiriças, os Estados Árticos têm feito um esforço coletivo para manter e desenvolver o espírito cooperativo na região, o que enfatiza a ideia geral de que partilham interesses comuns. A abordagem liberal¹⁰ considera que a

¹⁰ Preveem ainda uma política de cooperação e pluralista emergente na região ártica, com a lei internacional a regular qualquer disputa que possa ocorrer.

cooperação é um dos pré-requisitos que está no cerne da estabilidade regional e securitária no Ártico. Com isto em mente, é necessário compreender o significado de governança, anomia e os demais níveis de cooperação (Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, Routledge handbook of Arctic security, 2020).

Figura 7 - Compreensão dos desafios securitários árticos em 3 níveis



Fonte: (Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, Routledge Handbook of Arctic Security, 2020)

Entendemos que o conceito de cooperação é :

“agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. O sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das acções, a participação activa de todos os elementos, etc.” (Sousa, Dicionário de Relações Internacionais, 2005).

Ora como sublinhado anteriormente, é a cooperação entre os demais atores e o esforço por alcançar um objetivo comum, seja este motivado por interesses comuns ou pelo bem maior, que nos leva à governança global. Por governança global entende-se que

“é a ordem intencional que emerge de instituições, processos, normas, acordos formais e mecanismos informais que regulam a ação para o bem comum. A

governança global abrange atividades que transcendem as fronteiras nacionais a nível internacional, transnacional e regional (...)" (Smelser & Baltes, 2015)

Como supramencionado, isto é conseguido através de ações cooperativas e estas são baseadas em regras e direitos reforçados através de uma combinação de incentivos financeiros e morais. Os mecanismos referidos na citação são compostos por elementos e métodos dos sectores público e privado. Importa ainda compreender que:

“Estes elementos abrangem padrões acordados, normas em evolução baseadas em valores partilhados e diretivas emitidas por autoridades privadas e, em última análise, aplicadas pelos Estados. Os métodos de governança global incluem a harmonização de leis entre Estados, regimes internacionais, redes de questões políticas globais e instituições híbridas que combinam funções de agências estatais e organizações do sector privado.” (Smelser & Baltes, 2015)

A nossa ótica é que esta região tem desencadeado o interesse dos atores que referimos e estes acompanham aspetos como as transformações ambientais, os desdobramentos das relações entre os Estados do Ártico, as oportunidades de novas rotas de navegação e a exploração de recursos naturais. É natural que os fatores citados possam levar à anomia neste território, com o intuito de evitar a mesma no círculo Ártico, os Estados Costeiros e aqueles cujo *status* é de membro-observador estão envolvidos em diversas organizações, não só para a manutenção das suas relações, mas também com fins de cooperação científica e económica, incremento do bem-estar das populações indígenas e da proteção da fauna e flora e, ainda de resolução de qualquer disputa ou tensões que possam surgir.

3.1. COOPERAÇÃO ÁRTICA

O término da Guerra Fria trouxe consigo a desmilitarização do Ártico, priorizando o clima e vontade por parte dos Estados de criar estabilidade e segurança, traçando o caminho para a cooperação entre os atores da região. O início da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, apresentou desafios a esta atitude cooperativa, na medida em que sete dos oitos Estados permanentes do Conselho do Ártico decidiram fazer uma pausa nas atividades do mesmo. Assistimos ao início da premissa de cooperação e correlação, quando em 1991, oito dos Estados membros do Conselho do Ártico assinaram a Estratégia

Ártica de Proteção do Meio: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e EUA. Constatamos que o Conselho do Ártico, “(...) *is the leading intergovernmental forum promoting cooperation, coordination and interaction among the Arctic States, Arctic Indigenous peoples and other Arctic inhabitants on common Arctic issues, in particular on issues of sustainable development and environmental protection in the Arctic*”, e tem na agenda, tópicos como prevenção, prontidão e respostas a emergências; saúde mental e desenvolvimento sustentável; coordenação de exercícios de busca e salvamento, entre outros. (Arctic Council, s.d.)

A cooperação teve início antes do término da Guerra-Fria, ou seja, quando Barents ainda era uma zona de confronto militar. Não obstante, em 1973 foi homologado por cinco EC – o Canadá, Dinamarca, os Estados Unidos, a Noruega e a União Soviética, o Tratado sobre o Urso Polar (Agreement on the Conservation of Polar Bears). Porém, o marco mais notório decorreu em 1987, aquando Gorbachev pensou nas “Iniciativas de Murmansk” e estendeu um convite a todos os Estados Árticos para uma cooperação mais abrangente relativa ao comércio, a cultura, o controle de armamento e ao meio ambiente (Silva, 2016).

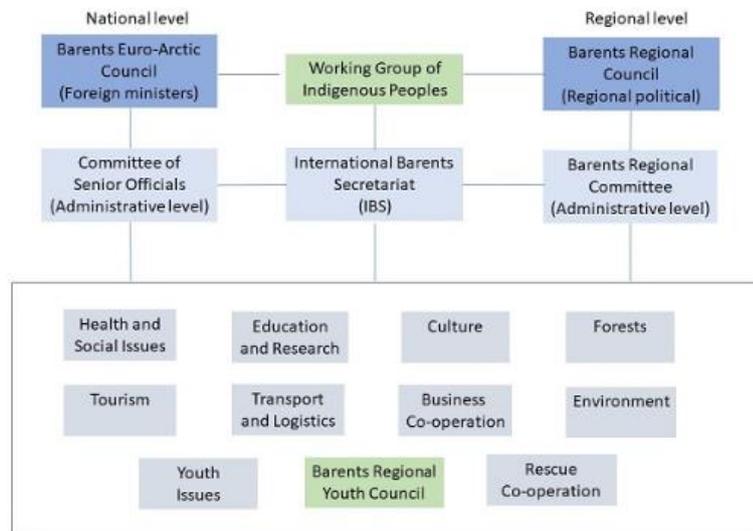
Estas iniciativas guiaram-nos até à Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (Arctic Environmental Protection Strategy-AEPS), subscrita no ano de 1991 na Finlândia pelos oito países desta região e com conteúdo legal vinculativo direcionado ao incremento da colaboração entre membros. (Silva, 2016)

Um dos exemplos de que esta cooperação pode ter e tem sucesso, originou em 1993 com o propósito de fortalecer o campo da *soft security* entres estes atores., especialmente, porque esta área serviu para confrontação militar. Falamos do Conselho Euro-Ártico de Barents (CEAB) e ainda da cooperação de grau inter-regional, o Conselho Regional de Barents (CRB) (Hoogensen Gjørv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, 2020).

Fazem parte dos Estados signatários do CEAB – a Dinamarca, Federação Russa, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e ainda, a Comissão Europeia. Ambos os Conselhos estabeleceram *Working Groups* temáticos, que constituem uma plataforma transfronteiriça para intercâmbio destinado a funcionários públicos e profissionais do respetivo campo, tanto a nível nacional como regional. Atente-se que os grupos indígenas Saami, Nenets e Veps cooperam no *Working Group of Indigenous people* em diversos

departamentos, tal como pode ser verificado no seguinte esquema. (The Barents Euro-Arctic Council, 2023)

Figura 8 - Estruturação da organização da Cooperação de Barents



Fonte: (Kainuun Liitto, 2021)

A Era do pós-Guerra-Fria trouxe consigo o desejo de acentuar a cooperação e união, por conseguinte, os EC têm respeitado o direito internacional e o espaço soberano dos restantes Estados. Os Estados Canadano e Americano não eram membros do CEAB, ora desta procura por aproximação, resultou em 1996 a Declaração de Ottawa, originando o Conselho do Ártico (CA) cujo documento de fundação foi assinado por todos os Estados Árticos. Considere-se que nem o CEAB nem o CA, as duas principais instituições regionais intergovernamentais de alto nível, lidam oficialmente com questões de políticas militares e securitárias (Hoogensen Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, 2020).

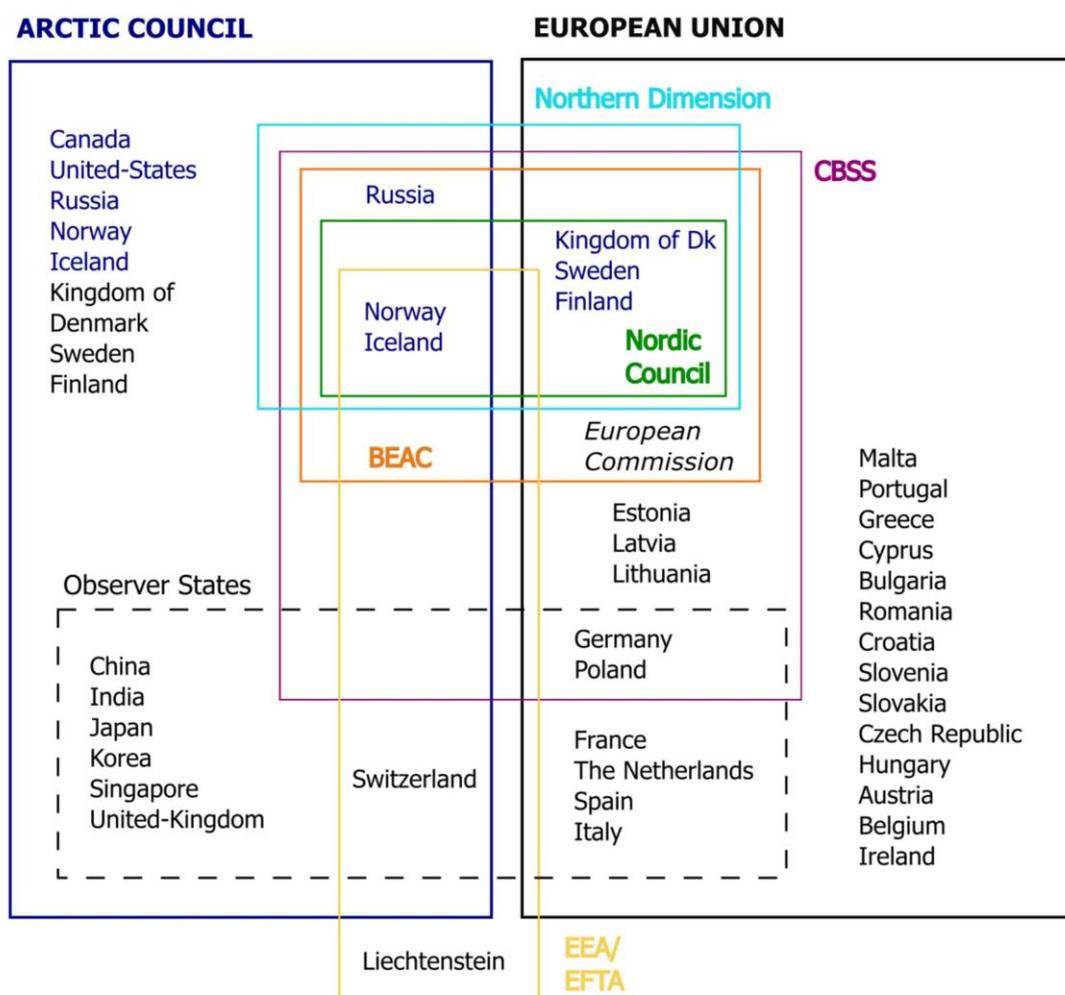
Constatamos que o Conselho do Ártico, “(...) is the leading intergovernmental forum promoting cooperation, coordination and interaction among the Arctic States, Arctic Indigenous peoples and other Arctic inhabitants on common Arctic issues, in particular on issues of sustainable development and environmental protection in the Arctic”, e tem na agenda, tópicos como prevenção, prontidão e respostas a emergências; saúde mental e desenvolvimento

sustentável; coordenação de exercícios de busca e salvamento, entre outros. (Arctic Council, s.d.)

A fundação do CA aumentou de forma notável a cooperação nos temas que envolvem esta região, salvo os assuntos supramencionados. É composto por pelos Estados Árticos, sendo estes o Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Federação Russa, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. As organizações dos povos indígenas desta região são desde o ano 2000 participantes permanentes Arctic Athabaskan Council, Aleut International Association, Gwich'in Council International, Inuit Circumpolar Russian Association of Indigenous Peoples of the North e Saami Council. A estes membros, juntam-se ainda membros observadores, até 2006 eram apenas seis: a Alemanha, Espanha, a França, Países Baixos, a Polónia e o Reino Unido. No presente ano, verificamos que outros países como a China, Índia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Singapura e a Suíça possuem o estatuto de observadores. A União Europeia ainda não sucedeu em obter o dito estatuto, essencialmente devido à questão tratada no Regulamento 1007/2009 acerca do comércio de derivados de foca que tem prejudicado as relações do Canadá e sobretudo, dos povos indígenas árticos - com a UE (Silva, 2016).

Acrescem a estes atores, organizações interparlamentares e intergovernamentais cujo status é de observador como por exemplo, a Federação Internacional e Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), Conselho Nórdico de Ministros, a Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UN-ECE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), entre outras. Por fim, o Conselho do Ártico reconhece cerca de onze organizações não-governamentais como observadoras (Silva, 2016)

Figura 9 - Interligações das instituições entre o Ártico e a Europa



BEAC: Barents Euro-Arctic Council; CBSS: Council of the Baltic Sea States; EEA: European Economic Area

Fonte: (Canova, 2023)

Nesta lógica, assinaram-se acordos jurídicos de carácter obrigatório para os membros – primeiramente, o *Agreement of Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic* e mais tarde, o *Agreement on Cooperation on Marine Oil Pollution Preparedness and Response in the Arctic*, o *Agreement on Enhancing Internatioanl Arctic Scientific Cooperation* e o *Agreement to Prevent Unregulated High Seas Fisheries in the Central Arctic Ocean* (Silva, 2016).

Adicionalmente, criou-se um Secretariado permanente, indicando a importância crescente deste fórum. Entre as metas do Conselho do Ártico está presente:

“[t]o provide means for promoting cooperation, coordination and interaction among the Arctic States, with the involvement of the Arctic indigenous communities

and other Arctic inhabitants on common Arctic issues, in particular, issues of sustainable development and environmental protection in the Arctic” (Silva, 2016).

Uma retrospectiva do primeiro decénio avaliado por Timo Koivurova e David VnaderZwaag defendem que o Conselho foi um catalisador na produção e disseminação de informação que impactou a forma como os acordos de proteção ambiental têm sido negociados; foram bem-sucedidos na conclusão de um tratado internacional cujo tema é a proteção ambiental relativa a poluente orgânicos persistentes e a inclusão das perspectivas do Ártico durante os processos de negociação. Como supramencionado, a atribuição de um cargo neste fórum não é apenas considerada um fator energizante para estas comunidades, mas um reforço das suas identidades de povos específicos do Ártico e da sua identidade comum enquanto povos indígenas do Norte (Silva, 2016).

Em suma, o caminho que tem sido traçado vem fortalecendo os laços de cooperação entre os Estados-Membros (EM) os participantes permanentes e aqueles que desejam aderir a este Conselho – transmitindo assim a ideia de consolidação do papel do Conselho do Ártico como o principal fórum de diálogo nesta região (Silva, 2016).

Não obstante, o surgimento de tensões e conflitos é, por vezes, inevitável. Tal foi constatado aquando da invasão da Ucrânia pelo Estado Russo, provocando uma pausa nos trabalhos do Conselho. Adicionalmente, devemos ainda referir as reivindicações e disputas territoriais dos Estados envolvidos e o mecanismo acionado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para a resolução das mesmas.

3.2. UNCLOS E DISPUTAS TERRITORIAIS

O Ártico é essencialmente um mar congelado, naturalmente, está sob a égide do acordo internacional mais importante relativo à região que estamos a analisar, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982, a qual diz respeito a zonas marítimas e oceânicas entre Estados soberanos e no âmbito da qual foi estabelecida a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) (Silva, 2016).

Todo o conteúdo da UNCLOS é juridicamente vinculativo e aplicável, contudo alguns artigos merecem um especial destaque: o 76.º - que trata a definição de plataforma continental e uma eventual expansão, o 77.º que visa os direitos dos Estados Costeiros sobre a mesma, o 83.º que versa sobre a delimitação da plataforma continental entre

Estados com costas adjacentes ou opostas e o 234.º que aborda as áreas cobertas de gelo (Silva, 2016).

Durante a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1973-1982), as questões acerca do *status* do gelo foram unicamente discutidas pelos Estados polares árticos e apenas nestes termos, até porque já existia um tratado relativo à Antártida. A estes fatores, adiciona-se o facto de que anteriormente a esta conferência, a navegação submarina¹¹ era exclusiva aos soviéticos e americanos e os canadianos alegavam reivindicações no sentido nos termos da teoria dos setores (Silva, 2016).

Para que estas questões sejam tratadas, devemos primeiro perceber o que se entende por áreas cobertas de gelo. Em virtude disto, vale ressaltar a secção 8, artigo 234.º:

“Os Estados costeiros têm o direito de adotar e aplicar leis e regulamentos não discriminatórios para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho proveniente de embarcações nas áreas cobertas de gelo dentro dos limites da zona econômica exclusiva, quando condições de clima particularmente rigorosas e a presença de gelo sobre tais áreas durante a maior parte do ano criem obstruções ou perigos excepcionais para a navegação e a poluição do meio marinho possa causar danos graves ao equilíbrio ecológico ou alterá-lo de modo irreversível. Tais leis e regulamentos devem ter em devida conta a navegação e a proteção e preservação do meio marinho com base nos melhores dados científicos de que se disponha.” (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982)

O teórico Ted McDorman assinala que o artigo em questão é o único dispositivo da UNCLOS que autoriza os Estados Costeiros a adotarem legislação interna mais rigorosa para as embarcações do que aquela prevista nos padrões estabelecidos nas regulamentações internacionais. O item 234.º integrou as medidas previstas no Ato canadiano Arctic Pollution Waters Prevention, ora e, decorrência das alterações climáticas, a lei canadiana pode vir a tornar-se obtusa uma vez que coloca determinadas condições na sua aplicação – “não mais totalmente preenchidas pelas águas árticas canadenses”, ou seja, que as áreas mencionadas estejam cobertas de gelo durante a maior parte do tempo e criem obstáculos ou perigos excepcionais à navegação (Silva, 2016).

Embora este seja o artigo que implicitamente trate do ártico, o mais relevante para a região é o 76.º pois dita a definição da plataforma continental e a possibilidade da sua

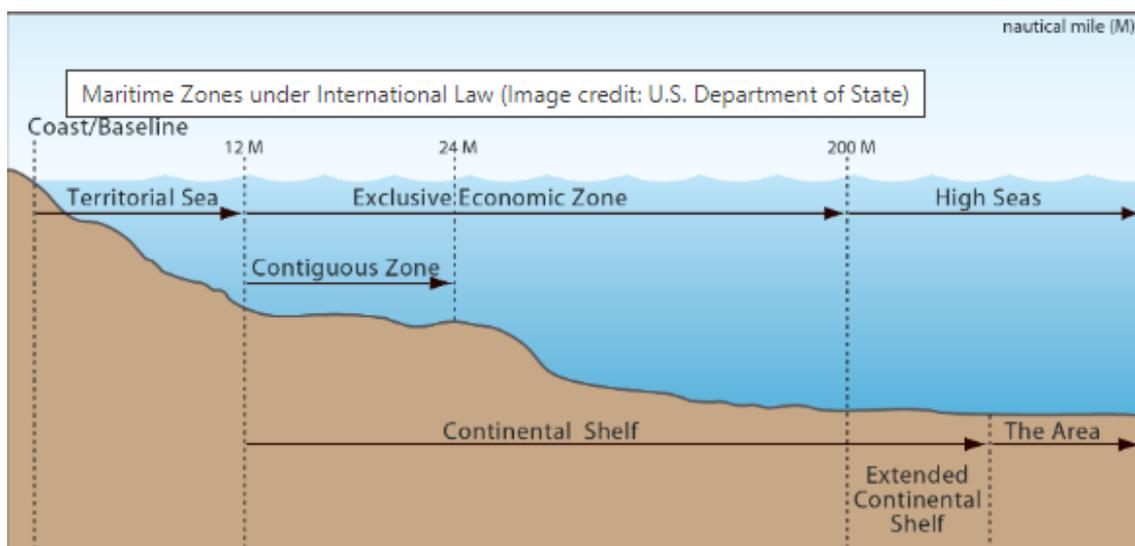
¹¹ Submarina.

extensão para além do limite de 200 milhas marítimas. Na secção VI, item 76.º cláusula 1 verifica-se que a definição de plataforma continental é a seguinte:

“A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.” (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982)

Uma plataforma continental de 200 milhas marítimas é assegurada a todos os Estados Costeiros, mesmo que em questões geomorfológicas esta não seja tão vasta. Importa lembrar que este máximo pode ser alargado, apenas é requerido que este comprove que o prolongamento natural do seu território terrestre até ao bordo exterior da margem marítima continental ultrapassa este limite de 200 milhas. (Silva, 2016)

Figura 10 - Zonas marítimas sob direito internacional



Fonte: (National Oceanic and Atmospheric Administration, s.d.)

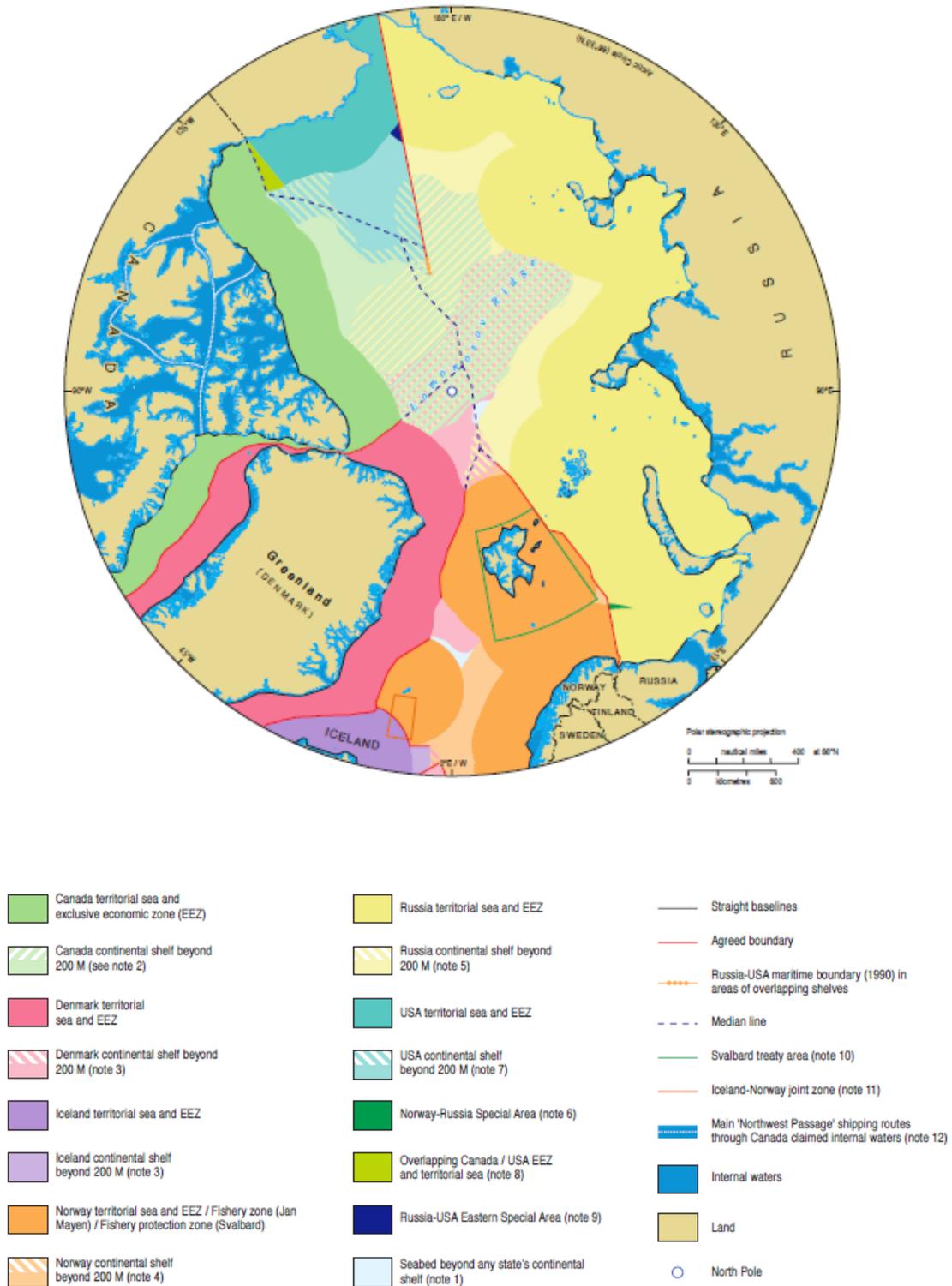
O artigo 76º/5 da UNCLOS apresenta as seguintes restrições impostas aos limites exteriores da plataforma continental no leito do mar:

“devem estar situados a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial ou uma distância que não exceda 100 milhas marítimas de isóbata de 2500 m, que é uma linha que une profundidades de 2500” (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982)

Todo este processo requer ainda, de acordo com o item 76º/8 que os EC prestem dados acerca dos limites da plataforma continental à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), esta avalia-os e procede à recomendação que servirá de base para a determinação dos limites exteriores da plataforma continental. (Silva, 2016)

Figura 11 - Delimitação Fronteiriça e Jurisdição Marítima no Ártico

Maritime Jurisdiction and boundaries in the Arctic region



Fonte: (Durham University, s.d.)

As alterações climáticas têm desafiado os conceitos de permanência e estabilidade, nas quais o ideal de Estado soberano e territorial se tem apoiado. O sistema estatal moderno é baseado na distinção entre terra e água, e esta questão é mais premente no Ártico. À medida que este se torna mais acessível, os atores enfrentam o seguinte dilema: adaptar o sistema estatal ou tentar impor a sua visão idealizada (Gerhardt, et al., 2010).

Os Estados Árticos enfrentam questões legais ainda não resolvidas, tais como disputas territoriais. Sendo a Federação Russa o Estado com maior território ártico, é natural que expresse elevado interesse nestas legalidades, uma vez que a acessibilidade a recursos e rotas é maior. Os litígios em questão podem ser materializados como supramencionado, através de pedidos de extensão da plataforma continental e das zonas económicas exclusivas, dentro da autoridade da UNCLOS (Offerdal, 2014).

Embora a Convenção seja voluntária, é cumprida pelos Estados na região ártica, inclusive pelos Estados Unidos. Atualmente, não existem disputas territoriais de carácter mais grave entre os mesmos e, vale a pena mencionar que estes seguem de perto a lei e até colaboram entre si para fazer reivindicações (Hoogensen Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, 2020).

A seguinte tabela expõe algumas das questões ainda não resolvidas, como sobreposições, limites de extensão da PC atuais e o estatuto jurídico de determinadas zonas.

Tabela III - Disputas ainda não resolvidas. Plataforma Continental (PC), Recursos Naturais (RN)

| Região | Requerentes | Motivo da Disputa |
|------------------------------------|---|---|
| Mar de Beaufort | Canadá e EUA | Limites da PC e direitos sobre RN |
| Mares de Berings e Chucktokta | Federação Russa e EUA | Limites da PC e direitos sobre RN |
| Cordilheiras Lomonosov e Mendeleev | Canadá, Dinamarca, Federação Russa | Extensão da PC e direitos sobre RN |
| Passagem do Noroeste | Canadá e EUA | Estatuto jurídico da passagem e direitos sobre RN |
| Rota do Mar do Norte | Canadá, Dinamarca, EUA, Federação Russa | Estatuto jurídico da rota e direitos sobre RN |

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Uma simples análise da seguinte tabela demonstra a dinâmica interna entre os Estados costeiros do Ártico, revelando que apesar de existirem problemas relacionados com limites marítimos, os Estados esforçam-se por atingir acordos bilaterais e criam uma base para futura cooperação.

Andreas Østhagen afirma que é suscetível que haja uma disputa relativa à extensão das PC no Ártico, originando um confronto diplomático e até ser utilizada num jogo de poder entre a Federação Russa e o mundo ocidental. Contudo, defende que não é provável que este seja o principal elemento de conflito entre os EA e sublinha ainda que o fundo do mar não é equivalente a território (Østhagen, *Five Misconceptions in Arctic Security and Geopolitics*, 2023).

É importante referir que os Arctic-Five (A5) assinaram em 2008, a Declaração de Ilulissat, traduzindo-se este ato na reafirmação de intentar o cumprimento das normas estabelecidas pela UNCLOS. Isto foi também um mecanismo para a consolidação da soberania dos Estados e de resolução pacífica de reivindicações sobrepostas através dos tramites existentes para esse fim, neste caso a UNCLOS e CA (Hoel, 2014).

Tabela IV - Delimitações no Ártico

| | <i>Resolved</i> | <i>Unresolved</i> |
|---|-----------------|--|
| 1 US–Russia: Bering Sea | 1990 | Not ratified by Russia, but observed in practice |
| 2 US–Canada: Beaufort Sea | | Unresolved |
| 3 Denmark/Greenland–Canada: Davis Strait, Lincoln Sea | 1973/2012 | Tentative agreement for the Lincoln Sea in 2012 |
| 4 Denmark/Greenland–Iceland: Denmark Strait | 1997 | |
| 5 Denmark/Greenland–Norway: Jan Mayen | 1995 | |
| 6 Denmark/Greenland–Norway: Fram Strait | 2006 | |
| 7 Iceland–Norway: Jan Mayen | 1980, 1981 | |
| 8 Norway–Russia: Barents Sea and Arctic Ocean | 2010 | |

Fonte: (Hoel, 2014)

A CNUDM entrou em vigor na Federação Russa a 11 de abril de 1997 e, esta reclamou naturalmente as 200 milhas da ZEE a que tem direito ao longo da linha costeira

adjacente ao oceano Ártico, conseqüentemente a Rússia tornou-se no Estado que possui a maior área marinha ártica e com estas “disputas”, verificou-se um incremento na investigação do relevo oceânico e um dos frutos foi o primeiro pedido de extensão da plataforma continental de um Estado Ártico, este requerimento consistia em 1.2 milhões de km quadrados adicionais de controlo económico marinho (Carlson, Hubach, Long, Minter, & Young, 2013). Contudo, este litígio não foi aceite pela CLPC e foram pedidas informações complementares sobre a parte da plataforma estendida no mar de Okhotsk e na parte central do oceano ártico. A Federação Russa submeteu o que lhe foi requisitado em 2013 e, em 2015 submeteu uma nova revisão relativa à parte central do oceano ártico (Silva, 2016).

Durante este intervalo de tempo, a comunidade internacional foi surpreendida quando no ano de 2007, dois submarinos russos descenderam cerca de 4,262 metros de profundidade com a missão de coletar amostras de solo do relevo oceânico diretamente debaixo do Pólo Norte (dentro dos limites das submissões feitas à CLPC) e, colocar uma bandeira russa de titânio com o intuito de mostrar a sua dedicação e esforço em tornar-se uma grande potência e *player* nesta região, demonstrado aqui a assertividade da sua política externa. Como expectável, esta ação impulsionou investimentos por parte dos A5 e despertou o interesse de Estados que não abarcam o Ártico, tal como a Singapura, Índia, China e Coreia do Sul. (Silva, 2016)

Um dos últimos litígios a ser resolvido foi a questão do Mar de Barents entre a Federação Russa e a Noruega e que teve uma duração de quase 40 décadas. O alcance deste acordo permitiu a continuidade da cooperação ao nível do setor piscatório entre os dois países e, estabelece um quadro para a cooperação relativa a depósitos de petróleo que atravessam a fronteira. Como pode ser constatado, diversas escolas podem ser aplicadas a esta questão, diversos teóricos mencionam e referem este exemplo para defender a ótica institucionalista liberal e, a visão de que o Ártico é uma zona de cooperação pacífica (Silva, 2016).

Alf Hoel expressa que: “(...) it is an example of how common or shared interests in resource development trump traditional security concerns over a strategically important area.” e, vai ainda mais longe sublinhando a importância desta cooperação, “(...) the existence of institutionalized cooperation in the area for decades was also of marked importance to this agreement.” (Hoel, 2014). Verificamos ainda que não obstante a invasão da Ucrânia, em 2023 a Noruega e a Rússia alcançaram novamente um acordo

acerca do setor piscatório no mar de Barents e o teórico Geir Hønneland afirma que: “(...) it is not in anyone’s interest that this management cooperation is broken and that the parties do not grant access to each other’s economic zones.” (Edvardsen, 2022).

A nosso ver, à luz dos dados expostos relativamente à resolução de disputas entre os EA, e considerando que estes atores exceto os EUA são Estados signatários da UNCLOS, concluímos que as recomendações desta têm sido eficazes. Este tratado compõe um instrumento valioso para a promoção da paz e da segurança no mar, promovendo a resolução de controvérsias pacificamente e equitativamente. Aludindo às ideias dos teóricos supramencionados e após uma reflexão, não é expectável que se origine um conflito potencialmente escalável conectado a estas disputas. Contudo, não podemos esquecer o quão importante a soberania e delimitações são para os Estados e, conseqüentemente, adicionar a esta equação a existência da possibilidade desse mesmo conflito articulado aos desenvolvimentos em outros campos, nomeadamente nos trâmites de questões de segurança e defesa¹² (Edvardsen, 2022)

¹² Como podemos verificar, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa foi o fator que levou à pausa das atividades no CA em 2022.

PARTE II | O ÁRTICO E O OCIDENTE: O POSICIONAMENTO DA NATO, UE E EUA

O Ártico tem sido retratado como um espaço global, mas também como de emergência de novas estratégias e atores motivados pela sua recente acessibilidade a transportamento e exploração de recursos. A relevância dos recursos e de recentes rotas mencionadas anteriormente é base para disputas, especialmente entre os Estados Costeiros Árticos. A opinião académica tem mostrado divisão neste objeto de estudo, alguns teóricos partilham a tese de que a cooperação tem um peso superior à conflitualidade de interesses. Em contrapartida, outros autores são apologistas de que existe vontade de colaborar, mas que esse facto não tem sido um obstáculo ao investimento no campo militar. Como exemplo, referimos João Leal e Lassi Heininen que, pela respetiva ordem, defende a existência da vontade de potenciar a estabilidade, simultaneamente, não negando a presença de conflito. Heininen afirma que “um dos maiores equívocos sobre o Ártico é a ideia que se encontra em curso uma corrida sem regras à exploração de recursos o que tendencialmente provocará conflitos na região” (Domingues, , 2018).

Sandra Balão aborda esta questão com uma tese próxima à opinião de Huebert e restantes teóricos, mencionando que “embora a o discurso argumente a favor de uma solução pacífica para as questões que envolvem o Ártico, o facto é que os polos de potencial conflito são muitos” e que, “a corrida às armas já teve o seu início no Ártico” (Domingues, N. J. et al., 2018).

Tendo em conta a dicotomia ideológica dos teóricos mencionados, é fundamental analisar cuidadosamente as estratégias e políticas dos Estados do Ártico e daqueles que demonstram interesse na região, bem como as pretensões existentes e os recursos investidos, de forma a compreender as potenciais consequências a nível local e mundial.

1. NATO

O conceito “High North” é um termo flexível e usado por vários países europeus para descrever a área do Norte Europeu abaixo do círculo ártico, bem como os acessos ao Atlântico Norte, às regiões Nórdica e ao Báltico. Esta definição é desenhada para atrair e expandir o número de atores na discussão. Os países membro da NATO utilizam maioritariamente os mesmos termos, mas vale a pena sublinhar que apesar desta

organização se focar na paz e segurança, nunca define o seu limite mais a Norte (NATO, Regional Perspectives Report on The Arctic, 2021).

Para a NATO, as mudanças a curto e longo prazo no Ártico levarão a que esta altere as suas perspetivas operacionais neste local. Neste relatório que analisamos, encara-se o aumento do acesso a esta região com o aumento de atividades comerciais e militares e, que sem o planeamento adequado estas operações podem criar um dilema de segurança. A Aliança reconhece que a Rússia irá continuar a ser um ator dominante mesmo depois do regime de Putin, quer pela sua posição geográfica, interesses económicos e ambições geoestratégicas, afirmando que apesar de os seus aliados serem visto pelos russos como a sua principal ameaça e competição, estes devem permanecer abertos à cooperação (NATO, Regional Perspectives Report on The Arctic, 2021).

Por outro lado, defende que a Aliança deve esperar que a Federação Russa aproveite todas as oportunidades para explorar as transformações neste território para a sua vantagem. Assumem ainda que a ameaça que a Rússia e outros atores (a China) e as suas relações representam, tornar-se-á mais complexa. Ademais, sublinha que a Rússia continuará a desenvolver a sua frente norte para propósitos securitários e comerciais e em termos securitários defende que “Future security requires a sharper focus on the potential for disruptive actors to seek a competitive advantage in the region.” (NATO, Regional Perspectives Report on The Arctic, 2021).

A importância geoestratégica do Ártico continuará a aumentar até 2040 e a transformação deste espaço pode conduzir a uma maior fragmentação à medida que velhos e novos interesses colidem acerca do acesso e direitos sobre os recursos. Contudo no relatório de 2021 a NATO estabelece que esta região não está predestinada a tornar-se uma zona de conflito armado ou um *hot spot* estratégico. Invés, foca-se em mitigar o risco de conflito através da compreensão da estratégia russa e chinesa e as suas ambições económicas. Deve também entender os interesses de outros atores como a Índia, o Japão, a Coreia do Sul, stakeholders e empresas com interesses na região (NATO, Regional Perspectives Report on The Arctic, 2021).

Não obstante os desafios mencionados supra, o Conceito Estratégico da NATO de 2010 não faz referência ao High North ou o território que discutimos, pela incapacidade de obter um consenso entre os membros da Aliança Atlântica sobre qual o papel desta na região. Atente-se que os contrastes políticos intrínsecos são ressaltados pela exclusão

da alusão às regiões em questão na Estratégia Marítima da Aliança de 2011. No ano de 2016, na Cimeira da NATO em Varsóvia apenas se fez uma referência geral, nunca mencionando o Ártico especificamente, tendo o mesmo sucedido na Cimeira de Bruxelas de 2018. No entanto, em 2021 assistimos à introdução do High North no comunicado da Cimeira de Bruxelas, mas simultaneamente, a Aliança elaborou de forma cuidada o comunicado para sublinhar o ambiente político delicado na região, i.e., reconhecendo que a Rússia detém grande parte do território, como dissemos anteriormente (Buchanan, Cool change ahead?: NATO's Strategic Concept and the High North, 2022). O Conceito Estratégico também não define o High North, mas existe uma alteração da posição da NATO em relação à Federação Russa, sendo esta mais assertiva. O documento refere que a capacidade da Rússia em interromper a liberdade de navegação e os reforços dos Aliados é um desafio estratégico para a Aliança Atlântico e, o aumento da militarização russa desafia a sua segurança e interesses (NATO, NATO 2022 Strategic Concept, 2022)

O comportamento da Rússia e da China no Ártico é de preocupação imediata e elevada para a Aliança. Afirma ser fundamental tratar com cautela analogias sobre a expansão militar russa e a ameaça de um eixo sino-russo na região. A NATO vê a China como um ator extrarregional no Ártico, com foco nos campos científico e económico. No entanto, acautela para o envolvimento da marinha chinesa, a presença marítima na Rota da Seda Polar e, a expansão do investimento chinês na região além da Rússia, que pode indicar interesses securitários e desafios para os corpos de governança na região. A atividade militar russa aumentou significativamente na última década e, lembremos que “(...) the Arctic will make itself felt in ways that could significantly alter the global balance of power and the terms of great power rivalry and competition. (...)” (NATO, Regional Perspectives Report on The Arctic, 2021).

A anexação da Crimeia e do início da invasão da Ucrânia, algo que se pode considerar um fator modelador da Estratégia da NATO na Europa da Leste, catalisador para o fim da neutralidade nórdica e limitação das relações russas com o Ocidente (Jouan, 2024). Apesar do foco crescente dos membros da NATO nas suas capacidades de defesa no Ártico, estas encontram-se atrasadas relativamente à Rússia e, sem o incremento do investimento americano a Rússia continuará a consolidar a sua vantagem. Em 2020, a Rússia tinha mais 36 icebreakers polares e, pelo menos mais 12 bases militares ativas do que qualquer outro ECA. (Foreign Policy, 2020)

A seguinte imagem representa uma comparação do número de bases militares pertencentes à NATO vs Rússia. Como podemos observar, existe aqui uma vantagem russa e, no seguinte capítulo verificamos que esta tem procedido à construção de novas bases.

Figura 12 - Bases militares dos membros da NATO (azul) e da Rússia no Ártico (vermelho)



Fonte: (Foreign Policy, 2020)

Os países Árticos membros da NATO até recentemente, tinham que assegurar as suas capacidades de defesa e táticas, uma vez que a NATO não possuía uma estratégia coesa. A Noruega solicitou várias vezes o aumento da presença da NATO na região, todavia preocupações relacionadas à possibilidade antagonizar o Estado russo levaram a

que os restantes membros não-Árticos se mantivessem inativos. O Estado norueguês é o país da Aliança Atlântica mais ativo neste território, mas como veremos no seguinte capítulo no que toca ao CA, tenta manter uma colaboração pacífica com a Rússia. A nível terrestre, a maior unidade de forças do Exército norueguês é a Brigada Norte, constituída por quatro batalhões de manobra e de apoio e estacionados acima do Círculo Ártico. Adicionalmente, possui ainda outras forças de defesa e é de sublinhar que a Guarda Nacional é composta por cerca de quarenta mil soldados. A nível aéreo, em 2014 uniu-se à Polónia e aos Países Baixos para a aquisição de aviões-tanque A330 MRTT para reforçar as capacidades de defesa no Ártico, é proprietária de cinco aviões de patrulha marítima P-8, entre outros. A nível naval, a Marinha Real Norueguesa tem dez navios, quatro submarinos e novos sistemas autónomos que irão substituir os navios de contramedidas de minas. Sublinha-se que o orçamento de defesa em 2020 foi de 5,8 mil milhões de dólares e este Estado comprometeu-se a aumentar os seus gastos no campo da defesa para atingir 2% do seu PIB em 2028 (Foreign Policy, 2020).

Relativamente à Dinamarca, os objetivos a atingir são apenas de escopo científico, do aquecimento global e fortalecer os laços com a Gronelândia. Não obstante, constata que o aumento militar russo é um problema que requer monitorização contínua e, encara a entrada da China nesta região tanto como um desafio como uma oportunidade positiva. No ano de 2019, a Dinamarca declarou aumentar o seu orçamento de defesa do Ártico com 240 milhões adicionais, faseados em três anos e investidos em vigilância área e tecnologias para caçar submarinos. No que toca a capacidades terrestres, tem uma pequena unidade de forças especiais *Frømandskorps* e a força de patrulha militar *Sledge Patrol Sirius*, estacionada na Gronelândia, possui ainda as forças *Jaeger* no continente também se encontram disponíveis para missões Árticas. No campo aéreo, opera três aeronaves de patrulha marítima desarmadas, 27 aviões que podem ser destacados para a Gronelândia e, aloca fundos significativos para testar métodos de vigilância no Ártico, como drones e satélites. A nível marítimo tem cerca de 8 navios operacionais no gelo. O orçamento dinamarquês no âmbito da defesa era apenas de 4,13 mil milhões de dólares (Foreign Policy, 2020).

O Estado Canadiano assume a soberania e o desenvolvimento da Passagem do Noroeste para atividades económicas, as reconhecendo os desafios securitários do Ártico. A principal força Ártica são os *Canadian Rangers*, levemente armados e com a função de patrulhamento e reconhecimento no Norte do país. Estes são constituídos por cerca de

cinco mil soldados, estacionados em mais de 200 comunidades na região que analisamos. O Exército canadiano criou quatro Grupos de Resposta Ártica para apoiar os *Canadian Rangers* e, foi construído um centro de treinamento especial para o Ártico em 2013. Quanto às capacidades aéreas, a Força Aérea oferece apoio de mobilidade; capacidades de busca e resgate aéreo; e recursos de inteligência, vigilância e reconhecimento por todo o Ártico. Opera 18 aviões de longo alcance para guerra anti-submarina que patrulham esta região, 80 aeronaves de combate que podem ser destacadas para o local analisado e, um sistema de radares de vigilância aérea. No ano de 2020 realizou um contrato com os EUA para modernizar a sua força aérea. No campo naval, possui 12 navios e 4 submarinos capazes de operar no Ártico, mas apenas 12 icebreakers que se encontram desarmados e só operam maioritariamente no Verão. O Canadá apresenta um maior orçamento de defesa, sendo este 23,4 mil milhões de dólares (Foreign Policy, 2020).

Os EUA apresentam o maior orçamento de defesa, cerca de 665 mil milhões de dólares no ano de 2020. A erosão da sua vantagem competitiva e dos seus aliados relativamente à Rússia e China é o principal desafio para a sua segurança a longo prazo no Ártico. Em termos de capacidades terrestres, o Comando do Alasca não se encontra preparado para operar na região. Para esse efeito temos o Centro de Treinamento de Guerra no Norte, onde são treinados anualmente cerca de 1300 a 1400 soldados de diferentes unidades para operações Árticas. Adicionalmente, a Guarda Nacional do Alasca apoia operações Árticas, e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA tem formação e equipamentos específicos para possíveis cenários no Ártico. Na área de capacidades aéreas, o departamento da Força Aérea corresponde a cerca de 80% dos gastos militares americanos no Ártico, operando em grandes bases, complexos de formação, estações de comando e controlo de satélites, cerca de 50 sistemas de radar de alerta e defesa contra mísseis no Alasca, Canadá e na Gronelândia. Utiliza ainda bases aéreas na Gronelândia e na Islândia. Quanto ao campo marítimo, a Guarda Costeira americana é a principal responsável pela patrulha do Ártico americano. Apesar de não ser proprietário de navios desenhados para navegar nas águas da região, estes são capazes de lá operar devido ao seu tamanho. Sublinha-se que apenas operam no gelo Ártico 2 icebreakers e 51 submarinos (Foreign Policy, 2020).

Naturalmente, além de melhorar as capacidades securitárias, os EM da NATO participam ainda de exercícios militares conjuntos por todo o Ártico. Desde 2018 que estes têm aumentado e entre eles estão exercícios como *Trident Juncture Military*

forças nacionais, que possuem capacidades e requisitos operacionais divergentes. Estes problemas foram reconhecidos no Comunicado da Cimeira de Vilnius de 2023 e os líderes da NATO comprometeram contínuos exercícios conjuntos e coordenação da vigilância no Ártico (Jouan, 2024). Mais recentemente, assistimos ao maior exercício desde a Guerra Fria. O *Steadfast Defender 24* reuniu mais de 90 mil soldados de todos os EM da NATO, focando-se em proteger o Atlântico até ao Ártico e mover tropas desde o *High North* até ao Centro e Leste Europeu (NATO, Steadfast Defender 2024, 2024)

A Cimeira da NATO em Washinton ocorreu em julho de 2024 e, redirecionou parte do foco da Aliança para o Ártico. Comprometeu-se em fortalecer o Flanco Norte e aproveitar totalmente a adesão da Finlândia e da Suécia, todos os países nórdicos ficarão sob o Joint Force Command Norfolk, facilitando a integração e mobilidade das forças. A Finlândia vai ter ainda um novo comando terrestre da NATO e, o Canadá, a Finlândia e os EUA anunciaram uma parceria para a construção de icebreakers polares e outros recursos necessários para aceder a região (Rintakumpu, Arts, & Nash, 2024).

A NATO deve assumir um papel de força coordenadora e assegurar uma presença contínua de recursos militares e monitorização deste território. Só com ações decisivas é que a NATO será capaz de obter vantagem com o seu alargamento e assegurar a securitização do seu Flanco Norte (Jouan, 2024).

2. UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) é uma parte interessada do Ártico que se encontra fisicamente mais perto desta região, do que atores como a China. É uma zona de relevância estratégica crucial para a UE, além da preocupação mais geral do aquecimento global. Três dos seus Estados-Membros, a Dinamarca, Finlândia e Suécia possuem território acima do Círculo Polar Ártico e, a Islândia e Noruega são bastante próximas desta organização. Adicionalmente, o Canadá e os EUA são parceiros estratégicos e a Rússia mantém ainda um acordo de parceria e cooperação com a UE (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

Todos os países mencionados supra são membros do CA à exceção da UE, que tem expressado o seu interesse estratégico através de vários documentos políticos para o Ártico. De acordo com uma comunicação conjunta em 2016, estabeleceram-se três objetivos principais para a UE no Ártico, sendo estes, “to preserve the Arctic’s fragile

ecology, to promote sustainable resource development and to support international cooperation”. Esta posição política foi atualizada em 2022 com a Estratégia Ártica da União Europeia que, fundamentalmente estabelece a posição de longa data da UE. Esta aceita o quadro legal internacional existente, i.e. a UNCLOS e o CA (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

A UE é um observador pendente e deve candidatar-se para a participação nas reuniões do CA. Observamos uma linha de continuidade nos objetivos atuais que se focam em mitigar o aquecimento global, apoiar o desenvolvimento sustentável e fomentar a cooperação internacional. No futuro imediato, é expectável que a UE reforce a sua campanha de assegurar o estatuto de observador no CA. Ademais, se tivermos em consideração que a União Europeia controla cerca de 40% da tonelagem global e que, o desenvolvimento da Rota do Mar do Norte possa vir a alterar estas rotas, é natural que haja interesse da aplicação do Código Polar (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

Em 2020, a Rússia era o maior fornecedor de gás natural da UE e, apesar de argumentar a necessidade em reduzir esta dependência de Moscovo, até meados de 2022 ainda importava cerca de 40% do seu gás da Federação Russa. Este cenário foi sofrendo alterações devido à invasão da Ucrânia e respetivas sanções aplicadas. Esta agressão não só afetou as exportações russas para a Europa, como também afetou o projeto LNG-2, uma vez que várias empresas europeias retiraram o seu apoio (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023)

Um aumento na procura por minerais raros, especialmente para tecnologias verdes direciona atenções para a região e a UE é um dos atores que compete pelos mesmos sublinhado que a Comissão Europeia refere que: “The eight Arctic states are potentially significant suppliers of critical and other raw materials, and there are already important mineral extraction activities in the European Arctic” (Jouhier, 2024).

A seguinte tabela demonstra a presença da União Europeia no Ártico. Vários fatores contribuem para que a sua influência no Ártico Europeu é mais forte do que no Ártico Circumpolar.

Tabela V - A presença da UE no Ártico

| <i>Policy areas</i> | Socioeconomic development | | Environmental protection | |
|---------------------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|
| <i>Geographical space</i> | European Arctic | Circumpolar Arctic | European Arctic | Circumpolar Arctic |
| Presence | Strong | Weak | Moderate/Strong | Moderate |

Fonte: (Jouhier, 2024)

A nível ambiental a UE tem incorporado problemas ambientais nos seus tratados. Em 1993 o Tratado de Masstricht contém cláusulas relacionadas à tarefa de respeitar o ambiente, o Tratado de Amesterdão procedeu à introdução do conceito de integração da política ambiental e o Tratado de Lisboa consagra o compromisso com um elevado nível de proteção e melhoria da qualidade do ambiente- Note-se que estes tratados se estendem aos países Árticos da Associação Europeia de Comércio Livre, como a Noruega e a Islândia. Em 2016, as mudanças climáticas e a proteção do ambiente Ártico tornaram-se uma prioridade para a UE, sendo necessário avançar para a governança marítima e preservação da fauna e flora. Em 2021 reconheceu-se o potencial das energias renováveis no Ártico e a necessidade de prevenir a pesca não regulamentada na região (Jouhier, 2024).

A política da UE Ártica tem vindo a tornar-se mais transparente e coesa. A Política da UE para o Ártico emitida em 2021, revela o desenvolvimento de uma política verdadeiramente orientada para a proteção do ambiente. Neste ano, a Comissão Europeia passou uma resolução que desencorajava a exploração dos recursos Árticos se se provar que os mesmos causam danos irreparáveis no seu ecossistema e além. Seguidamente, declarou-se que a União iria aplicar pressão para que petróleo, carvão e gás se mantivessem no subsolo, inclusive na região Ártica. Apesar da influência direta que exerce no Ártico Europeu (legislação, alocação monetária para pesquisas, cooperação), a política para o Ártico ainda é relativamente marginalizada em Bruxelas. Chuffart, citado pelo nosso autor, argumenta que “[t]he main influence the EU has on the Arctic is not via its Arctic policy but through the Union’s general regulatory and policy processes”. A melhor forma da União Europeia contribuir para o combate das mudanças climáticas nesta região é através da aplicação da sua legislação interna e respetivos compromissos (Jouhier, 2024).

Relativamente ao desenvolvimento do campo socioeconómico, a UE tem tido uma abordagem mais estratégica, com foco na digitalização, acesso a recursos e conectividade. A resposta europeia às iniciativas sino-russas foi a de apelar à construção de mais icebreakers e navios reforçados para o gelo sob a bandeira da União Europeia. Observamos ainda a priorização do desenvolvimento de matérias-primas fundamentais na região, para que proceda a uma redução de dependência de atores externos como a China. Em termos de conectividade e reforço da digitalização, a UE coloca tópicos como a qualidade das conexões à internet neste local como um dos tópicos pressionantes (Lynch, 2024).

Por todos estes fatores e mais alguns, a organização europeia compromete-se com o desenvolvimento regional Ártico, com um papel geopolítico aqui acrescido. A União tem alocado fundos e contribuído para o desenvolvimento regional do Ártico Europeu. Entre o período de 2007 e 2013, distribuiu cerca de 1,4 mil milhões de euros para desenvolver objetivos ambientais, económicos e sociais no Ártico da Europa e zonas próximas, além disso, extra mil milhões foram direcionados para a criação de empregos e estímulo económico na Suécia e Norte da Finlândia. Oferece ainda programas de mobilidade como o “north2north”, extensões dos corredores da Rede Transeuropeia de Transportes, entre outros. Resumidamente, a EU interpreta um papel-chave no Ártico Europeu.

Existe um contraste enorme entre esta região e o Ártico Circumpolar, sendo que neste último local a UE apresenta-se maioritariamente através da cooperação internacional. Focando-se no transporte marítimo e governança marítima, uma vez que a sua influência é limitada (Jouhier, 2024).

Como vimos, a diplomacia científica é um dos focos no âmbito Ártico. Nos anos 2000 investiu cerca de 200 milhões para pesquisa neste território, com o programa “Horizon 2020” alocou mais de 200 milhões de euros, seguiu-se o financiamento do Programa “2021-2027 Horizon Europe”. Argumenta-se que estas pesquisas financiadas pela União Europeia, contribuem para um melhor entendimento ambiental e do impacto das alterações climáticas não só na região, mas também no resto do mundo. A UE tem aproveitado esta via científica para obter um maior envolvimento neste território (Jouhier, 2024).

Estes esforços não passam despercebidos, uma vez que a União construiu redes de cooperação com o CA e os Estados Unidos e, no Ártico circumpolar obteve percepções positivas, realçando a sua legitimidade na área que analisamos. O nosso autor cita Stępień e Koivurova que apresentam o seguinte argumento: *Some actors in the Circumpolar Arctic appear to be anxious about the EU's presence, while many in the European Arctic are contrastingly anxious that the EU's interest and involvement in the Arctic are not strong enough*” (Jouhier, 2024).

No entanto, estes esforços podem não assegurar a aceitação da UE no Ártico Circumpolar e, isto pode ser traduzido através da sua candidatura em curso ao estatuto de observador formal no CA, que tem encontrado determinada resistência. Ou seja, a União Europeia pode ser vista como um *outsider* ou convidada no Ártico Circumpolar. Este estatuto é reforçado pela falta de acesso direto ao Oceano Ártico, que Dodds descreve como sendo um dos elementos-chave na “artacidade tradicional” (Jouhier, 2024)

O papel securitário da UE no Ártico é ambivalente. Por um lado, a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia são uma entrada para a região. Por outro lado, como mencionamos não tem acesso direto ao Oceano Ártico. O interesse europeu em participar nos debates internacionais da região mantém-se. Existe um papel claro, mas limitado para a UE neste território, e este deve focar-se em conhecimento e apoio, no sentido em que deve saber dos acontecimentos no local e estabelecer relações com os atores mais relevantes a nível regional. Isto é essencial caso a União Europeia necessite de se tornar um ator mais envolvido no Ártico (Østhagen, *Geopolitics and security in the Arctic: what role for the EU?*, 2017).

Um papel securitário mais direto, é, no entanto, mais limitado. A União pode encorajar um maior número de diálogos através de fóruns como Fórum dos Chefes de Defesa do Norte e a Mesa Redonda das Forças de Segurança do Ártico, partilhar informações de inteligência e, os seus EM podem participar em operações de segurança marítima. Todavia e como verificado anteriormente, a principal garantia de segurança vem da NATO (Østhagen, *Geopolitics and security in the Arctic: what role for the EU?*, 2017).

3. EUA

Por via do Alasca, os Estados Unidos pertencem aos Arctic Five, no entanto, as suas estratégias e políticas para o Ártico não têm sido coesas. Os EUA abordam esta região de uma perspetiva estratégica, porque foi um teatro da Guerra Fria e, serve como a rota mais curta para os mísseis russos (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

As atividades militares russas no Oceano Atlântico Norte foram o catalisador da crescente atividade militar americana, levando ao envolvimento dos EUA na militarização do Ártico e à inclusão desta região no seu plano de Segurança Nacional, em ordem de aumentar o seu poder regional (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023)

As políticas americanas começaram a mudar devido ao aumento das atividades russas. Atente-se ainda que o Mar do Alasca tem a segunda maior quantidade de recursos petrolíferos, representando cerca de 20% do total de recursos petrolíferos no Ártico. Os recursos regionais de petróleo e gás são a principal razão do interesse americano. Os EUA, enquanto potência Ártica têm interesses securitários e militares nesta região (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023).

A ameaça mais imediata para os interesses securitários americanos são as operações militares da Federação Russa nos mares de Barents e da Gronelândia, uma vez que estes podem atacar o território continental americano, navios e cabos de dados que atravessam o Atlântico (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023).

A administração do Presidente George W. Bush estabeleceu uma Diretriz Presidencial para o Ártico. Argumenta-se que:

“Bush left a strategic doctrine for the Arctic upon exit. It urged ratification of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) and outlined a leadership role for the states in the Arctic. That momentum ended with Obama; Obama is interested in the environment—the last place he was about to get involved in was the Arctic. That’s pristine, that’s off limits. I think that was the mentality, then perhaps it simply fell to the wayside given the domestic economic situation (jobs and debt) that has plagued his time in the White House. Either way, under Obama the Arctic has been an afterthought. (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023)”.

Durante os anos em que Barack Obama foi Presidente, os EUA implementaram uma agenda ambiental pontual na região e adotou a primeira Estratégia Nacional dos EUA para o Ártico. O cerne deste documento eram os desafios ambientais e a conservação da riqueza dos recursos, mas também se menciona a estratégia no discurso nacional norte americano. Como podemos ver, a atenção americana ao Ártico é relativamente recente (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

Em 2015, os EUA ocuparam a presidência rotativa do CA e o tema desta foi a cooperação. Os americanos focaram-se nas questões bilaterais, com preocupações relacionadas à Passagem do Noroeste e o Estreito de Bering. Há uma clara evolução no interesse americano nesta região, mas não se atua muito para além do campo ambiental durante os anos de Obama. A diretiva de Bush caiu para segundo plano, o que consequentemente resultou numa desvantagem contínua no Ártico, principalmente face ao Estado Russo. Quando Donald Trump sobe ao poder e, como a nossa autora coloca, “for better or worse, US Arctic policy underwent a strategic awakening.”, todavia o posto diplomático de enviado especial para o Ártico manteve-se vago durante quase toda a presidência de Trump (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

A seguinte tabela demonstra a evolução da retórica relativa ao Ártico nos documentos oficiais americanos.

Tabela VI - Destaque de características específicas de documentos oficiais dos EUA

| Official Documents | Specific Features |
|-------------------------|---|
| National Strategy 2013 | The 2013 National Strategy for the Arctic Region barely focused on military factors, which changed after Russia annexed Crimea. |
| Navy Roadmap 2014 | According to the 2014 Navy Roadmap, there might be an increase in tensions because of misunderstandings and wild talk, also because of the unpredictable future of the regional economic environment. |
| Defense Department 2016 | By 2016, the US Defence Department advised, in favour of an active rise in US military activity in the Arctic, to be prepared to conduct any operation. |

Fonte: (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023)

A não ratificação da UNCLOS é uma das maiores críticas colocadas aos EUA e, cultiva um sentimento de que este Estado é uma potência relutante na região. Um representante de um think tank americano afirmou que:

“We [Americans] are latecomers to the Arctic; we are gearing up to take the reins of the Arctic Council next year and the truth is we are still deciding what our Arctic policy looks like. Heck, the only Americans who have the Arctic on their radar are the Alaskans. For the rest the Arctic is a vague region far out of sight and very much out of mind. Without ratifying UNCLOS the US isn’t even in the game, we are parked on the bench. (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023)”

Donald Trump desfez a maioria das iniciativas de escopo de proteção ambiental e do Ártico a que deu início Obama. Como afirmamos supra, Trump fez renascer o interesse americano no Ártico, desde a tentativa de comprar a Gronelândia, o memorando para preencher a lacuna dos icebreakers polares até à venda de licenças para perfuração do Refúgio Ártico do Alasca. Argumenta-se que a única linha de continuidade do Ártico dos EUA é a colaboração com parceiros do CA, inclusive a Rússia. No entanto, Trump não intensificou os laços que Obama construiu com o Estado Russo e, mudou a agenda relativa a este propósito (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

Seguidamente à reunião de Rovaniemi em 2019, a divergência entre os americanos e russos começou a evidenciar-se. O Presidente Trump via o Ártico como uma arena de poder e de competição, mas não mostrava sinais de liderança na gestão dos desafios da região. A perceção externa era a de que a América de Trump era a sabotadora do CA e a nível interno, enquanto a Rússia encomendava icebreakers e planeava aquisições para 2030, os EUA em 2023 apenas operavam 2. Durante este período, o orçamento para o Ártico foi reduzido, bem como o de organizações ambientais, entre outras. O Presidente americano, tornou ainda empresas energéticas representantes no fórum do CA (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

O Ártico acabou por perder o pouco impulso que obteve durante a presidência de Obama. Esta região não foi mencionada na Estratégica Nacional de Defesa de 2018, apenas foi mencionada de passagem na Estratégia de Segurança Nacional de 2017. Também não se procedeu à construção do porto de águas profundas necessário no Alasca. Elizabeth Buchanan frisa que a única conquista derivada do abandono da região foram as baixas tensões contínuas entre o Ocidente e a Rússia (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

A presidência de Joe Biden trouxe consigo o retorno da atenção americana ao Ártico, embora liderada pelas suas forças armadas. Em 2021 e pela primeira vez, o Exército americano desenhou a sua Estratégia Ártica. Esta foca-se em obter a dominação do Ártico, salientando uma mudança na atitude face a esta região (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023)

A Estratégia Ártica de 2021 da Marinha americana, a Política Ártica de 2021 do departamento de Segurança Interna e da Guarda Costeira e, a Estratégia Ártica de 2020 da Força Aérea demonstram um foco interno/unilateral na região. A estabilidade de expectativas de liderança regional foram descartadas e substituídas por uma mentalidade de cerco. A maior parte dos documentos mencionados, refere grandes conceptualizações de competição de potência, alguns deles agrupam a Rússia e a China como atores neoimperialistas no Ártico, simultaneamente ignorando o facto do Estado Russo ser a maior parte aqui interessada (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

Ao contrário de Trump, Biden retomou a segurança ambiental à conceção americano dos seus interesses Árticos e, continua a existir um alinhamento mútuo com a Rússia no que diz respeito à mitigação da mudança climática no Ártico, o que pode vir a servir como base de compromisso entre estes dois Estados. Não obstante, Joe Biden não demonstra dificuldade em estabelecer limites à Rússia e chamou a atenção deste Estado várias vezes, o que acaba por legitimar a cooperação entre estes países (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

Elizabeth Buchanan indica que Washington deve trabalhar as suas capacidades de *ice-breaking* e afirma que já existem planos para abrigar a maior parte do poder aéreo americano no Alasca. A autora refere ainda que o Estreito de Bering pode surgir na mira do relacionamento russo-americano, caso este se torne mais movimentado e congestionado com navios de gás natural liquefeito (GNL) ou, até mesmo um maior número de navios chineses (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023).

A política americana ainda não se conseguiu afastar das visões reacionárias ou de disputas de grandes potências no Ártico (Buchanan, Red Arctic: Russian Strategy Under Putin, 2023). A Estratégia Ártica de 2024 emitida pelo Departamento de Defesa Americano, afirma que a RPC continua a ser o principal desafio, uma vez que procura aumentar o seu acesso e influência no Ártico. A cooperação sino-russa é também vista

como uma ameaça que tem implicações securitárias para os EUA. Esta “demonização” da cooperação entre a China e a Rússia surge por receio que estes atores controlem completamente esta região, que se considera ser um canal global de energia fundamental para o futuro, conseqüentemente enfraquecendo a posição hegemónica dos EUA na estratégia global como um todo (Global Times, 2024).

A crescente presença americana no Ártico aumenta a probabilidade de conflitos na região. Para os americanos, quanto mais conflitos existirem, mais forte será o seu sistema de alianças, uma vez que as crises de competição regional estão alinhadas com as necessidades estratégicas hegemónicas do Estado americano (Global Times, 2024).

Para além de se declarar na Estratégia Ártica de 2024 um compromisso em realizar exercícios, operações e ainda o desenvolvimento do equipamento Ártico. O Departamento de Defesa enfatiza que a falta de investimento em sensores de alerta precoce e na defesa aérea traz riscos para o território americano. Adicionalmente, a falta de capacidades de consciência situacional e comunicação adequada ao Ártico pode prejudicar a operacionalização das Forças Armadas na região e, a preparação insuficiente pode projetar dúvidas quanto à credibilidade da Força Conjunta operar com eficácia (U.S. Department of Defense, 2024).

Biden assumiu o comando na hora certa, dado que os interesses de Moscovo no Ártico estão articulados desde 2016. Buchanan defende que os preconceitos históricos de uma Federação Russa que têm estragado a região Ártica são injustificados, existindo anos de colaboração que demonstram isso. Biden procura também deixar um legado ambiental e uma agenda desse escopo só pode ser construída com a colaboração russa (Buchanan, *Red Arctic: Russian Strategy Under Putin*, 2023).

PARTE III – O ÁRTICO E OS ESTADOS NÃO-OCIDENTAIS: RÚSSIA E CHINA

O Ártico Russo está em constante mudança, seja a nível climático, económico ou até comunitário. Como examinado, determinados problemas foram resolvidos e novos foram emergindo, por conseguinte, políticas e estratégias tiveram que ser adaptadas. Neste capítulo iremos abordar as estratégias e políticas russas e chinesas, que movem os seus interesses e ambições. As estratégias russas estão estritamente relacionadas com as diretivas de política externa e veremos como as opções tomadas neste âmbito desta condicionam e afetam, naturalmente o desenvolvimento económico e energético desta região.

A Guerra Fria exerceu um impacto significativo no Ártico, por motivos geoestratégicos que transcendiam questões locais ou regionais, originando a mais extrema e prolongada militarização neste território. Não obstante não ter havido uma materialização destas tensões, as comunidades locais e indígenas foram afetadas a nível dos campos linguísticos, culturais, saúde e ambientais. Rasmus Bertelsen afirma que “o mundo foi apanhado num “equilíbrio de terror”, e o Ártico era o centro deste equilíbrio (...)” (Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, Routledge Handbook of Arctic Security, 2020).

O Pós-Guerra Fria inaugurou uma Era de unidade e cooperação, alimentando o argumento do excecionalismo ártico, que legitima a desassociação do Ártico do sistema internacional e dos conflitos neste domínio. A execução desta cooperação foi lançada por Mikhail Gorbachev, que discursou em Murmansk no ano de 1987, apelando para que a território fosse uma zona de paz, proteção ambiental e cooperação científica. Alguns Estados Costeiros também tiveram determinação para introduzir iniciativas como o Processo de Rovaniemi em 1989, a fundação do Conselho Euro-Ártico de Barents e a Declaração de Ottawa. Esta harmonia em termos cooperativos circumpolar no Ártico mostrou um sistema internacional onde os Estados Unidos tinham conquistado a hegemonia unipolar e, na década de 90 a Federação Russa ultrapassava uma crise económica e social sem precedentes, diminuindo significativamente a sua capacidade de projeção de poder a nível mundial, inclusive no Ártico (Hoogensen Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, 2020).

A ascensão de Putin ao poder no ano de 2000, foi marcada pela priorização do campo económico na política externa¹³ e, esta tinha uma natureza mais assertiva com foco na projeção de poder e influência. Esta mudança visava reafirmar internacionalmente o status da Federação Russa como grande potência. Esta é uma lógica importante, uma vez que nos ajuda a compreender a orientação que a agenda política da Rússia tomou no virar do milénio. O foco na vertente da segurança energética, permitiu o fortalecimento do Estado Russo e da sua economia, através do aumento do preço do petróleo e, esta melhoria traduziu-se numa política externa mais assertiva e decisiva (Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, Routledge Handbook of Arctic Security, 2020).

É notável o desejo de recuperar a influência sobre o espaço pós-soviético, uma vez que o Estado Russo não teme recorrer ao uso da força para proteger os seus interesses, como verificado com os acontecimentos na Geórgia em 2008, a anexação da Crimeia em 2014 e a mais recente invasão da Ucrânia. Estes eventos levantaram questões sobre os potenciais efeitos da deterioração nas relações árticas, todavia as ações russas foram motivadas por fatores regionais não relacionados com este território. A Federação Russa não conecta estes eventos ao Ártico, porque aqui não tem problemas estratégicos semelhantes. Não obstante, devemos ter em mente a importância estratégica e económico que o Ártico representa para a Rússia e, que esta tem aumentado a militarização deste, sobretudo se comparada com a década de 90. O autor partilha a opinião de que o Ártico possa vir a transformar-se numa área de conflito entre o Ocidente e o Estado Russo, mas somente se as tensões em determinada parte do globo escalarem para um nível em que a região ártica tenha que ser utilizada por ambos os lados, ou se um dos atores decida empregar uma estratégia assertiva que procure originar um conflito e competição neste território (Gjørsv, Lanteigne, & Sam-Aggrey, Routledge Handbook of Arctic Security, 2020).

A compreensão da agenda russa no Ártico, requer a análise da política externa deste país que, em determinado grau, influencia a sua política interna. Nesta dissertação não pretendemos elaborar uma análise exaustiva de cada um dos Conceitos de Política Externa, mas sim identificar diretrizes gerais e articuladas com o nosso objeto de estudo: o Ártico.

¹³ Fortaleceu o Estado Russo e a sua economia principalmente, através do aumento do preço do petróleo

O mais recente Conceito de PE foi lançado a 31 de março de 2023, significando isto que o documento pode ser considerado a primeira declaração oficial de política externa desde a invasão da Ucrânia em 2022 e a consequente pausa nos trabalhos no Conselho do Ártico, demonstrando a lente através da qual Moscovo vê a guerra e a sua visão para um mundo multipolar emergente.

O novo documento revela homogeneidade com Conceitos anteriores em elementos como: 1) a Federação Russa considera que tem uma posição especial e uma grande potência euro-asiática e euro-pacífica; 2) o mundo está a caminhar em sentido a uma ordem multipolar mais equitativa e em blocos de poder regionais; 3) o Ocidente está a dificultar o processo de obter uma ordem internacional multipolar; 4) a PE russa caracteriza-se pela sua multivetorialidade e estreitamento de laços regionais, uma forma de compensar o declínio das relações com o Ocidente; (Russian Federation, 2023).

No mais novo Conceito de PE, a Federação Russa mantém um dos aspetos com que sistematicamente se identifica – a persecução de uma agenda multi-vetorial, motivada pelo que diz ser a sua posição especial enquanto país-civilização e uma vasta potência euroasiática e euro-pacífica, o seu estatuto de membro permanente do CS da ONU e, da sua posição na ordem internacional que é determinada pela sua quantia significativa de recursos.

A Rússia procura consolidar a sua presença na região Ásia-Pacífico e a relação com os respetivos atores, facto que está mais que firmado nos demais documentos:

“Russia views strengthening its positions in the Asia-Pacific Region and stepping up relations with its States as a foreign policy area of strategic importance, which is attributable to Russia belonging to this vibrant geopolitical region” (Russian Federation, 2016). O seu atual foco é estabelecer: “(...) multilateral and equitable architecture of mutually beneficial cooperation in the region based on a collective and non-aligned approaches as well as unleashing the region's potential aiming at the establishment of a Great Eurasian Partnership;” (Russian Federation, 2023).

Adicionalmente, no mais recente Conceito de PE, a Federação Russa reitera o objetivo de fomentar a relação com o Estado Chinês e aumentar a coordenação e cooperação em diversos campos e níveis, com especial atento na arena internacional. Procura, de igual forma o desenvolvimento contínuo da parceria estratégia com a

República da Índia com o objetivo de estreitar e expandir os laços de cooperação a todos os níveis.

Esta aproximação à região do Pacífico e Eurásia, pode ser encarada como uma estratégia para contrabalançar o declínio das relações com o ocidente e manter o equilíbrio enquanto ator internacional. Traduzindo-se isto, também no desejo russo do “estabelecimento de uma ampla estrutura de integração da Grande Parceria da Eurásia, combinando o potencial de todos os Estados, organizações regionais e associações euroasiáticas, com base na EAEU, SCO, ASEAN, bem como na conjunção dos planos de desenvolvimento da EAEU e da iniciativa chinesa “Belt and Road”, preservando a possibilidade de participação de todos os Estados e associações multilaterais interessados do continente eurasiático nesta parceria e, conseqüentemente, estabelecimento de uma rede de organizações parceiras na Eurásia.” (Russian Federation, 2023).

De acordo com Maria Raquel Freire, o Ártico surge pela primeira vez com proeminência nestes documentos, no Conceito de 2013. Isto pode ser associado ao fator multivetorial da PE russa e à sua intenção de diversificar a sua política e apostar “(...) em novos espaços estratégicos” (Freire, 2013)

A retórica russa é consistente com a sua linha de pensamento, sendo que no Conceito de 2016, a Federação Russa argumenta que os Estados Árticos têm uma responsabilidade especial relativa ao desenvolvimento sustentável da região e apela por uma maior cooperação no domínio do Conselho Euro-Barents, (CA) e entre os A5. Porém, à medida que esta região se transforma num centro de oportunidades e benefícios económicos, intensifica a imposição de jurisdição e soberania neste território (Russian Federation, 2016).

Esta imposição surge em conjunto com a atribuição do carácter político à cooperação no local, salientando que: “*Russia will be firm in countering any attempts to introduce elements of political or military confrontation in the Arctic, and, in general, politicize international cooperation in the region*” (Russian Federation, 2016).

Complementarmente, este documento menciona ainda a Rota do Mar do Norte e a importância acrescida que esta tem vindo a ter: “*Using the Northern Sea Route as Russia’s national transport route in the Arctic, as well as for transit shipments between Europe and Asia is significant for the region development*” (Russian Federation, 2016).

O mais recente Conceito, explicitamente identifica as diretivas regionais da PE russa. Uma estratégia que pode ter sido escolhida para tornar a nova hierarquia de prioridades regionais da política externa mais clara. Note-se que esta atualização afetou a lista de diretivas e a sua hierarquia, bem como o conteúdo da própria política, inclusive nas latitudes do Norte (Lipunov & Devyatkin, 2023)

À luz dos acontecimentos mais recentes na política internacional do Ártico e a reavaliação de prioridades regionais, é natural que esta região ocupe o segundo lugar na respetiva secção do Conceito, logo depois de ‘near abroad’ (Comunidade de Estados Independentes).

Solidifica-se neste documento, o foco em desenvolver o ártico russo através da cooperação internacional. Contudo, esta cooperação contém determinadas condições: “mutually beneficial cooperation with the non-Arctic states pursuing a constructive policy toward Russia and interested in international activities in the Arctic, including developing infrastructure of the Northern Sea Route.”. Esta cláusula sugere uma predisposição para cooperar com Estados não pertencentes ao círculo ártico que alinhem com os interesses nacionais russos, tal como a China (integrando a Iniciativa Belt and Road) e a Índia. Surge também aqui um novo apontamento, a política externa russa no Ártico como extensão natural da sua política interna do desenvolvimento ártico. Alguns dos objetivos traçados são: “[...] enhance environmental sustainability; reduce threats to national security in the Arctic, create favourable international conditions for the socio-economic development of the Arctic zone of the Russian Federation [...]” (Russian Federation, 2023).

Um dos principais objetivos a atingir no Ártico continua a ser “advance the Northern Sea Route as a competitive national transport corridor making possible its international use for transportations between Europe and Asia, rrelacionando-se isto a prioridade de “ensuring the unalterability of the historically established international legal regime of the inland maritime waters of the Russian Federation;” (Russian Federation, 2023).

Uma das alterações significativas no recente Conceito foi a remoção dos pontos associados às organizações regionais que têm como membros países ocidentais, especificamente o CA, os A5 e o Conselho Euro-Barents.

O distanciamento do mundo ocidental é cada vez mais notável e a politização da cooperação internacional é um elemento que parece persistir na política russa e é

redefinido em 2023, como “counteracting the unfriendly states' policy aimed at militarization of the region and limiting Russia's ability to exercise its sovereign rights in the Arctic zone of the Russian Federation” (Russian Federation, 2023).

A nossa leitura destas novas mudanças orienta-se no sentido de considerar que as mesmas estão relacionadas com os eventos que têm pautado o quadro internacional, nomeadamente no que se refere à deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente, agravado pela invasão da Ucrânia, uma aproximação a Estados pária, entre outros fatores. Consequentemente, a politização da cooperação internacional pode estar conectada às sanções impostas ao Estado russo, o que implica um alinhamento com outros Estados para que o desenvolvimento do Ártico continue. Além do mais, a alusão a elementos de confrontos, incluindo o militar pode estar relacionado com os alargamentos da NATO na Europa de Leste e Norte, bem como a um maior número de exercícios militares no círculo ártico.

1. ESTRATÉGIA E POLÍTICAS RUSSAS PARA O ÁRTICO

Foram elaboradas e aprovadas três Estratégias de Segurança Nacional em 2009, 2015 e 2021. Além disto, elaborou-se também três estratégias para o Ártico, em 2008, 2013 e 2020 até 2035. A nossa análise destes documentos é breve, com foco nos aspetos mais significativos e relacionados ao Ártico.

A Estratégia de Segurança Nacional contempla os interesses nacionais do Estado, as suas prioridades estratégicas, os objetivos a atingir e funções no palco interno e externo. A segurança nacional da Rússia é descrita como “a state of protection of the individual, society and the state from internal and external threats,”, alinhando-se com os Conceitos de PE que analisamos. A conexão entre os diferentes documentos mostra ser coerente, uma vez que em ambos é destacada a importância da integridade territorial, soberania, desenvolvimento sustentável, entre outras prioridades. A importância do desenvolvimento económico é um fator importante para a Federação Russa: “The state of national security of the Russian Federation directly depends on the economic potential of the country (...)” (Russian Federation, 2009).

O Estado russo associa ativamente a segurança económica/nacional à segurança energética: “One of the main areas of ensuring national security in the economic sphere in the long term is energy security.(...). A segurança energética parece estar no patamar

dos assuntos militares, uma vez que é descrita como uma ferramenta de poder e um ativo estratégico de segurança que, pode ser um elemento desencadeador de conflitos armados uma vez que os recursos energéticos são cada vez mais escassos (Haas, 2009).

E, como vimos no capítulo anterior, a exploração dos recursos offshore da região implica uma estratégia a longo prazo: “The attention of international politics in the long term will be focused on the possession of energy resources, including in the Middle East, on the Barents Sea shelf and in other areas of the Arctic, in the Caspian Sea basin and in Central Asia.” (Russian Federation, 2009).

A Federação Russa mantém o mesmo discurso na Estratégia de 2015 no âmbito da segurança energética e prioridades políticas. No que diz respeito a assuntos relativos ao Ártico, ao nível económico menciona-se a expansão de parcerias público-privadas com o objetivo de desenvolver a economia e completar a formação de infraestruturas de transporte, energia, informação e militares, dando especial atenção à Rota do Mar do Norte (Federação Russa, 2015).

A Estratégia de Segurança Nacional 2021 versa mais uma vez sobre o Ártico. Contemplamos a introdução de um novo elemento, o argumento de que a instabilidade económica está a afetar determinados Estados. E estes, em vista de obter vantagens, exercem pressão política e económica sobre a Federação Russa e os seus parceiros. É evidente que esta região é uma das áreas prioritárias da política russa, tanto que tenta atenuar a gravidade de um dos maiores problemas atuais – as alterações climáticas:

“The increased attention of the world community to the problems of climate change and the preservation of a favorable environment is used as a pretext to restrict the access of Russian companies to export markets, to curb the development of Russian industry, to establish control over transport routes, to prevent Russia from developing the Arctic (Russian Federation, 2021).”

Neste documento, a Federação Russa aborda o isolamento/outcast por parte da comunidade internacional, Estados não amigáveis, a implementação de política de contenção, apresentando como obstáculo à cooperação multilateral, o mundo ocidental (Russian Federation, 2021).

A Federação Russa foi um dos primeiros Estados Costeiros que, formulou prontamente a sua Estratégia para o Ártico, cuja foi assinada pelo Presidente Medvedev e divulgada em 2009 sob o título ‘Foundations Of The Russian Federation’s State Policy

In The Arctic Until 2020 And Beyond'. Alguns pontos-chave deste documento são: i) expandir a base de recursos e desenvolver infraestrutura no Ártico; ii) melhorar a segurança militar; iii) uso da Rota do Mar do Norte; iv) fortalecer a cooperação internacional (Burgess, 2010).

Estes objetivos andam lado a lado com os Conceitos de Política Externa que analisamos anteriormente, inserindo-se estas diretivas nos assuntos como o desenvolvimento socio-económico, a cooperação multilateral inicialmente prosecuted pela Rússia, a segurança militar e integridade das fronteiras, entre outros.

No ano de 2013 e, de forma a validar e consolidar a indispensabilidade do Ártico para a Rússia, o Presidente Vladimir Putin assina, a 20 de fevereiro, um documento sob o título: The development strategy of the Russian arctic zone for the period up to 2020. Esta Estratégia tem em vista implementar a soberania e os interesses nacionais russos, contribuindo para a prossecução das principais tarefas da política estatal russa e estabelecem-se seis áreas prioritárias de ação: i) o desenvolvimento socioeconómico integrado do Ártico russo; ii) o desenvolvimento da ciência e tecnologia; iii) a implementação de infraestrutura de informação e telecomunicação moderna; iv) segurança ambiental; vi) cooperação internacional no Ártico; vii) segurança militar e proteção das fronteiras russas no Ártico (Russian Federation, 2013).

Procura-se englobar todos os aspetos importantes para o desenvolvimento da região, sendo relevante destacar uma nova agenda social – especial atenção aos povos indígenas, sendo que o desenvolvimento desta região é primeiramente considerado para uma melhor qualidade de vida e, só depois veem os interesses estatais (Russian Federation, 2013).

No que toca à segurança ambiental, procura-se aprimorar este campo através da conservação da diversidade biológica da fauna e flora do Ártico, por meio da expansão e monitorização de áreas protegidas. Relativamente ao desenvolvimento socioeconómico, previa-se a implementação de medidas como: aplicação de um sistema de apoio estatal e estimulação de entidades económicas que operam no Ártico, particularmente no campo de exploração de hidrocarbonetos, minerais e recursos hídricos; desenvolvimento das infraestruturas de transporte e energia; estabelecimento de um sistema de segurança integrado com o objetivo de proteger o território, a população e instalações fundamentais em cenários de emergência de causas naturais ou humanas (Russian Federation, 2013).

Verificamos que as prioridades económicas e a modernização do Ártico são mais vezes mencionadas do que as prioridades militares. Todavia, não significa que o Estado Russo não esteja pronto para assegurar a soberania e proteção das fronteiras, uma vez que uma das diretivas é:

“ (...) maintenance of the necessary level of combat readiness of troops (forces) of the total of the Armed Forces, other troops, military formations and bodies, in accordance with existing and predictable military dangers and military threats to the Russian Federation in the Arctic;” (Russian Federation, 2013).

Previa-se a melhoria da estrutura, composição e apoio militar, económico e logístico, bem como da infraestrutura e equipamento operacional para a mobilização de tropas com funções a desempenhar na região. A Federação Russa assume, estar pronta para defender os seus interesses no Ártico, utilizando se necessário, recursos militares para neutralizar eventuais ameaças (Russian Federation, 2013).

No entanto, não podemos deixar de destacar que a cooperação internacional foi reforçada, descrita de forma condensada e precisa. Além de se mencionar cooperação bilateral e multilateral entre o Estado Russo e os EC, alude-se à intensificação da cooperação nos campos económico, científico, técnico e cultural e, como mencionamos supra, a cooperação transfronteiriça, inclusive uma gestão eficaz dos recursos naturais e preservação do ambiente no Ártico. Podemos concluir que nesta Estratégia, aborda-se a cooperação sobretudo a um nível ambiental, científico e de operações de busca e salvamento (Russian Federation, 2013).

Uma análise da Estratégia para o Ártico até 2035 sob o título: “Strategy of development of the Arctic Zone of the Russian Federation and the provision of national security for the period to 2035”, revela ser claro que esta região é tida como base do futuro poder russo. Esta tese é apoiada quer pelas repetidas declarações públicas de altos funcionários, quer pelo aumento de atividades mais complexas como os exercícios Umka-21 (Mehdiyeva, 2021).

Uma revisão geral desta Estratégia permite-nos entender que decorrente das expectativas e ameaças provenientes do aquecimento do Ártico, um dos objetivos principais é promover o desenvolvimento dos recursos naturais abundantes na região, destacando o petróleo e o gás e, melhorar a qualidade de vida da população local. A longo prazo, Moscovo ambiciona estabelecer a Rota do Mar do Norte como uma nova artéria

de transporte global. As preocupações são relativas a vulnerabilidades territoriais que possam decorrer do degelo das calotas polares, encorajando a presença militar na área. Além do mais, procura-se preservar o equilíbrio ecológico, todavia, os setores militar e energético alocam um maior interesse face aos recursos destinados à proteção ambiental e qualidade de vida da população (Kluge & Paul, 2020).

Identificamos uma linha de continuidade de Estratégias anteriores, um elemento característico na Política Russa. Contudo, como mencionamos supra, existe uma mudança na política doméstica e externa no que toca à cooperação internacional. Assegurar a soberania e integridade territorial continuam a ser aspetos-chave.

Relativamente ao aspeto socioeconómico, o setor energético é o principal impulsionador dos desenvolvimentos nesta região: “more than 80 percent of combustible natural gas and 17 percent of oil (including gas condensate) in the Russian Federation is produced in the Arctic zone” (Davis & Vest, Strategy for Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Provision of National Security for the Period up to 2035, 2020). Procura-se expandir projetos de dimensão substancial, como por exemplo as novas linhas de produção da Novatek de GNL nas penínsulas de Yamal e Gydan. Consequentemente, as infraestruturas locais também se desenvolvem. Falamos não só da construção rodoviária e ferroviária, mas também dos portos da Rota do Mar do Norte e a sua conexão às regiões industriais da Federação Russa (Kluge & Paul, 2020).

Adicionalmente, se atentarmos às cláusulas do ponto IV relativas às áreas individuais desta região, percebemos que o plano de modernização e desenvolvimento de infraestruturas é extensivo. O foco não está só em expandir o que mencionamos no parágrafo anterior, mas pretende-se também aplicar este desenvolvimento e modernização a portos, aeroportos, centro petrolíferos, recursos minerais e gás natural, usinas, entre outros (Davis & Vest, Strategy for Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Provision of National Security for the Period up to 2035, 2020).

Dado o interesse no Ártico como via de transporte, a Rússia pretende atingir a construção de “at least five universal, nuclear-powered, Project 22220 icebreakers, three Leader-class nuclear icebreakers, 16 search-and-rescue and towing vessels of various capacities, three hydrographic vessels, and two pilot vessels; (Davis & Vest, Strategy for Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Provision of National Security for the Period up to 2035, 2020) . Isto aumenta tanto o seu poderio naval, como

a chance de realizar a visão traçada por Trutnev e Kozlov de transportar cerca de 80 milhões de toneladas na Rota do Mar do Norte até 2024. Esta visão, apesar de estar incluída na Estratégia que estamos a analisar, é tida por Elizabeth Buchanan como um objetivo que é amplamente considerado irrealista (Buchanan, *The overhaul of Russian strategic planning for the Arctic Zone to 2035*, 2020). Não obstante, uma parte significativa do volume de carga que navega estas águas acabará por ser composta por minerais extraídos no Ártico. (Bellona, 2024). De modo a acrescentar tonelagem à rota em questão, Moscovo implementou incentivos de isenção de impostos e juros zero para atrair novos projetos (Buchanan, *The overhaul of Russian strategic planning for the Arctic Zone to 2035*, 2020). No entanto, as sanções ocidentais acabam por afastar estes projetos comerciais. A China apresenta-se como uma alternativa, contudo a sua capacidade de fornecer tecnologia e capital é limitada¹⁴. (Kluge & Paul, 2020)

Em termos de investimento estrangeiro¹⁵, o ator chinês não é o único envolvido no desenvolvimento destes projetos. Note-se que a empresa “GDK Baimskaya” encontra-se a desenvolver o depósito de cobre e ouro em Chukotka, sendo esta 100% detida pela empresa cazaque Trianon Limited. Adicionalmente, cerca de 49,9% do projeto supramencionado “Yamal LNG” da Novatek é controlado por empresas chinesas e francesas. No que diz respeito ao “Arctic LNG 2”, 40% das suas ações pertencem a empresas da China, França e Japão. Acrescenta-se a este leque de capital estrangeiro, as empresas indianas que são donas de 49% da OJSC “Vankorneft”, operadora do campo de Vankor¹⁶. Tem sido também discutida a inclusão do Vietname no desenvolvimento do campo de gás em Purovskye, a participação da Tailândia em projetos de extração de hidrocarbonetos no Ártico. (Bellona, 2024)

A importância desta região para o Estado Russo é sistematicamente justificada pelo facto de conter cerca de 17% de todo o petróleo russo, enquanto a plataforma continental russa no Ártico contém 17,3 mil milhões de toneladas de petróleo e mais de 85,1 mil milhões de metros cúbicos de gás natural. Como constatamos, o interesse nestes recursos não provem apenas de Moscovo, mas também de vários atores internacionais.

¹⁴ O acordado é a Federação Russa arcar com 1/3 do custo necessário para o desenvolvimento da Rota do Mar do Norte, o que se estima ser 11.7 mil milhões de dólares. O restante investimento é proveniente da Rosatom, Rosneft, Novatek, Gazprom Neft, Gazprom, Normickel, bancos e futuros utilizadores desta rota.

¹⁵ A plataforma continental russa é a exceção deste investimento, apenas companhias russas podem aqui operar.

¹⁶ Campo de gás e petróleo na região de Krasnoyarsk.

Na seguinte tabela, observamos alguns dos pontos-chave em que a Rússia se foca, bem como as metas a atingir e o estado corrente das mesmas. (Bellona, 2024)

Tabela VII - Metas a atingir e status de iniciativas no desenvolvimento do Ártico

| Initiative | Target indicator | Current situation |
|--|--|---|
| Increase freight turnover on NSR | 80 mln tons by 2024; 130 mln tons by 2030 | 36.25 tons in 2023 |
| Build ships for Arctic navigation | 8 new nuclear icebreakers, 4 non-nuclear icebreakers, 30 rescue vessels, 5 vessels of other types by 2035 | 885 vessels including 8 nuclear and 35 diesel and electric icebreakers working in arctic waters in 2022 |
| Oil extraction | Development of more than 10 new oil fields, recovery in the Arctic of 26% of the national total oil recovery | 21.4% of Russian oil was recovered in the Arctic in 2022 |
| Gas extraction and LNG production | 43 mln tons of LNG in 2024, 64 mln tons of LNG in 2030, 91 mln tons of LNG in 2035 | 20 mln tons of LNG in 2023 |
| Metal and other useful resource extraction | Development of over 10 new deposits of coal, lithium, gold, copper and others | The Russian Arctic produced 40% of the world's palladium, 10% of its nickel, 30% of its diamonds, as well as gold, copper and platinum group metals |
| Environmental conservation | Creation of a permafrost monitoring system, development and adoption of regional adaptation plans, development of target indicators for reducing harmful emissions | Each year, Arctic enterprises emit 5.1 mln tons of pollutants 7.1 tons of greenhouse gases 363.5 tons of liquid waste |
| Population migration | Population growth rate of zero by 2030 | -4.5 in 2022 |

Fonte: (Bellona, 2024)

Como podemos inferir, algumas destas metas poderão ser difíceis de alcançar. Tomando como exemplo a proteção ambiental, a maioria dos documentos árticos não revela foco em combater as alterações climáticas, mas sim uma adaptação a estas. Este fenómeno pode ser explicado através da associação das mudanças climáticas a um estímulo do desenvolvimento económico e não apenas como uma ameaça¹⁷. (Bellona, 2024)

¹⁷ O aumento de tráfego marítimo na rota do Mar do Norte é uma destas oportunidades económicas providas do degelo.

O combate a ameaças é sinónimo de aumento da militarização russa nesta região, assim o aumento da probabilidade de conflito no Ártico requer “constant growth in the combat capabilities of the groupings of troops (forces) of the Armed Forces of the Russian Federation, other formations, military units, and agencies in the Arctic zone. (Davis & Holland, Strategy for Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Provision of National Security for the Period up to 2035, 2020)”,

A intensificação militar oferece a probabilidade de gerar momentos de maior escalção e introduzem uma dimensão de poder político às disputas. Neste contexto, a militarização oferece mais oportunidades de confrontação do que de cooperação. (Vlček, Chovančík, Uhlířová, & Jirušek, 2024)

Os indicadores que iremos analisar são elementos militares apenas relativos ao Ártico e destes constam: i) a compra e produção de capacidades militares destinadas ao Ártico e às suas condições; ii) estratégias militares e armamento; iii) unidades treinadas para operações na região e instalações militares relacionadas a esse propósito/no local; iv) exercícios militares; v) atividades confrontacionais. (Vlček, Chovančík, Uhlířová, & Jirušek, 2024)

De acordo com Elizabeth Buchanan, a militarização levada a cabo por outros Estados regionais e os seus parceiros é algo que a Rússia neutralizará, sendo esta ação acompanhada por conversações de prevenção de ameaças militares estrangeiras. (Dalziel, 2024)

Como mencionado anteriormente, Moscovo quer transformar o Ártico num campo geopolítico euroasiático. O Euroasianismo tomou, desde 1991 várias formas e é atualmente renomeado como o “Grande Projeto Euroasiático”, particularmente aludindo às relações entre a Rússia com a China e a Índia e, com foco na Ásia-Pacífico¹⁸. A Federação Russa tem apelado globalmente ao desenvolvimento do Ártico russo, salientando a sua abertura à participação bilateral e cooperação científica com Estados amigáveis das suas políticas. (Dalziel, 2024)

Segundo Christian Perez, a supremacia russa no que se refere ao “Lago Ártico” e, a aceleração dos processos de militarização por parte da Rússia, juntamente com as iniciativas¹⁹ chinesas que podem beneficiar Moscovo, uma vez que podem atrair

¹⁸ Distanciando-se da aliança americana com o Indo-Pacífico.

¹⁹ Estas iniciativas têm vindo a ser feitas na Gronelândia e Islândia.

investimentos significativos. Este autor, citado por Armando Guedes e Isidro Morais, afirma mesmo que:

"(t)oday, the Arctic is the only region where Russia has military and strategic supremacy, and as the ongoing crisis in Ukraine escalates, it brings with it increased risk for conflict in the Arctic. Since 2014, Russia has built over 475 new structures across its Arctic military strongholds and has conducted extensive military exercises, most recently in January 2022" (Guedes & Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024)

Em 2015, assistimos à constituição da Brigada do Ártico cujo objetivo é proteger o território russo nos domínios do círculo ártico. Recentemente, Moscovo reforçou as suas forças militares árticas com equipamento, incluindo veículos de todo-o-terreno, intercetores pesados, novos ATVs TTM-4092 para a brigada ártica da Marinha Russa, uma versão ártica do novo sistema de combate da infantaria Ratnik, um veículo de patrulha de comando e tanques de batalha T-80BVM modificados e capacitados para temperaturas que rondam os -40°C. (Vlček, Chovančík, Uhlířová, & Jirušek, 2024)

Como analisado anteriormente e, em linha com a mais recente Estratégia Russa para o Ártico, o desenvolvimento da infraestrutura tem sido um dos pontos focais. Não obstante a falta de consentimento em relação à escala do mesmo, discute-se a construção de mais de 100 instalações militares, 14 novos aeródromos, 16 portos de águas profundas. Conforme evidenciado, procedeu-se à operacionalização permanente de novas bases militares russas neste território, nomeadamente:

"(..) Nagurskoye Airbase, located in Franz Josef Land, was rebuilt between 2014 and 2020. The Temp Air Base was built between 2013 and 2015 on Kotelny Island; the expansion of the Sredny Ostrov Airfield was completed in 2016, and the construction of the Trefoil (Arktichesky Trilistnik) military base was finished in 2021. The Tiksi base, intended to house radio engineering, communication and anti-aircraft units, was rebuilt in just six months. " (Vlček, Chovančík, Uhlířová, & Jirušek, 2024)

A assertividade da Federação Russa não passa despercebida na região, uma vez que apenas no ano de 2023 assistimos a diversos exercícios militares. No mês de abril ocorreu o "Arctic Rescue Exercise", que inclui 13 Estados com um total de 39 observadores²⁰. Seguidamente, deu-se o exercício "Secure Arctic 2023", que incluía cerca de 16 cenários e estendeu-se a 9 regiões. Mais de sessenta mil soldados reuniram-

²⁰ A China, o Irão e Arábia Saudita foram alguns dos observadores.

se para tornar possível a execução destes exercícios. (Guedes & Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024)

Em setembro de 2023, dá-se início aos exercícios “Finval-2023”. Consistiram em uma série de operações pelas forças e tropas russas da Frota do Norte, que envolveram cerca de 1800 soldados, 15 navios de guerra, submarinos, navios de apoio, aeronaves e unidades costeiras e que se estenderam ao longo de todo o Ártico, desde o Mar de Barents até ao Mar da Sibéria Oriental. A 5 de novembro de 2023, a Federação Russa demonstra novamente o seu poder militar através do lançamento de um míssil balístico intercontinental a partir de um submarino. (Guedes & Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024)

A par destes exercícios militares, a Rússia tem praticado frequentes incursões. Em 2015, a Suécia admitiu o restabelecimento de um base militar devido à infringimentos russos relativos ao espaço aéreo sueco e, em 2022 o mesmo incidente repetiu-se e Gotland. Em 2016, o navio russo Yantar equipado²¹ com submersíveis capacitados para destruírem cabos de comunicação marítimos encontrava-se perto de Nuuk, na Gronelândia. A Finlândia também já viu o seu espaço aéreo ser invadido por caças russos e foi vítima de interferências no seu sinal de GPS. O espaço aéreo Islandês é também frequentemente violado por caças e bombardeiros russos. Verificou-se também incidentes com o Reino Unido e os EUA, onde se intercetaram aeronaves, bombardeiros estratégicos, importunação de navios em espaço marítimo piscatório americano, entre outros. No ano de 2019 registaram-se cerca de seis incursões. Mais recentemente, em abril de 2024 o Estado Russo convidou os países do BRICS a testar os seus equipamentos durante os exercícios do Ártico que ocorrerão em 2025 (Vlček, Chovančík, Uhlířová, & Jirušek, 2024).

A análise destes elementos demonstra que estes comportamentos são intencionais e não são resolvidos por via diplomática, consequentemente aumentando tensões militares e atuando como catalisador para que os restantes ECA invistam nas suas capacidades militares²² (Vlček, Chovančík, Uhlířová, & Jirušek, 2024). Podemos concluir que estes exercícios e convites sugerem que Moscovo demonstra ânsia para construir e

²¹ alegadamente

²² Os EUA já chegaram mesmo a simular ataques nucleares em solo russo.

apresentar uma coligação crescente antiocidental que opere no Ártico (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

2. ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS CHINESAS PARA O ÁRTICO

O interesse chinês no Ártico remonta a 1882, participando no Primeiro Ano Polar Internacional. A RPC só se torna ativa na região nos anos 1990, quando começa a investir na sua presença, adquirindo o seu primeiro icebreaker, Xue Long em 1993, da Ucrânia. Mais tarde, no ano de 2004, construiu a sua primeira estação de pesquisa em Svalbard, sendo que estes fatores contribuíram para a consolidação gradual do Estado Chinês como um Estado polar emergente. Atente-se que a China tornou-se um membro observador do CA em 2013 e, justifica a sua presença na região através de duas fases (Ferreira-Pereira, Duarte, & Santos, 2023).

A primeira fase consiste no período entre 1990 e 2017, onde a China se mostra preocupada com as alterações climáticas e como estas a poderiam colocar em perigo a nível climático, económico e social. Já a segunda fase, tem início em 2018, quando a RPC publica o “Arctic Policy White Paper” que justifica a sua presença no território. Este documento demonstra a afirmação dos interesses da China e a cautela chinesa manteve-se após a publicação do documento em questão, onde Pequim justifica o seu envolvimento polar através da diplomacia científica e respeito pelos quadros legais ártico e internacional. O Estado chinês tem desenvolvido e consolidado laços nesta região com o objetivo de atingir três benefícios, sendo estes i) obter know-how nórdico, ii) explorar a extensão da BRI para o Norte da Europa e iii) fortalecer a sua presença no local em questão, promovendo relações diplomáticas (Ferreira-Pereira, Duarte, & Santos, 2023).

A região Ártica é alvo de interesse por parte da comunidade internacional, não só pela agenda climática, mas também pela atrativa possibilidade de explorar os seus recursos naturais. Assim, é natural que haja um maior interesse chinês neste território, uma vez que este Estado tem procurado por fontes de energia. Ainda que a RMN seja sazonal, oferece à China uma viagem mais curta²³ comparativamente às rotas marítimas de comunicação tradicionais entre o continente asiático e europeu (Ferreira-Pereira,

²³ Cerca de menos de 40% da viagem ou 15 dias a menos.

Duarte, & Santos, 2023). O uso desta Passagem e a consequente redução de distância resolveria o dilema de Malaca da China (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023).

O estabelecimento da influência e presença chinesa no Ártico tornou-se uma prioridade para a República Popular da China, tendo-se denominado com o estatuto de uma nação “próxima ao Ártico” (Lynch, 2024). Esta ideia foi apresentada pelo contra-almirante Yin Zhuo, que em março de 2010 afirmou que “The Arctic belongs to all the people around the world as no nation has sovereignty over it”, ademais argumenta que a “China must play an indispensable role in Arctic exploration as [it has] one-fifth of the world’s population” (Ferreira-Pereira, Duarte, & Santos, 2023).

O Estado em questão tem cortejado os EA e stakeholders a diferentes níveis, que têm desenvolvido os seus interesses através do contínuo envolvimento da China na região e do estreitamento de relações com stakeholders Chineses (Lynch, 2024).

Moscovo tem sido ostracizado pela comunidade internacional e neste contexto, pelos Estados Árticos, obrigando este ator a procurar parceiros não-ocidentais para realizar os seus planos árticos, e é aqui que Pequim surge (Guedes & Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024). A invasão da Ucrânia surge como um elemento que aproxima estes dois Estados, “Russia’s invasion of Ukraine and the resulting sanctions have made the former an international pariah, which has driven it into a closer alliance with China (Lynch, 2024).

As perspetivas destes atores acerca da sua cooperação são divergentes, Kremlin assume uma atitude de que a RPC é um parceiro privilegiado, dado o volume de investimento que pode mobilizar. Por outro lado, a RPC vê a Rússia tanto como uma oportunidade e, como um desafio, uma vez que Xi Jinping entende que pode ver o seu país ser ostracizado. Os nossos autores entendem que este processo já se iniciou, dada a aproximação destes atores no Ártico e, a criação do documento oficial sobre a Rota da Seda Polar, formalizado em 2018 (Guedes & Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024).

Focando-nos nestas perspetivas diferentes, James McBride, Noah Berman e Andrew Chatzky partilham a opinião de que:

"(a)s Russia's relationship with the West has deteriorated, however, President Vladimir Putin has pledged to link his Eurasian vision with the BRI. Some experts are sceptical of such an alliance, which they argue would be economically asymmetrical.

Russia's economy and its total trade volume are both roughly one-eighth the size of China's – a gulf that the BRI could widen in the coming years". What's more, they called for a robust European intervention, raising the following question: "An Opportunity for the EU to Pitch In?" (Guedes & Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024).

No documento “China’s Arctic Policy”, os objetivos políticos passam por “understand, protect, develop and participate in the governance of the Arctic (...)”, apresentando o desejo de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, um termo também cunhado como “comunidade de destino comum para a humanidade”. Xi Jinping tem utilizado este conceito e, aplicando-o de forma flexível a diferentes contextos geográficos. Em termos cooperativos, a China comprometeu-se a respeitar o atual quadro legal da região, mas defende um governança global da mesma, algo já proposto por académicos chineses e, requer ainda respeito mútuo. O incremento do interesse de atores não-Árticos neste território, pode eventualmente levar a um apoio em considerar o mesmo como uma arena internacional invés de regional (Grieger, 2018).

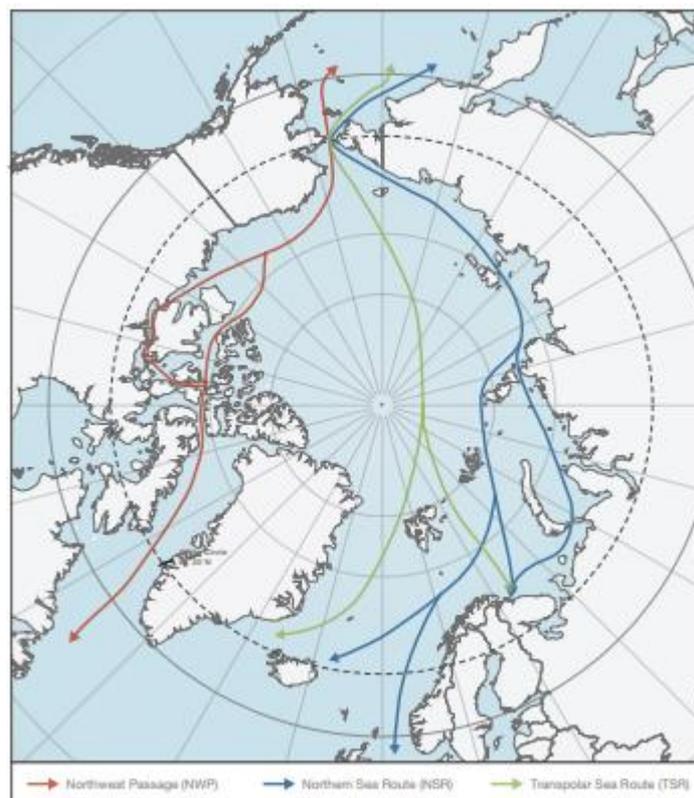
O livro branco em questão, enumera adicionais princípios gerais acerca das relações externas da China, que guiam também a participação da mesma nos assuntos Ártico. Entre estes estão o respeito, cooperação, resultados win-win e ainda, a sustentabilidade, note-se que conceitos como o de win-win e sustentabilidade podem carregar significados diferentes para os demais Estados²⁴. Como constatado anteriormente, pode existir fricção entre os objetivos económicos e ambientais (caso russo) e, a China tem-se focado na parte económica, sobretudo devido à Iniciativa ‘Belt and Road’ (Grieger, 2018).

O conceito da Rota da Seda Polar foi introduzido no livro branco, e o website da BRI descreve-a como “the shipping routes that cross the Arctic and connect the major economic centers of North America, East Asia, and Western Europe”. Atente-se que o Estado chinês é o único a ter conduzido expedições oficiais em todas as três passagens marítimas Árticas, incluindo a Rota Transpolar (Pezard et al, 2022). O desenvolvimento da PSR desacelerou de forma drástica devido à invasão da Ucrânia. No período de 2013 e 2021, a *COSCO Shipping Specialized Carriers* organizou cerca de 42 viagens pela Rota do Mar do Norte com 33 embarcações, sendo que 14 foram realizadas com escolta de ice-

²⁴ Atente-se que para a China e em relação à Iniciativa ‘Belt and Road’, os empréstimos chineses a países terceiros são condicionados pela atribuição da maior parte dos contratos a empresas chinesas e, não através de concursos públicos e transparentes. A China considera isto um resultado win-win.

breakers e alcançou o recorde de passagens ao longo da RMN em 2021. No entanto, em 2022, nenhum navio quer da Cosco quer de propriedade chinesa navegou estas águas devido à possibilidade de ser sancionada. Não obstante, manteve investimento noutros setores e, como veremos voltou a navegar nesta rota (Lamazhapov, Stensdal, & Heggelund, 2023).

Figura 14 - Rotas Marítimas Árticas



Fonte:(Pezard et al, 2022)

Os autores Guedes e Pereira citam Maud Descamps, que num tom realista e crítico afirma:

“Beijing is gearing up to further its presence in the Arctic by promoting the Transpolar Sea Route, a passage that would make use over the shorter route past the Arctic circle for commercial and civilian purposes. However, most of the Chinese vessels which to date are able to operate in high north, all of which are ice breakers, belong to the People's Liberation Army navy (PLA-N) while there is only one ship operated under the aegis of the Polar Research Institute of China (PRIC)” (Guedes &

Pereira, *New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic*, 2024).

Nesta última década, o alinhamento estratégico e económico entre a Federação Russa e a República Popular da China atingiu níveis sem precedentes. Este fenómeno pode ser explicado através das sanções ocidentais aplicadas a Moscovo, devido à invasão da Crimeia e da Ucrânia, que vieram acelerar este alinhamento e tornaram a RPC um dos parceiros e fornecedores mais importantes que apoiam a indústria securitária russa (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

A cena internacional sofreu algumas alterações desde 2014, começando pela crise da Crimeia. Em 2016, o Reino Unido abandona a União Europeia e Donald Trump é eleito presidente dos EUA. No ano de 2019, o seu secretário de Estado Mike Pompeo por meio de um discurso, avisa a China e a Rússia acerca do seu comportamento agressivo, alertando para a presença chinesa no Ártico utilizando questões como “Do we want the Arctic Ocean to transform into a new South China Sea, fraught with militarization and competing territorial claims?”. Note-se que o CA fechou pela primeira vez sem a emissão de uma declaração conjunta (Chen, 2023).”

Um elemento que une estes dois líderes, tanto Vladimir Putin como Xi Jinping, é o interesse comum em enfraquecer os EUA e a sua posição de liderança no sistema internacional. Ao que tudo indica, a mais recente visita do Presidente russo à RPC sugere que este se está a posicionar a Rússia para uma relação mais duradoura e estreita com Pequim e o Ártico tem um papel significativo na mesma. O Kremlin tem recorrido à China para ajudar a desenvolver a Rota do Mar do Norte, investir nos seus projetos de energia relacionados a esta região e nas suas infraestruturas de apoio e, reforçar a cooperação militar (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

Vários autores têm questionado o estreitamento e durabilidade desta relação e, contado os diversos elementos que moldam a mesma. Note-se que de acordo, com especialistas, a relutância que a Rússia demonstrava em colaborar com Pequim no Ártico era particularmente forte, uma vez que determinamos a importância que a soberania e integralidade territorial tem para o Estado russo. Não obstante, esta resistência dissipou-se e, Moscovo tem-se tornado politicamente e economicamente dependente desta potência emergente (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

Aquando da visita que mencionamos supra, ambos os líderes reafirmaram a importância da cooperação destes Estados em setores críticos como, o energético, espacial e militar. Apesar de não terem sido publicamente anunciadas iniciativas militares, dado que a Rússia e a RPC não são transparentes quanto a contratos de defesa desde que os EUA introduziram o ‘Countering America’s Adversaries Through Sanctions Act’, Moscovo referenciou o desenvolvimento de corredores²⁵ internacionais de transporte e logística, projetos no setor de alta tecnologia e, ambos os países estão a expandir as infraestruturas fronteiriças e a melhorar a capacidade de passagem das mesmas (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

Apesar da comunicação chinesa com a comunidade internacional ter sofrido demoras devido à quarentena auto-imposta proveniente do Covid-19, a cooperação com a Rússia foi aprofundada. Em fevereiro de 2022, após a abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim, Putin e Xi Jinping emitiram uma declaração conjunta onde anunciaram a intenção de uma ordem mundial policêntrica (Chen, 2023).

Não podemos deixar de mencionar a relação que a China tem com a Gronelândia, uma vez que é um centro importante da Rota da Seda Polar. Para se tornar independente financeiramente da Dinamarca, esta necessita de um investidor estrangeiro e a China ocupa este papel. De 2008 a 2019, a República chinesa viu-se envolvida em cinco projetos diferentes. Quatro destes projetos são de mineração e o quinto está relacionado com a construção de aeroportos em Nuuk, Ilulissat e Qaqortoq. Como veremos a seguir, Pequim também se foca em sistemas de navegação por satélite. Assim, é natural demonstrar interesse em estabelecer uma estação de satélite que pudesse ser utilizada para o seu sistema de navegação BeiDou. O então Presidente Trump ponderou se seria possível comprar a Gronelândia, uma vez que ele e os seus conselheiros compreenderam o papel fundamental que a Gronelândia interpreta nas iniciativas chinesas no Ártico e, que estas são capazes de prejudicar os interesses geoestratégicos americanos (Ferreira-Pereira, Duarte, & Santos, 2023).

A Islândia, além de exibir elementos comuns com a Gronelândia, é de igual modo importante para a RPC dada a sua importância geopolítica e geoestratégica nos movimentos da mesma. Também interessa à China, pois possui hidrocarbonetos, minerais, peixe. Segundo os nossos autores que citam Thorhallsson e Grimsdottir, é ainda

²⁵ As vias ferroviárias Transiberiana e Baikal-Amur e, a Rota do Mar do Norte.

relevante para a Rota da Seda Polar, dado que “a new race for the Arctic is already evident in the form of competition over shipping routes and hubs, natural resources, and political influence” e a Islândia é o “leading hub[s] for container traffic in a transarctic shipping” (Ferreira-Pereira, Duarte, & Santos, 2023).

Embora a Islândia não se tenha juntado formalmente à Rota da Seda Polar, a RPC e o Estado Islandês mantêm iniciativas bilaterais como: i) a exploração de gás e petróleo em Dreki, entre a Islândia e a Noruega; ii) cooperação ligada à implementação de um centro de pesquisa e desenvolvimento geotérmico, depois da assinatura em 2015 de um acordo de cooperação entre a Arctic Green Energy Corporation, a Sinopec Star Petroleum e a Autoridade Nacional de Energia da Islândia. Além de ter sido o primeiro país europeu e membro da NATO a assinar um acordo de Livre Comércio com a China, a Islândia tem beneficiado desta relação (Ferreira-Pereira, Duarte, & Santos, 2023).

Como podemos verificar no seguinte mapa, a China tem alguns investimentos de extração de minerais e outras atividades económicas no Ártico Norte-Americano. Este investimento no Ártico Canadiano teve início pelo menos em 2008, todavia, o Estado Canadiano não mostra preocupação com os mesmos uma vez que 2 de 3 destes investimentos falharam ou estão em processo de, devido à queda de preços e aos custos associados à mineração neste território. Todavia, alguns investimentos obtiveram sucesso, como é o caso da Mina de Níquel de Nunavik, os depósitos de zinco e cobre de Izok e High Lake, o desenvolvimento de Projeto Rodoviário e Portuário de Grays Bay que ligaria esses depósitos à Passagem Noroeste. Verificamos ainda que o Estado Chinês tem ainda investimentos no Alasca e Gronelândia (Pezard et al, 2022).

Figura 15 - Mapa de Investimentos e Atividades Mineiras Chinesas no Ártico da América do Norte.



Fonte: (Pezard et al, 2022)

Na seguinte tabela, podemos observar mais detalhadamente a totalidade dos projetos no território em questão, relativos a extração de minerais, hidrocarbonetos e setores de infraestruturas. Alguns destes projetos nunca foram iniciados, outros pararam antes de serem completos, uns encontram-se suspensos e alguns em fases de negociações (Pezard et al, 2022). Uma rápida análise desta tabela, revela segundo a nossa leitura, que a China enquanto Estado não-Ártico tem tentado desenvolver vários projetos na região, fora do eixo russo.

Tabela VIII - Atividades Passadas e Atuais da China nos Setores de Mineração, Hidrocarbonetos e Infraestrutura no Ártico da América do Norte

| Project Name | Type | Period | Chinese Partner | Status |
|---|----------------|----------------------------|--|-----------|
| Canada | | | | |
| Yukon Zinc Project | Mining | 2008 | Jinduicheng Molybdenum Group | Failed |
| Peace River Oil Partnership | Hydrocarbons | 2010–present | China Investment Group | Failing |
| Lac Otelnuik Iron Mine | Mining | 2012 | Wuhan Iron and Steel Company | Failing |
| Selwyn Project | Mining | 2014 | Yunnan Metallurgical Group Co., Ltd. | Unknown |
| Kami Iron Ore Project | Mining | 2012–2020 | Hebei Iron and Steel | Failed |
| Long Lake Oil Sands (Athabasca Oil Sands) | Hydrocarbons | 2018 | CNOOC | Completed |
| TMAC Resources Purchase | Mining | Unknown | Shandong Gold Mining | Failed |
| Grays Bay and Road Project | Infrastructure | 2011–2013; 2019–present | MMG | Ongoing |
| Izok Corridor Project | Mining | 2011–2015; 2018–present | MMG | Ongoing |
| Nunavik Nickel Mine | Mining | Unknown–present | Zhongge Holding Group Ltd. (acquired Canadian Royalties in 2011) | Ongoing |
| Greenland | | | | |
| Kvanefjeld REE Field | Mining | 2014–present | China Nonferrous Metal Industry and Shenghe Resources | On hold |
| Isua Iron Ore Field | Mining | 2015–2021 | General Nice Group | On hold |
| Gronnedal Naval Base | Infrastructure | 2016 | General Nice Group | Failed |
| Greenland Airports | Infrastructure | 2018–2019 | China Communications Construction Company | Failed |
| Citronen Fjord | Mining | 2017–present | China Nonferrous Metal Mining Group | Ongoing |
| Wegener Halvo Copper Mine | Mining | Unknown | Jiangxi Zhongrun | Unknown |
| Greenland Research Station | Infrastructure | 2017–present | Unknown | Unknown |
| United States | | | | |
| Alaska LNG Project | Hydrocarbons | 2017–2019 | Bank of China / Sinopec / China Investment Corporation | Failed |
| Red Dog Mine | Mining | 2009–present | China Investment Corporation | Ongoing |

Fonte: (Pezard et al, 2022)

Um dos campos de maior interesse para Pequim continua a ser a diplomacia científica, assumindo uma necessidade em obter informações/pesquisa adicionais para a compreensão de como as mudanças ambientais no Ártico afetam diretamente a China. Estabeleceu com sucesso, uma estação de pesquisa em Svalbard desde 2004 e, abriu outra juntamente com a Islândia. No entanto, viu rejeitada a sua proposta em estabelecer uma na Gronelândia (Lanteigne, 2023).

A seguinte tabela representa a cooperação internacional entre a China e os demais Estados assinalados relativamente aos assuntos Árticos entre o período de 2013 e 2021.

Tabela IX - Número de Artigos de Pesquisa sobre Tópicos do Ártico baseados na Cooperação Internacional com a China

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| United States | 1,082 | 1,130 | 1,176 | 1,275 | 1,367 | 1,474 | 1,472 | 1,434 | 1,523 | 11,933 |
| Canada | 728 | 718 | 748 | 788 | 776 | 872 | 862 | 931 | 977 | 7,400 |
| Russia | 388 | 364 | 536 | 550 | 746 | 851 | 1,114 | 1,092 | 1,124 | 6,765 |
| Norway | 535 | 519 | 553 | 668 | 680 | 760 | 763 | 765 | 816 | 6,059 |
| United Kingdom | 537 | 541 | 614 | 699 | 669 | 770 | 744 | 734 | 710 | 6,018 |
| Germany | 409 | 354 | 370 | 476 | 488 | 522 | 542 | 581 | 591 | 4,333 |
| Denmark | 196 | 206 | 243 | 256 | 248 | 320 | 271 | 316 | 336 | 2,392 |
| Sweden | 213 | 221 | 215 | 270 | 258 | 263 | 288 | 282 | 355 | 2,365 |
| France | 208 | 181 | 188 | 236 | 226 | 292 | 286 | 307 | 291 | 2,215 |
| Finland | 139 | 141 | 139 | 176 | 167 | 188 | 231 | 243 | 222 | 1,646 |
| Japan | 128 | 131 | 129 | 189 | 146 | 168 | 168 | 187 | 206 | 1,452 |
| South Korea | 63 | 81 | 96 | 84 | 97 | 121 | 121 | 113 | 163 | 939 |
| Iceland | 49 | 49 | 57 | 65 | 67 | 55 | 78 | 69 | 93 | 582 |

Fonte: (Chen, 2023)

Podemos verificar que desde 2013, o volume de artigos publicados pela China acerca do Ártico em colaboração com outros países tem sido constante. Os institutos de pesquisa com origem americana, fazem com que os EUA ocupem o primeiro lugar quanto ao número de publicações entre os parceiros de pesquisa da China. A partir do ano de

2018, a Rússia ultrapassa o Canadá e atente-se para o facto de que é neste ano que se inicia uma quebra no volume de cooperação EUA-China. Este fenómeno pode ser explicado através de três motivos: i) a aproximação sino-russa, surgindo a ideia da cooperação conjunta para o desenvolvimento e utilização das rotas marítimas árticas para criar a Rota da Seda Polar; ii) a guerra comercial sino-americana, que teve início em 2018 aquando o então Presidente Trump implementou uma tarifa de 25% sobre produtos chineses, que acabou por afetar esta relação em vários campos; iii) a relação sino-canadiano também se deteriorou após o início da guerra comercial sino-americana e a detenção da diretora financeira da Huawei em 2018 (Chen, 2023).

Porém, os Estados Norueguês, Alemão e Britânico têm cooperado bastante com a RPC e, os suecos, dinamarqueses, finlandeses, franceses, japoneses, islandeses e sul coreanos têm aumentando a cooperação científica com os chineses. Note-se ainda que no documento “14th Five-Year Plan (2021–2025) for National Economic and Social Development and Vision 2035” emitido na Primavera de 2021, está escrito que a China irá aumentar a cooperação prática com EC nos campos de monitorização e proteção ambiental marinha, pesquisa científica e busca e resgate marítimo, adicionalmente pretende intensificar a avaliação da biodiversidade e de recursos estratégicos em águas profundas. (Chen, 2023).

Como assinalado anteriormente, os campos espaciais e a navegação por satélite são áreas de interesse para a República Chinesa. A dependência deste Estado relativa a tecnologias de dupla utilização para recolha de informações e obter conscientização situacional, incluindo no espaço via deteção remota, alarmou o CA e procedeu-se à suspensão das estações científicas e centros espaciais planeados pelos chineses na Gronelândia, Canadá e Suécia. Não obstante os obstáculos que se apresentaram à China, esta mantém-se focada em expandir e otimizar a rede BeiDou como parte dos seus objetivos para construir a Rota Polar Digital, o que eventualmente pode originar dependências tecnológicas para outros Estados, bem como riscos de vigilância (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

A quantidade existente destes satélites no hemisfério sul oferece uma precisão maior que o GPS, todavia mais estações terrestres no hemisfério norte iriam melhorar a precisão nesta região. Para esse efeito, desde 2015 que os russos e chineses têm feito esforços para melhorar a compatibilidade, interoperabilidade e aumento entre o BeiDou e GLONASS, procedendo também à instalação de estações terrestres em ambos os

territórios. Em setembro de 2019, o Estado Chinês lançou o Ice Pathfinder (BNU-1), o primeiro satélite dedicado à observação remota polar, tendo já completado duas fases de missões de observação na Gronelândia, como também na Antártica (Chen, 2023). A RPC avançou em 2023, com o anúncio da abertura de uma estação em Petropavlovsk-Kamchatsky na Baía de Avacha, onde se situa uma grande base para submarinos russa e um dos pontos de entrada para a Rota do Mar do Norte, estendendo as suas capacidades independentes de rastreamento e monitorização para o círculo ártico (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

O Estado Russo continua a investir no seu sistema de satélites de navegação global, o GLONASS e é dona de uma rede robusta de satélites com habilidade de deteção remota que apoia a consciência situacional no Ártico. Contudo, alguns atrasos têm impedido a atualização deste sistema, fazendo com que o sistema chinês complemente cobertura no local. No ano de 2023, a empresa Rosatom anunciou que usaria dados do satélite chinês²⁶ para facilitar a navegação e previsão de gelo ao longo da Rota do Mar do Norte.

A República Popular da China tem cooperado cada vez mais com a Rússia e, com outros países do Brics+ no âmbito civil-militar, através de patrulhas de alta visibilidade e exercícios conjuntos (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024). Segundo Marc Lanteigne, a militarização ou balcanização do Ártico de nada iria servir ao governo chinês, uma vez que as suas capacidades de projetar o seu poder militar nesta região são limitadas. Assim, permanece alarmada com o que denominou de ‘melon scenario’²⁷, em que uma corrida aos recursos e influência no ártico entre os EC exclui totalmente os interesses externos. Até à atualidade, a atividade militar chinesa neste local ocorreu sempre em situações controladas, inclusive em trânsito ao largo das costas do Alasca e do Báltico e, cooperação com a Rússia em manobras militares como os Vostok 2018 e 2022- (Lanteigne, 2023).

A China adicionou o *Xue Long 2* à sua coleção de icebreakers e, em 2021 anunciou a comissão de um terceiro planeado para estar operacional em 2025. Adicionalmente, comissionou ainda uma embarcação de transporte usada quer para transporte, quer para resgatar outros navios nesta região. Além destas embarcações, a RPC possui ainda uma

²⁶ As sanções ocidentais bloquearam o fluxo de dados, sendo a China uma alternativa.

²⁷ Cenário onde os recursos do Oceano Ártico são repartidos como um melão pelos 8 Estados Árticos.

pequena frota de icebreakers na Baía de Bohain e no Mar Amarelo. Os chineses revelam interesse em construir um icebreaker movido a energia nuclear, algo que apenas a Rússia possui. O Estado em questão possui ainda submarinos capazes de operar no Ártico, inclusive os submarinos de ataque com propulsão nuclear. Existem vantagens na utilização dos mesmos como a não detecção destes a partir do espaço e uma eficácia reduzida das capacidades de guerra antissubmarinas. Reconhece-se que, “nuclear deterrence, sea-denial, commerce defense, and political leverage have all been held out by commentators as broad strategic objectives achievable with an Arctic submarine presence,”, mas que o destacamento de submarinos para esta região só aconteceria se a China escolhesse aprofundar a sua Estratégia ou usar os mesmos como uma declaração de desenvolvimento das suas capacidades (Pezard et al, 2022).

As expedições de pesquisa que a China tem realizado no Ártico para recolher informações, resultou na utilização e a aquisição de experiência em estações de gelo não tripuladas e planadores subaquáticos autónomos para colheita de dados científicos. Adicionalmente, reúne ainda mais dados a partir do sistema de navegação que mencionamos supra. Estes meios tecnológicos têm potencial uso militar, para além do civil ou científico, por exemplo, o mapeamento do fundo do oceano e o estudo da acústica submarina são fundamentais para o envio de submarinos ao local em questão (Pezard et al, 2022).

Os autores Guedes e Pereira citam Maud Descamps, que num tom realista e crítico afirma:

“Beijing is gearing up to further its presence in the Arctic by promoting the Transpolar Sea Route, a passage that would make use over the shorter route past the Arctic circle for commercial and civilian purposes. However, most of the Chinese vessels which to date are able to operate in high north, all of which are ice breakers, belong to the People's Liberation Army navy (PLA-N) while there is only one ship operated under the aegis of the Polar Research Institute of China (PRIC)” (Guedes & Pereira, New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic, 2024).

Adicionalmente, em abril de 2023 o Serviço Federal de Segurança da Rússia (FSB) e a Guarda Costeira Chinesa assinaram um memorando de entendimento (MOU) para facilitar a cooperação na aplicação da lei marítima ao longo da Rota Marítima do

Norte. Atente-se que a Guarda Costeira Chinesa (GCC) tem uma reputação de ações agressivas e ilegais contra embarcações estrangeiras, algo que pode vir a resultar numa reinterpretação do direito marítimo internacional neste local, como observado no Mares do Sul da China e Báltico (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

A convite da Federação Russa, a GCC observou o exercício de segurança marítima “Arctic Patrol 2023”. A Rússia afirmou que esta cooperação se enquadra como via alternativa ao Fórum da Guarda Costeira do Ártico, com argumentos pelo chefe do Serviço de Guarda de Fronteiras do FSB de que a Rússia “had to find new partners as the coast guard cooperation with the seven other Arctic nations is halted.”. Até á atualidade, não ocorreu nenhuma patrulha conjunta. Não obstante, avanços foram feitos neste campo e, em abril de 2024 as marinhas Russa e Chinesa assinaram outro MOU acerca da cooperação naval de busca e salvamento em alto mar. (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

As economias russas e chinesas complementam-se mutuamente, naturalmente a cooperação no setor energético é um fator-chave²⁸ nas relações económicas sino-russas. A Rússia exporta maioritariamente matérias brutas e energia necessária para fornecer a indústria e população chinesa, em troca o Estado Russo importa da RPC produtos de alta tecnologia e componentes eletrónicos. A exportação de combustíveis fósseis e de gás natural liquefeito, principalmente para o Estado Chinês tem ajudado Moscovo a contrabalançar as perdas derivadas das importações europeias desde o início da guerra com a Ucrânia. O estreitamento da relação tem facilitado projetos de infraestruturas e cooperação civil-militar e de aplicação da lei na Rota do Mar do Norte. Adicionalmente, segundo Moscovo a RPC continua interessada na construção do gasoduto ‘Power of Siberia 2’, que coneta a Rússia à China através da Mongólia (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

O Kremlin volta-se também para Pequim e outros parceiros do BRICS para financiar e desenvolver projetos infraestruturais para ligar regiões ricas em minerais e criar redes logísticas mais integradas para que seja possível aumentar a carga ao longo da Rota do Mar do Norte. A Iniciativa ‘Belt and Road’ envolve o desenvolvimento da Rota da Seda Polar e a Rota da Seda Digital e, com isto verifica-se que os números de empresas pertencentes à China no Ártico Russo subiram de 48 em 2020 para 123 em junho de 2023.

²⁸ Inclui-se aqui a extração e exportação de petróleo e gás natural.

Além disso, a participação do Estado Chinês em projetos russos sofreu um incremento desde 2013, sobretudo em áreas de GNL, GN, extração de minerais e infraestruturas (Conley, Arts, Glaser, Berzina, & Archambeau, 2024).

Um assunto que não podemos deixar de mencionar, quer pelo seu cenário disruptivo no Ártico, quer pela sua importância no palco internacional são as implicações da invasão da Ucrânia, neste caso para a China. Ora, em março de 2022 os A7 emitiram uma declaração conjunta a condenar a ação russa e assinalaram os obstáculos que isso representa para a cooperação internacional, inclusive na região que analisamos. Esta resistência causou um impasse sem precedentes no CA, uma vez que a Rússia, à altura ocupava a presidência rotativa. A RPC não manifestou a condenação do Estado russo e os planos sino-russos delineados para a Rota da Seda Polar mantiveram-se, note-se que esta decisão pode apresentar obstáculos nos assuntos Árticos (Chen, 2023).

A Federação Russa é o maior Estado costeiro na região que analisamos, dispendo da infraestrutura ártica e capacidades militares mais substanciais. Em função da complexidade da governança do Ártico e à presença do ator russo, é improvável que este seja expulso do CA e das demais organizações internacionais da região (Chen, 2023). O Estado russo mantém-se no caminho de colisão com o Ocidente. Além de não se encontrar envolvida nos diálogos com os restantes comandantes militares dos ECA ou nos encontros anuais da Mesa Redonda das Forças de Segurança desde a anexação da Crimeia em 2014, retirou-se em setembro de 2023 do Conselho Euro-Ártico de Barents (Paul, 2024). Em consequência da pausa do CA, os russos decidiram no início deste ano que “For the time being, Russia’s annual contributions to the Arctic Council’s budget have been suspended, pending the resumption of pragmatic work with the participation of all member countries (Nilsen, 2024)”. A importância da Rússia para o CA é notória, uma vez que quase metade do Ártico é território russo e reconhece-se que a falta de cooperação irá prejudicar trabalho científico. A Noruega ocupa de momento a Presidência do CA e declarou que “We should not close those doors and throw the keys away. One day they may be opened again we will all be again around that Arctic table”, mas os ECA destacam que enquanto a guerra da Ucrânia continuar, a cooperação vai ser mantida apenas a nível científico (Nilsen, 2024).

A Rússia mantém o foco em fortalecer a sua presença militar no Ártico, expandindo e modernizando as suas instalações militares ao longo da sua costa. Tem reorganizado e desenvolvido aquilo que diz ser o seu quinto distrito militar, cujo propósito

é proteger as forças da Frota do Norte e respetivo poder de dissuasão nuclear. A militarização russa do Ártico não revela sinais de desaceleração, o que pode vir a constituir um problema para os restantes Estados (Cunningham, 2024). Adicionalmente, o sentido de segurança de Moscovo pode vir a ser afetado pela integração da Suécia e Finlândia na NATO e, o embaixador russo na Suécia emitiu uma declaração afirmando que: “new NATO members would become “a legitimate target for Russian retaliatory measures, including military ones.”. Possivelmente, Moscovo irá interpretar os exercícios militares na Finlândia como provocações que exigirão melhorias nas suas forças armadas, enviando mais tropas para esta fronteira, o que por sua vez levará os finlandeses a reforçar as suas defesas fronteiriças. O fim da neutralidade nórdica representa não só um obstáculo para o Kremlin, mas também um maior risco de cálculos e de escalção de conflitos (Hanhimäki, 2024).

Segundo Yitong Chen, a China sempre adotou uma posição pragmática nos assuntos polares e sugere que esta continue a ter uma atitude proativa e flexível quando interage com os restantes Estados dado o contexto atual. Ou seja, o académico defende que a RPC deve abster-se de tomar uma posição relativa à guerra entre a Ucrânia na realização de decisões sobre os assuntos Árticos e, deve trabalhar para garantir uma participação funcional e tranquilo nas organizações Árticas. As questões geopolíticas têm, por enquanto, ocupado a agenda Ártica. No entanto, a cooperação internacional é a única escolha viável, dada a natureza compartilhada dos desafios polares (e.g. o aquecimento global, as oportunidades que surgem das mudanças climáticas que podem ser uma situação de win-win para todos, entre outras) (Chen, 2023).

A nossa análise do contexto corrente é defendida por Shireen Mushtaq, Uswa Sharif and Rida Fatima. À medida que a possibilidade de acesso a recursos naturais no Ártico aumenta, os interesses estratégicos e envolvimento regional também sofre um aumento. Estados como a China, os EUA e a Rússia trabalham para melhorar e diversificar as suas capacidades na região, o que leva a que exista uma balança de ataque-defesa. Como constatado supra e, particularmente depois da integração da Suécia e da Finlândia na NATO, o aumento da influência de um país é considerada uma ofensiva, o que por sua vez, leva o outro a aumentar o seu impacto (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023).

Esta região tem gradualmente vindo a emergir como uma nova arena para a competição entre as grandes potências. O objetivo da Federação Russa é o estabelecimento de um monopólio sobre a utilização das vias marítimas e dos recursos

económicos, conseqüentemente reduzindo a sua dependência de outros Estados. A RPC, enquanto Estado não-Ártico com interesses na região, tem sido aliada da Rússia e procura o mesmo com os restantes ECA para beneficiar da localização estratégica e das reservas naturais. O Estado Chinês aplica o seu interesse e influência neste território através de incentivos económicos e investimentos, com o objetivo final de aceder às rotas marítimas para o desenvolvimento económico e da BRI. Podemos concluir que os EUA no âmbito do desenvolvimento militar polar, estão muito aquém da RPC e da Rússia. Não obstante, o status quo do sistema internacional, particularmente após a invasão da Ucrânia deverá despertar mudanças na PE americana relativa ao Ártico e levar a um aumento do envolvimento financeiro e militar americano no local em questão (Mushtaq, Sharif, & Fatima, 2023).

CONCLUSÃO

Esta dissertação de Mestrado tem por objeto de estudo a importância renovada do Ártico nas relações internacionais, em geral, e nas relações sino-russas. Procura constituir um contributo para a análise da importância da questão do Ártico na Ordem Internacional contemporânea, em consequência das tensões entre atores Árticos e não-Árticos

Com base na perspectiva Construtivista, podemos entender o Ártico como uma região que engloba Estados, Instituições Regionais e Internacionais, empresas, comunidades indígenas, entre outras. Existem diferentes níveis de análise e o construtivismo é a teoria mais capaz de os analisar. Adicionalmente, o Ártico é um dos melhores exemplos para demonstrar que tudo está em constante mudança e que são os atores, o seu ambiente normativo e ideacional que formam a Ordem Internacional.

O fim da guerra fria trouxe consigo a desmilitarização do Ártico, uma aproximação entre a Rússia e o Ocidente e a vontade de proteger a fauna e flora desta região, o que consequentemente resultou numa cooperação internacional que até recentemente, parecia não ser afetada pelos eventos do resto do cenário internacional. No entanto, a anexação da Crimeia em 2014 levantou questões sobre os potenciais efeitos da deterioração nas relações árticas. A invasão da Ucrânia em 2022 foi o elemento modelador da Estratégia da NATO na Europa da Leste, o catalisador para o fim da neutralidade nórdica e limitação das relações russas com o mundo ocidental.

Isto desencadeou uma pausa nos trabalhos do Conselho do Ártico, algo que até então não tinha acontecido. O Ocidente mostrou-se mais alarmado com o alinhamento das visões russas e chinesas para o Ártico e, com o aumento da militarização russa na região. Esta invasão apresentou alguns obstáculos à Rússia, como sanções e término de investimentos em alguns dos seus projetos, o que a aproximou ainda mais da RPC.

Duvida-se que a Federação Russa vá ser expulsa do CA, uma vez que este sem a sua presença perde credibilidade dado que os russos detêm maior parte do território. Todavia, tanto a União Europeia, como a NATO e os Estados Unidos da América identificam a Rússia e a China e, a sua relação como um perigo e que este deve ser monitorizado.

Em relação ao Ártico, a União Europeia e o seu quadro legal focam-se no respeito e proteção pelo Ártico, defendendo que os recursos naturais que afetem esta região

permaneçam no subsolo. Simultaneamente, tenta obter uma posição de observadora no Conselho do Ártico, mas até agora não teve sucesso.

A invasão da Ucrânia foi também o fator decisivo para o fim da neutralidade nórdica, que por sua vez resultou no alargamento da NATO. A NATO tem mostrado contenção na sua política relativa ao Ártico. O seu estatuto no local não é o mais favorável, uma vez que na teoria possui dominância em número de Estados Árticos, mas na prática requer uma estratégia e alinhamento operacional. Ao longo da investigação verificamos a discrepância entre a NATO e a Rússia em termos de capacidades militares e a sua preparação no Ártico. Para a Aliança Atlântica assegurar uma presença contínua de recursos militares e monitorização territorial, deve assumir um papel de força coordenadora. Só com ações decisivas é que esta tem possibilidade em obter vantagem com o seu alargamento e assegurar a securitização do seu Flanco Norte.

Os Estados Unidos da América sempre tiveram uma relação com a Rússia caracterizada por altos e baixos, todavia devido à desatenção americana a esta região ambos os atores se entendiam relativamente ao Ártico. O desinteresse americano traduziu-se na falta do desenvolvimento do Alasca e falta de coesão na estratégia para o Ártico. A estratégia para o Ártico teve início com Bush, Obama focou-se no aspeto ambiental e Trump travou os progressos que se tinham feito nesse âmbito. Donald Trump via o Ártico como uma arena de poder e de competição, mas não mostrava sinais de liderança na gestão dos desafios da região, reduzindo ainda o orçamento para esta região.

Biden trouxe de volta a atenção americana ao Ártico, incluído a segurança ambiental e uma vontade em dominar a região. Os EUA afirmam que a RPC continua a ser o principal desafio, uma vez que procura aumentar o seu acesso e influência no Ártico.

Na Estratégia Ártica de 2024, os americanos alarmam que os investimentos insuficientes nos recursos necessários para o desenvolvimento das capacidades militares na região podem traduzir-se numa projeção de incerteza quanto à sua capacidade de defender o seu território e, de facto os EUA ainda estão aquém dos russos.

A RPC defende que o Ártico é uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, sendo que é um dos argumentos que justifica a sua presença neste território. A China foca-se na diplomacia científica, em construir relações com os vários Estados Árticos, procura investimentos económicos e o Ártico faz ainda parte dos seus planos devido à Iniciativa *Belt and Road* e aquilo que pode vir a resolver o dilema de

Malaca. A invasão da Ucrânia estreitou as relações sino-russas, sendo possível observar um maior nível de exportações e investimentos em diferentes projetos, uma vez que os chineses estão interessados nos recursos aqui existentes. A China carrega consigo um longo repertório de projetos tanto com a Rússia, como localizados em países Árticos. Note-se que a China e a Rússia têm-se aproximado também a nível militar.

A Rússia é o país que detém maior território Ártico, naturalmente deverá ser o que mais investe na região. A atenção russa virou-se para este local ainda antes de 2010, o que vem mostrar o avanço que tem face aos restantes países. Assistimos a um desenvolvimento de infraestruturas, económico, social, militar e, sublinhe-se que o Estado Russo é o único país que detém *icebreakers* movidos a energia nuclear. Ao longo desta investigação mostramos como os russos possuem mais instalações na região, realizam mais exercícios militares do que a NATO e os seus projetos são ambiciosos, uma vez que os recursos naturais são de extrema importância. Há um claro desequilíbrio de forças a nível militar e económico.

A Rússia e a China têm cooperado cada vez mais e a ostracização de ambas da comunidade internacional resulta numa intensificação da mesma. A nossa ótica, apesar do aumento da militarização da região é a de que devemos olhar isto como a industrialização do Ártico russo, uma vez que o Estado russo apenas tem tirado proveito do que é seu por direito.

Com o término da nossa investigação temos condições, então, para confirmar a nossa primeira hipótese inicial (e infirmar a segunda hipótese proposta) e registada na Introdução. De facto, a Rússia e a China são, de facto, os *players* privilegiados na corrida aos recursos do Ártico. A desordem mundial cria oportunidade de uma aproximação sino-russa e assiste-se a um novo afastamento do Ocidente.

A Rússia, motivada pelos recursos naturais existentes nesta região e oportunidade de navegar novas rotas, elaborou documentos oficiais, definiu planos económicos e militares e têm colocado os mesmos em prática, procedendo à industrialização do Ártico. A UE pela sua agenda mais verde, os EUA pela falta de interesse neste espaço e NATO pela sua contenção face à Rússia e operações em diferentes locais resultam num atraso do desenvolvimento de estratégias para o Ártico. A China pela sua cooperação na região, investimentos económicos em diversos Estados Árticos, o interesse nas rotas marítimas e estreitamento de relações com a Rússia encontra-se também em vantagem nesta corrida.

Esta nossa investigação terá continuidade em futuros trabalhos académicos, nomeadamente na Tese de Doutoramento, procurando resposta a algumas questões que surgiram durante o nosso estudo, nomeadamente sobre os desafios que se colocam ao Ocidente com uma maior aproximação sino-russo no Ártico.

BIBLIOGRAFIA

- AMAP. (2017). *Snow, Water, Ice and Permafrost in the Arctic (SWIPA) 2017*. Oslo, Norway: Arctic Monitoring and Assessment Programme.
- APAGAR. (s.d.). 118(103731). doi:10.1016/j.trd.2023.103731
- Arctic Centre. (s.d.). *Arctic Centre*. Obtido em 23 de março de 2023, de University of Lapland: <https://www.arcticcentre.org/EN/arcticregion>
- Arctic Centre. (s.d.). *Arctic Region*. Obtido em 17 de abril de 2023, de Arctic Centre: <https://www.arcticcentre.org/EN/arcticregion/climatechange>
- Arctic Council. (s.d.). *About*. Obtido em 6 de abril de 2023, de Arctic Council: <https://arctic-council.org/>
- Arctic Portal. (2016). *Arctic Definitions Combined*. Obtido de Arctic Portal: <https://arcticportal.org/maps/download/arctic-definitions/2426-arctic-definitions>
- Bellona. (26 de Março de 2024). *The Arctic as a resource base*. Obtido de Bellona: <https://bellona.org/news/arctic/2024-03-the-arctic-as-a-resource-base>
- Buchanan, E. (19 de Maio de 2020). *The overhaul of Russian strategic planning for the Arctic Zone to 2035*. Obtido de NATO Defense College: <https://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=641#>
- Buchanan, E. (2022). *Cool change ahead?: NATO's Strategic Concept and the High North*. NATO Defense College. Obtido de NATO Defense College: <http://www.jstor.org/stable/resrep40453>
- Buchanan, E. (2023). *Red Arctic: Russian Strategy Under Putin*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Burgess, P. (1 de Dezembro de 2010). *Foundations Of The Russian Federation's State Policy In The Arctic Until 2020 And Beyond*. Obtido de Arctic Portal: https://icr.arcticportal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1791%253
- Canova, E. (2023). The European Union and its Member States in the Arctic: Official Complementarity but Underlying Rivalry? *The Arctic Institute*. Obtido de The Arctic Institute: <https://www.thearcticinstitute.org/european-union-member-states-arctic-official-complementarity-underlying-rivalry/>
- Carlson, J. D., Hubach, C., Long, J., Minter, K., & Young, S. (2013). Scramble for the Arctic. *Scramble for the Arctic: Layered Sovereignty, UNCLOS, and Competing Maritime Territorial Claims*, 33(2), pp. 21-43.
- Chen, Y. (Janeiro de 2023). China's Arctic Policy and Engagement: Review and Prospects. *Asia Policy*, 30(1), 29-38.
- Climate Policy Watcher . (6 de agosto de 2023). *Natural Resources*. Obtido de Climate Policy Watcher : <https://www.climate-policy-watcher.org/natural-resources/russia-and-the-arctic.html>

- Cohen, A. (2011). Russia in the Arctic: Challenges to U.S. Energy and Geopolitics in the High North. Em S. J. Blank, & S. J. Blank (Ed.), *Russia in the Arctic*. Strategic Studies Institute Monograph.
- Conley, H. A., Arts, S., Glaser, B. S., Berzina, K., & Archambeau, J. (2024). *A New Era of Arctic Geopolitics: Russia-PRC Strategic Alignment Is Driving Unprecedented Regional Collaboration*. German Marshall Fund of the United States.
- Cunningham, A. (2024). *Shifting Ice: How the Russian Invasion of Ukraine has changed Arctic Circle Governance and the Arctic Council's Path Forward*. Obtido de The Arctic Institute: <https://www.thearcticinstitute.org/shifting-ice-russian-invasion-ukraine-arctic-circle-governance-arctic-councils-path-forward/>
- Dadwal, S. R. (18 de novembro de 2014). Arctic: The Next Great Game in Energy Geopolitics? *Strategic Analysis*, 38(6), 812-824.
doi:<http://dx.doi.org/10.1080/09700161.2014.952936>
- Dalziel, A. (2024). *Eurasian North: The Geopolitics of Russia and China in the Arctic*. Macdonald-Laurier Institute. Obtido de <https://www.jstor.org/stable/resrep60912.6>
- Davis, A., & Holland, E. (2020). *Strategy for Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Provision of National Security for the Period up to 2035*. Obtido de Russia Maritime Studies Intitute:
https://dnnlgwick.blob.core.windows.net/portals/0/NWCDepartments/Russia%20Maritime%20Studies%20Institute/20201026_ENG_RUS_Arctic%20Strategy2035_final.pdf?v=2017-04-17&sr=b&si=DNNFileManagerPolicy&sig=JPiKWVeEv99KKXlrD599Z4zzdhZLpt2omVYXicVPvI0%3D
- Davis, A., & Vest, R. (26 de Outubro de 2020). *Strategy for Development of the Arctic Zone of the Russian Federation and Provision of National Security for the Period up to 2035*. Obtido de U.S. Naval War College:
https://dnnlgwick.blob.core.windows.net/portals/0/NWCDepartments/Russia%20Maritime%20Studies%20Institute/20201026_ENG_RUS_Arctic%20Strategy2035_final.pdf?v=2017-04-17&sr=b&si=DNNFileManagerPolicy&sig=JPiKWVeEv99KKXlrD599Z4zzdhZLpt2omVYXicVPvI0%3D
- Dodds, K. (2010). Flag Planting and finger pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf. *Political Geography*(29), 63-73.
- Domingues, N. J., Martins, M. P., Abreu, P. M., & Mairos, J. C. (2018). A Importância do Ártico na Segurança Internacional. *Revista de Ciências Militares*, 1(2), 17-50. Obtido de <https://web.iium.pt/rcm/wp-content/uploads/2022/08/Lista-de-publicacoes-Revista-De-Ciencias-Militares-PT-2.pdf>
- Druckenmiller, M. L., Thoman, R. L., & Moon, T. A. (2022). *Arctic Report Card 2022*. Kelley A. Uhlig. doi:<https://doi.org/10.25923/yjx6-r184>
- Durham University. (s.d.). *Resources Arctic*. Obtido de Durham University: <http://www.durham.ac.uk/ibru/resources/arctic>

- Edvardsen, A. (29 de October de 2022). *Politics*. Obtido de High North News : <https://www.highnorthnews.com/en/researcher-new-norwegian-russian-fisheries-agreement-shows-how-important-cooperation-both-parties>
- Eliasson et al. (17 de novembro de 2016). Identification of development areas in a warming Arctic with respect to natural resources, transportation, protected areas, and geography. *Futures*, 85, 14-29. doi:10.1016/j.futures.2016.11.005
- Federação Russa. (2015). *English translation of the 2015 Russian National Security Strategy*. Obtido de Russia matters: <https://www.russiamatters.org/node/21421>
- Ferreira-Pereira, L. C., Duarte, P. A., & Santos, N. (2023). Why is China Going Polar? Understanding Engagement and Implications for the Arctic and Antarctica. Em P. A. Duarte, F. J. Leandro, & E. M. Galán, *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics* (pp. 765-782). Palgrave Macmillan.
- Foreign Policy. (2020). Arctic Competition. *Part Two: Military Buildup and Great Power Competition*.
- Foreign Policy. (2020). *Arctic Competition Part One: Resource Competition in the Arctic*. Obtido de Foreign Policy: <https://foreignpolicy.com/2020/10/13/arctic-competition-resources-governance-critical-minerals-shipping-climate-change-power-map/>
- Freire, M. R. (2013). Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações. *Novos olhares sobre o espaço pós-soviético*.
- Gerhardt, H., Steinber, P. E., Tasch, J., Fabiano, S. J., & Shields, R. (2010). Contested Sovereignty in a Changing Arctic. *Annals of the Association of American Geographers*, 100(4), 992-1002.
- Gjørv, G. H., Lanteigne, M., & Sam-Aggrey, H. (2020). *Routledge handbook of Arctic security*. London;New York: Routledge/Taylor & Francis Group.
- Gjørv, G. H., Lanteigne, M., & Sam-Aggrey, H. (2020). *Routledge Handbook of Arctic Security*. Londres e Nova Iorque: Routledge/Taylor & Francis Group .
- Global Times. (2024). US 2024 Arctic Strategy aims to bring 'pristine land' into US' military backyard. *Global Times*.
- Grieger, G. (24 de Abril de 2018). *China's Arctic policy: How China aligns rights and interests*. Obtido de European Parliament: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/620231/EPRS_BRI\(2018\)620231_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/620231/EPRS_BRI(2018)620231_EN.pdf)
- Guathier, D. L., & al, e. (2009). Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic. *Science*, 1175(324). doi:10.1126/science.1169467
- Guedes, A. M. (2016). O Conselho do Ártico. *Janus*, 160-161.
- Guedes, A. M., & Pereira, I. d. (2024). New Cold Wars in the High North? Russia and the Progressive Militarization of the Arctic. *Janus*, 14(2), 22-49.
- Haas, M. d. (2009). Medvedev's Security Policy: A Provisional Assessment. *Russian Analytical Digest*, 2-5. Obtido de <https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-62.pdf>

- Hanhimäki, J. M. (2024). The End of Nordic Neutrality. *Foreign Affairs*.
- Hoel, A. H. (2014). The legal-political regime in the Arctic: Regional Dynamics in a global world. Em R. Tamnes, & K. Offerdal, *Geopolitics and Security in the Arctic*: (pp. 40-72). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hoogensen Gjørsv, G., Lanteigne, M., & Sam-Aggrey, H. (2020). *Routledge Handbook of Arctic Security*. London ; New York: Routledge/ Taylor & Francis Group.
- Howard, R. (2009). *The Arctic Gold Rush: The New Race for Tomorrow's Natural Resources*. Londres; Nova Iorque: Continuum.
- Huntington, H. P., Olsen, J., Zdor, E., Zagorskiy, A., Shin, H. C., Romanenko, O., . . . al, e. (11 de maio de 2023). Effects of Arctic commercial shipping on environments and communities: context, governance, priorities. *Transportation Research Part D*, 118(103731). doi:<https://doi.org/10.1016/j.trd.2023.103731>
- Huntington, H. P., Olsen, J., Zdor, E., Zagorskiy, A., Shin, H. C., Romaneslo, O., . . . Abou-Abbsi, E. (2023). Effects of Arctic commercial shipping on environments and communities: context, governance, priorities. *Transportation Resarch Part D*.
- Jouan, N. (24 de Junho de 2024). *How to Take Advantage of NATO Enlargement in the Arctic*. Obtido de RAND: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2024/06/how-to-take-advantage-of-nato-enlargement-in-the-arctic.html>
- Jouhier, S. (2024). The European Union's Capacity to Act in the in the Arctic: Charting Degrees of EU Actorness in the European and Circumpolar Territories. *EU Diplomacy Papers*, 4-32.
- Karamperidis, S., & Valantasis-Kanellos, N. (1 de dezembro de 2022). Northern sea route as an emerging option for global transport networks: a policy perspective. *WMU Journal of Maritime Affairs*, 21, 425–452. doi:<https://doi.org/10.1007/s13437-022-00273-3>
- Kluge, J., & Paul, M. (26 de Novembro de 2020). Russia's Arctic Strategy through 2035. *Grand Plans and Pragmatic Constraints*, pp. 1-4. doi:10.18449/2020C57
- Krasnikova, O. A. (1 de setembro de 2016). The Chukotka expedition of I. P. Tolmachoff: in search of the Northern Route. *SCIENCE First Hand* , 44(2). Obtido em 6 de abril de 2023, de <https://scfh.ru/en/papers/the-chukotka-expedition-of-i-p-tolmachev/>
- Lamazhapov, E., Stensdal, I., & Heggelund, G. (2023). China's Polar Silk Road: Long Game or Failed Strategy? *The Arctic Institute*.
- Lanteigne, M. (2023). *Navigating Breakup: Security realities of freezing politics and thawing landscapes in the Arctic*. <http://www.jstor.org/stable/resrep47338.10>: Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais.
- Lindgren, W. Y., & Lanteigne, M. (17 de março de 2023). Asia-Arctic Diplomacy a Decade Later: What Has Changed? *The Diplomat*. Obtido de <https://thediplomat.com/2023/03/asia-arctic-diplomacy-a-decade-later-what-has-changed/>
- Lipunov, N., & Devyatkin, P. (30 de Maio de 2023). *The Arctic in the 2023 Russian Foreign Policy Concept*. Obtido de The Arctic Institute: <https://www.thearcticinstitute.org/arctic-2023-russian-foreign-policy-concept/>

- Lynch, M. E. (2024). The New Cold War: Great-Power Competition, Arctic Dilemmas, and Human Security. *International Competition in the High North: 2022 Conference Volume* (pp. 15-34). US Army War College: Strategic Studies Institute.
- Mehdiyeva, N. (25 de Junho de 2021). *Strategy of development of the Arctic Zone of the Russian Federation and the provision of national security for the period to 2035*. Obtido de NATO Defense College:
<https://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=703>
- Mendes, P. E. (2019). As teorias principais das Relações Internacionais Uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, 95-122.
- Mushtaq, S., Sharif, U., & Fatima, R. (2023). Strategic Opportunity, Security Dilemma and the Interplay of Interests: Russia, China and the US in the Arctic Region Since 2014. *Margalla Papers*, 27(1), 67-81.
- Nabok, S. D. (2022). Main Theoretical Approaches in the Arctic Policy Studies. *Arctic and North*, 119-135.
- National Oceanic and Atmospheric Administration. (s.d.). *Maritime Zones and Boundaries*. Obtido de National Oceanic and Atmospheric Administration:
<https://www.noaa.gov/maritime-zones-and-boundaries>
- National Snow & Ice Data Center. (15 de setembro de 2016). *Arctic Sea Ice News*. Obtido em 19 de abril de 2023, de National Snow & Ice Data Center:
<https://nsidc.org/arcticseaicenews/2016/09/2016-ties-with-2007-for-second-lowest-arctic-sea-ice-minimum/>
- National Snow and Ice Data Center. (s.d.). *Charctic Interactive Sea Ice Graph*. Obtido de National Snow and Ice Data Center: <https://nsidc.org/sea-ice-today/sea-ice-tools/charctic-interactive-sea-ice-graph>
- NATO. (2021). *Regional Perspectives Report on The Arctic*.
- NATO. (2022). *NATO 2022 Strategic Concept*. Obtido de NATO:
https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf
- NATO. (8 de Março de 2024). *Steadfast Defender 2024*. Obtido de NATO:
<https://www.nato.int/cps/en/natohq/222847.htm>
- Nilsen, T. (2024). "We should not close those doors and throw the keys away," says Norway PM on Arctic Council cooperation with Russia. *The Barents Observer*.
- Offerdal, K. (2014). Interstate relations: The complexities of Arctic politics. Em R. Tamnes, & K. Offerdal, *Geopolitics and Security in the Arctic: Regional dynamics in a global world* (pp. 73-95). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Østhagen, A. (2017). Geopolitics and security in the Arctic: what role for the EU? *European View*, 239-249.
- Østhagen, A. (1 de Junho de 2023). *Five Misconceptions in Arctic Security and Geopolitics*. Obtido de The Arctic Institute : <https://www.thearcticinstitute.org/five-misconceptions-arctic-security-geopolitics/>

- Paul, M. (2024). Back to the Future of the Arctic. *The Enduring Relevance of Arms Control*, pp. 1-7.
- Pezard, S., & al, e. (2022). *China's Strategy and Activities in the Arctic*. California: RAND. Obtido de RAND: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RRA1200/RRA1282-1-v2/RAND_RRA1282-1-v2.pdf
- Rintakumpu, F., Arts, S., & Nash, P. (12 de Julho de 2024). *The NATO Washington Summit: Nordic Allies Emerge Stronger*. Obtido de German Marshall Fund : <https://www.gmfus.org/news/nato-washington-summit-nordic-allies-emerge-stronger>
- Rodrigue, J.-P. (2020). Transportation and Geography. Em J.-P. Rodrigue, *The Geography of Transport Systems* (5ª ed.). New York: Routledge. doi:doi.org/10.4324/9780429346323
- Russian Federation. (13 de Maio de 2009). *National Security Strategy of the Russian Federation until 2020*. Obtido de Kremlin: <http://kremlin.ru/supplement/424>
- Russian Federation. (20 de Fevereiro de 2013). *Strategy for the development of the Arctic zone of the Russian Federation and the national security up to 2020*. Obtido de <http://government.ru/>: <https://www.research.kobe-u.ac.jp/gsics-pcrc/sympo/20160728/documents/Keynote/Russian%20Arctic%20strategy%202013.pdf>
- Russian Federation. (2016). *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2016*. Obtido de Voltaire: *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation 2016*
- Russian Federation. (2 de Julho de 2021). *Strategy of the National Security of the Russian Federation*. Obtido de Russian Military and Security Research Group: https://rusmilsec.blog/wp-content/uploads/2021/08/nss_rf_2021_eng_.pdf
- Russian Federation. (31 de Março de 2023). *The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation*. Obtido de Russian Federation: <https://russiaeu.ru/en/news/concept-foreign-policy-russian-federation>
- Seethi, K. (03 de agosto de 2021). *The Contours of India's Arctic Policy*. Obtido em 27 de março de 2023, de The Arctic Institute: <https://www.thearcticinstitute.org/contours-indias-arctic-policy/>
- Silva, A. P. (2016). O direito internacional e o renovado interesse pelo Ártico. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, 16, 213-253. doi:<https://doi.org/10.22201/ijj.24487872e.2016.16.526>
- Smelser, N. J., & Baltes, P. B. (2015). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Elsevier.
- Sousa, F. d. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento; CEPES.
- Sousa, F. d., Mendes, P. E., Freitas, J. G., Ferreira, D., Rocha, R., & Tavares, A. (2021). *Dicionário de ciência política e relações internacionais*. Coimbra: Edições Almedina.
- Stephenson, S., R., Smith, L. C., & Agnew, J. (2011). Divergent long-term trajectories of human access to the Arctic. *Nature Climate Change*.

- The Barents Euro-Arctic Council. (2023). *Cooperation in the Barents Euro-Arctic Region*. Obtido de The Barents Euro-Arctic Council: <https://barents-council.org/about-us/cooperation-in-the-barents-euro-arctic-region>
- The Maritime Executive. (28 de outubro de 2014). *Ice Experts Review Northern Sea Route*. Obtido de The Maritime Executive: <https://www.maritime-executive.com/article/Ice-Experts-Review-Northern-Sea-Route-2014-10-28>
- The Organization for World Peace. (s.d.). *Arctic Circle Territorial Conflicts*. Obtido em 17 de abril de 2023, de The Organization for World Peace: https://theowp.org/crisis_index/arctic-circle-territorial-conflicts/
- U.S. Department of Defense. (2024). *2024 Arctic Strategy*. Obtido de U.S. Department of Defense: <https://media.defense.gov/2024/Jul/22/2003507411/-1/-1/0/DOD-ARCTIC-STRATEGY-2024.PDF>
- Vlček, T., Chovančík, M., Uhlířová, K., & Jirušek, M. (Janeiro de 2024). Strained Relations in the High North: Steps-to-War Analysis of Conflict Potential in the Arctic. *Europe-Asia Studies*, 76(4), 1-25. Obtido de <https://doi.org/10.1080/09668136.2023.2292471>
- Wallace-Wells, D. (2019). *The Uninhabitable Earth: Life after warming*. New York: Tim Duggan Books.
- Yalowitz, K., Collins, J., & Virginia, R. (2009). The Arctic Climate Change and Security Policy Conference: Final Report and Findings. *The Arctic Climate Change and Security Policy Conference: Final Report and Findings*. Hanover, New Hampshire.